

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL**

**FUNDO ESTADUAL DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS
PEQUENOS ESTABELECIMENTOS RURAIS-FEAPER:
uma análise dos 10 anos, com ênfase no problema da inadimplência.**

Autor: Maria Carolina Rosa Gullo

Orientador: Prof. Dr. Carlos Guilherme A. Mielitz Netto

**Dissertação submetida como requisito parcial para a
obtenção do Título de Mestre em Economia Rural da
UFRGS.**

PORTO ALEGRE –RS

2001

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Doutor Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto, pelos conselhos e orientação;

Aos professores: Paulo Dabdab Waquil, Lovois de Andrade Miguel, Maria da Graça Arêde (in memoriam) e, principalmente, ao professor Egon Roque Frohlich, pela dedicação e ensinamentos;

Aos familiares e amigos, pela compreensão e apoio ao longo desta caminhada,

À Cristiane Vieira, pela paciência, compreensão e carinho;

Aos funcionários do IEPE e às bolsistas do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Catiane Senter e Silvana Stefenon pela atenção dispensada;

À Eliane Sanguiné, pela amizade, atenção e conselhos.

Aos colegas da turma 98: Flávio Calcanhotto, Marco Antônio Verardi Fialho, Marco Aurélio Souza, Everson dos Santos, Karen Beltrame Becker, Ani Reni Ew, José Romualdo Ferreira, Fernando Tellechea e Mauro Sander Fett, pela convivência e companheirismo.

Aos amigos e técnicos da EMATER-RS, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária pelo apoio e incentivo.

RESUMO

Este estudo visa abordar a situação do crédito rural como instrumento de política pública no Estado do Rio Grande do Sul, voltado para a agricultura familiar. Para tanto se concentrou no caso do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais – FEAPER – nos seus 10 anos de existência.

A justificativa está baseada nos resultados atuais do Fundo bem como da interpretação das dificuldades que o FEAPER atravessa, revelada pela inadimplência de financiamentos concedidos.

A metodologia consistiu em mapear a inadimplência por região e por atividade financiada. Diante dos resultados obtidos foi possível observar que a inadimplência é significativa para os projetos financiados em grupos ou associações, concedidos por intermédio do Programa de Condomínios Rurais.

Como conclusão, observa-se uma sucessão de erros no planejamento e gerenciamento dos recursos disponíveis para o crédito rural, bem como a utilização de projetos precariamente elaborados. Visando manter o FEAPER como instrumento de crédito rural público propõe-se um alongamento das dívidas dos inadimplentes, além de tornar o Fundo menos dependente do Gabinete do Secretário de Agricultura e Abastecimento. Em relação a novos projetos recomenda-se uma análise de crédito mais aprofundada apontando elementos a montante e a jusante da atividade financiada para, desta forma, diminuir o risco do investimento para os agricultores e para o FEAPER.

ABSTRACT

This study wants to approach rural credit situation how an public politic in the State of Rio Grande do Sul for family agriculture was concentrated in the case of State Fund of Support for Small Rural Business –FEAPER.

The justify for this study was based in the results of this Fund and the interpretation the difficulties that FEAPER was passing because the unpaid debts in your financial.

The methodology consist of tracking the pending debts according to the region and possibility the object of the financed project. The analysis is based on results of a ten years period. High hates of unpaid debts have been observed in projects financed for groups of association, under a program named Condomínios Rurais. Questionnaires have been sent to all rural pools having pending debts up to March, 1999, in order to know the situation of each business.

How the conclusion, it's possible to observe that haven mistakes in the planning and administration of the recourses available for rural credit and incorrectness projects .For make the FEAPER an instrument of public rural credit it was necessary review the unpaid debts and increase the time for payments. Over there, it's so necessary the independence the Fund with the Agriculture Secretary cabinet. In the future, for the next projects will recommend an analysis more profound with element about the business

that can provide know the real objectives the project. This practice possibility a reduction in the risk of the investment for a family agriculture.

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO	1
1.1 Justificativa e Problema de Pesquisa	2
1.2 Objetivos	4
1.2.1 Objetivo Geral	4
1.2.2 Objetivos Específicos	5
1.3 Organização do Estudo	5
2REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1 Crédito Rural	7
2.1.1 Modalidades de Crédito Rural	8
2.1.2 A Evolução do Sistema Nacional de Crédito Rural	9
2.1.3 Fontes dos Recursos	12
2.1.4 Subsídios Implícitos no Crédito Rural	13
2.1.5 A Distribuição dos Recursos por Regiões	15
2.1.6 Distribuição do Crédito Rural entre os produtos Agrícolas no Rio Grande do Sul	19
2.1.7 Considerações Finais	21
2.2 Década de 80 – Uma Retrospectiva	21
2.3 A agricultura na década de 90	26

2.4 Política de Crédito Rural no Rio Grande do Sul – Surgimento do FEAPER	34
3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	39
3.1 Etapas da Pesquisa	39
3.2 Procedimentos para Análise dos Projetos Pertencentes a Terceira Etapa	42
3.2.1 Análise das Variáveis	42
3.3 Coleta de Dados	44
40 FEAPER COMO INSTRUMENTO DE CRÉDITO RURAL PÚBLICO ..	45
4.1 Histórico do FEAPER.....	45
4.2 Situação Atual do FEAPER	55
5 PESQUISA DE CAMPO	57
5.1 Mapeamento da Inadimplência	57
5.2 Resultados das Reuniões Realizadas com os Produtores Rurais	60
6 RESULTADOS	71
6.1 Resultados Gerais	71
6.1.1 Suínos	72
6.1.2 Leite	73
6.1.3 Máquinas e Implementos	75
6.1.4 Armazenagem	76
6.1.5 Eletrificação Rural	77
6.1.6 Pesca Artesanal	78
6.1.7 Outros	79
7 COMPARATIVO ENTRE CONDOMÍNIOS RURAIS INADIMPLENTES E ADIMPLENTES DE GADO DE LEITE E SUÍNOS NAS REGIÕES DE SANTA ROSA, PALMEIRA DAS MISSÕES E SANTA MARIA	81

7.1 Região de Santa Rosa	82
7.1.1 Suínos	82
7.1.2 Gado de Leite	86
7.2 Região de Palmeira das Missões	88
7.2.2 Suínos.....	88
7.2.3 Gado de Leite	91
7.3 Região de Santa Maria	94
7.3.1 Suínos	94
7.3.2 Gado de Leite	98
8 CONCLUSÃO	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	109
Anexos	112

LISTA DE ANEXOS

1 -	Questionário Aplicado ao Condomínio Rural	113
1A-	Questionário Aplicado ao Condomínio Rural de Pesca	115
2 -	Questionário Aplicado ao (s) Produtor (es) -(sócios)	117
3 -	Roteiro de Viagens	119
4 -	Resultados da Reunião na Região de Pelotas	121
5 -	Resultados da 1ª Reunião na Região de Passo Fundo	122
5A -	Resultados da 2ª Reunião na Região de Passo Fundo	123
6 -	Resultados da Reunião na Região de Soledade	124
7 -	Resultados da Reunião na Região de Estrela	125
8 -	Resultados da 1ª Reunião na Região de Palmeira das Missões	126
8A -	Resultados da 2ª Reunião na Região de Palmeira das Missões	127
9 -	Resultados da 1ª Reunião na Região de Santa Rosa	128
9A -	Resultados da 2ª Reunião na Região de Santa Rosa	129
10 -	Resultados da Reunião na Região de São Luiz Gonzaga	130
11 -	Resultados da Reunião na Região de Cruz Alta	131
12 -	Resultados da Reunião na Região de Santa Maria	132
13 -	Resultados da Reunião na Região de Rio Pardo	133
14 -	Resultados referentes à Capacidade de Pagamento para a Atividade de	

Pesca Artesanal	134
15 - Resultados referentes à Capacidade de Pagamento para a Atividade de Suínos	135
16 - Resultados referentes à Capacidade de Pagamento para a Atividade de Gado de Leite	136
17 - Resultados referentes à Capacidade de Pagamento para a Atividade de Máquinas e Implementos	137
18 - Resultados referentes à Capacidade de Pagamento para a Atividade de Armazenagem	138
19 - Resultados referentes à Capacidade de Pagamento para a Atividade de Eletrificação Rural	139
20 - Resultados referentes à Capacidade de Pagamento para Outras Atividades	140
21 - Número de Condomínios Financiados de Suínos e Gado de Leite, nas Regiões de Santa Rosa, Santa Maria e Palmeira das Missões e sua Situação Atual.....	141
22 - Comparativo entre o Projeto Original e a Situação Atual dos Condomínios Rurais de Suínos e de Gado de Leite, da Região de Santa Rosa.	142
23 - Comparativo Entre o Projeto Original e a Situação Atual dos Condomínios Rurais de Suínos e de Gado de Leite, da Região de Palmeira das Missões.	143
24 - Comparativo Entre o Projeto Original e a Situação Atual dos Condomínios Rurais de Suínos e de Gado de Leite, da Região de Santa Maria	144
25 - Cálculo da Capacidade de Pagamento dos Condomínios	145

LISTA DE TABELAS

- 1- Valor Médio dos Contratos de Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas nas regiões do Brasil (1969-1984) 18**
- 2 - Financiamentos Liberados pelo FEAPER, por programa, de 1988 a 1998, em sacos de milho 49**
- 3 - Inadimplência em Janeiro de 1999 55**

LISTA DE GRÁFICOS

1 - Distribuição do Valor dos Contratos de Crédito rural por Regiões em 1969 e 1984.	17
2- Distribuição da Inadimplência por Região	57
3- Valores da Inadimplência, por Região, em Janeiro de 1999	59
4- Preços Pagos por Farelos e Grãos Utilizados para Ração Animal – Período de 07/94 à 12/99, em dólares, no Rio Grande do Sul	64
5 - Preços Pagos por Fertilizantes e Defensivos Utilizados para Ração Animal – Período de 07/94 à 12/99, em dólares, no Rio Grande do Sul	65
6 - Preços Pagos por Implementos Agrícolas – Período de 07/94 a 12/99, em dólares, no Rio Grande do Sul	66
7- Preço Recebido pelo Produtor, em reais, de Janeiro de 1994 a Dezembro de 1999, para Suínos e Leite	67
8 - Variação Percentual dos Preços dos Insumos e Preços Pagos ao Produtor, no Período 1994 à 1999 (ano-base 1994)	68

LISTA DE QUADROS

1-Demonstrativo da Aplicação de recursos no PROGER Rural e PRONAF, no Brasil e Rio Grande do Sul – janeiro/95 a agosto/98.....	31
2-Demonstrativo da Aplicação de Recursos do FAT no PROGER Rural e PRONAF –Rio Grande do Sul – Janeiro/95 a Agosto/98.....	31
3- Volume de Operações do Pronafinho, no Período 1997-98	33
4- Principais Finalidades Financiadas pelo FEAPER, de 1988 a 1998	51
5- Principais Problemas Elencados Pelos Agricultores nas 13 Reuniões	62
6- Principais Propostas Elencados Pelos Agricultores nas 13 Reuniões.....	70
7- Distribuição dos Questionários Devolvidos de Condomínios Rurais Financiados para Suínos	72
8- Distribuição dos Questionários Devolvidos de Condomínios Rurais Financiados para Gado de Leite.....	74
9- Distribuição dos Questionários Devolvidos de Condomínios Rurais Financiados para Máquinas e Implementos	75
10 - Distribuição dos Questionários Devolvidos de Condomínios Rurais Financiados para Armazenagem	76
11- Distribuição dos Questionários Devolvidos de Condomínios Rurais Financiados para Eletrificação Rural	77
12- Distribuição dos Questionários Devolvidos de Condomínios Rurais Financiados para Pesca Artesanal	78
13- Distribuição dos Questionários Devolvidos de Condomínios Rurais Financiados em Atividades Diversas	79

14-	Número de Condomínios Financiados em Santa Rosa, Santa Maria e Palmeira das Missões, de 1988 à 1998	81
15-	Quadro de Sócios dos Condomínios Rurais de Suínos, na Região de Santa Rosa	83
16-	Receitas Estimadas por Cultura Conforme o Projeto Original, para Condomínios Rurais, na Região de Santa Rosa	84
17-	Comparativo do Número de Sócios por Condomínio Rural de Gado de Leite, na Região de Santa Rosa	86
18-	Receitas Estimadas por Cultura Conforme o Projeto Original, Para Condomínios Rurais de Gado de Leite, na Região de Santa Rosa.....	87
19-	Quadro de Sócios dos Condomínios Rurais de Suínos, na Região de Palmeira das Missões	89
20-	Receitas Estimadas por Cultura Conforme o Projeto Original dos Condomínios de Suínos na região de Palmeira das Missões	89
21-	Quadro de Sócios dos Condomínios Rurais de Gado de Leite, na Região de Palmeira das Missões	92
22-	Receitas Estimadas por Cultura Conforme o Projeto Original dos Condomínios Rurais de Gado de Leite, na Região de Palmeira das Missões	93
23-	Quadro de Sócios dos Condomínios Rurais de Suínos, na Região de Santa Maria	95
24-	Área Plantada por Cultura e por Condomínio Rural de Suínos na Região de Santa Maria	96
25-	Receitas Estimadas por Cultura Conforme o Projeto Original dos Condomínios Rurais de Suínos na Região de Santa Maria	96
26-	Quadro de Sócios dos Condomínios Rurais de Gado de Leite, na Região de Santa Maria	98
27 -	Área Plantada por Cultura e por Condomínio Rural de Gado de Leite na Região de Santa Maria	99
28-	Receitas Estimadas por Cultura e por Condomínio Rural de Gado de Leite na Região de Santa Maria	100

1 INTRODUÇÃO

A agricultura no Brasil sempre ocupou um lugar de destaque na economia. No auge do modelo de substituição de importações (década de 50), que previa a importação de bens de capital para alavancar a industrialização no Brasil, foi a agricultura, por intermédio das exportações, que viabilizou este modelo.

Desde o Brasil colônia até os dias de hoje, a agricultura, de alguma forma, foi incentivada e/ou subsidiada. Mais precisamente, a partir de 1964, quando ocorreu a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural, a agricultura foi subsidiada através do crédito rural, com taxas de juros mais baixas e prazos maiores para pagamentos. Entretanto, esse crédito rural não contemplou todos os produtores rurais, visto que a maior parte desses recursos beneficiou os médios e grandes produtores. Ocorre que estes produtores trabalhavam com culturas exportáveis como soja, essenciais para a política de exportação da época, principalmente no período do chamado “milagre econômico” (1968-73). Dessa forma, regiões também foram discriminadas, já que os produtores beneficiados estavam concentrados, inicialmente, no Sul e no Sudeste, e, no final, na região Centro-Oeste do Brasil. Assim, em decorrência do incentivo ao plantio de culturas de exportação, crédito de custeio absorveu a maior parte dos recursos disponíveis pelo do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Isto significa que os créditos de curto prazo foram preferidos em detrimento dos de longo prazo.

Na década de 80, a situação agravou-se uma vez que o SNCR entrou em colapso e os recursos para o crédito rural, tanto para investimento como para custeio, diminuíram sensivelmente para pequenos, médios ou grandes produtores (FURSTENAU, 1988)

Entretanto, havia uma demanda não atendida pelo SNCR, a de investimento na modernização dos pequenos estabelecimentos, visto que os médios e grandes produtores já haviam se utilizado desta linha de crédito.

Em 1988, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul criou o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais-FEAPER, um Fundo rotativo, que visava auxiliar a camada menos favorecida dos produtores rurais, a saber, o pequeno produtor, por meio de financiamentos a pequenos estabelecimentos rurais com vistas à elevação dos índices de produção e produtividade e à melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais.

1.1 Justificativa e Problema de Pesquisa

O Estado do Rio Grande do Sul se caracterizou, historicamente, pela predominância da atividade agrícola. Por intermédio dos imigrantes europeus teve-se a formação de duas grandes e distintas regiões no Estado: o campo, ocupado por portugueses e cuja principal atividade girava em torno da pecuária; e a mata tropical e subtropical que abrigou os italianos, alemães e outras etnias, em cuja bagagem trouxeram culturas agrícolas como o sistema da pequena propriedade e o trabalho familiar (FELDENS, 1989).

Existem, segundo a FIBGE (1995), aproximadamente 368.030 estabelecimentos rurais com área inferior a 50 hectares. Estes estabelecimentos são

responsáveis pela produção de 63,4% do milho, 84% do feijão, 37,9% do trigo, 80,4% de suínos, 83,2% de aves e 79,2% do leite que o Estado produz.

A forte concorrência dos produtos primários vindos dos países vizinhos (Mercosul) tem exigido eficiência, produtividade e qualidade na produção. Desta forma, a pequena propriedade necessita se modernizar de modo a tornar-se auto-sustentável. Ao mesmo tempo, precisa buscar melhores condições de vida para o pequeno produtor rural, pois a migração para os grandes centros se torna cada vez maior.

Com a criação do FEAPER, os pequenos produtores vislumbraram uma alternativa para viabilizar novos investimentos em seus estabelecimentos. A agricultura cada vez mais tecnificada demandava, e demanda, aportes consideráveis de recursos para investimento e custeio, valores esses, que os agricultores não dispunham.

Ao longo desses 10 anos (1988-98) este Fundo beneficiou 13.465 famílias, quer por meio de projetos individuais, quer por projetos coletivos (associativismo). Sabe-se que nesse período, ele representou o mais forte instrumento de política do Governo Estadual, via Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. Os programas de Governo ligados à área agrícola foram viabilizados pelo FEAPER, como por exemplo, Programa de Condomínios Rurais, Expansão da Bacia Leiteira do Estado, o Programa de Armazenagem, entre outros. Mas, desde o ano de 1999, o Fundo passa por um período de reestruturação devido ao índice de inadimplência que atinge cerca de 10% do saldo patrimonial do Fundo.

Além de financiar os pequenos estabelecimentos rurais mediante recursos para investimento, o FEAPER equaliza as taxas de juros de outros programas cuja origem dos recursos pode ser, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), ou seja, ao Fundo é debitada a diferença entre a taxa de juros praticada pela instituição que detém

os recursos e a taxa praticada nos financiamentos do FEAPER. Ocorre que o FEAPER trabalha com uma taxa de juros de 6% ao ano mais a variação do preço mínimo do milho¹, portanto menor que as das outras fontes de financiamento que, geralmente, utilizam uma taxa fixa de juros mais a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Dessa maneira, o FEAPER tem um dispêndio considerável com o pagamento de equalizações.

O fluxo financeiro do Fundo aponta para o fim dos recursos disponíveis para financiamento no ano de 2001, caso não haja diminuição no nível de inadimplência e, ainda, aporte de recursos de outras fontes.

Conforme exposto até o momento, tem-se a seguinte questão de pesquisa: Decorridos 10 anos do FEAPER como instrumento de política pública para crédito rural, qual é a situação financeira atual do Fundo e quais são as perspectivas futuras de sua viabilidade?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o FEAPER quanto a sua proposição como instrumento de crédito rural e verificar a correlação existente entre as operações de financiamento realizadas e a inadimplência .

¹ Preço oficial fornecido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

1.2.2 Objetivos específicos:

Dentro da análise proposta busca-se:

- Caracterizar o FEAPER enquanto instrumento de política pública;
- Diagnosticar as causas da inadimplência;
- Fazer um comparativo entre os projetos adimplentes e inadimplentes buscando encontrar o diferencial entre eles;
- Apontar e discutir as deficiências técnicas apresentadas nos 10 anos;
- Apontar soluções que viabilizem o Fundo como instrumento de política pública eficaz na promoção de mudanças sociais e econômicas no Estado.

1.3 Organização do Estudo

No segundo capítulo faz-se uma revisão bibliográfica sobre crédito rural no Brasil e no Rio Grande do Sul, a partir da década de 60 até a década de 90. Nesta revisão elucidase o funcionamento do Sistema de Crédito em nível nacional e estadual e aponta-se os beneficiários, a distribuição dos recursos entre regiões e culturas, além de apontar o cenário político e econômico de cada época.

No terceiro capítulo evidencia-se os métodos e procedimentos utilizados para desenvolver a pesquisa.

No quarto capítulo faz-se uma apresentação do FEAPER, seu histórico, alguns dados referentes aos financiamentos e a sua situação em março de 1999.

No quinto capítulo apresenta-se a pesquisa de campo realizada. Fez-se o mapeamento da inadimplência para com o Fundo, identificando os valores que envolvem essa inadimplência bem como a localização dos empreendimentos, por região e município, além de apresentar os resultados obtidos nas reuniões realizadas com os produtores rurais no interior do Estado.

No sexto capítulo estão os resultados gerais obtidos a partir dos registros dos questionários respondidos. Os questionários são separados por atividade financiada e, assim, analisados.

No sétimo capítulo faz-se um comparativo entre os projetos financiados pelo FEAPER para implantação de Condomínios rurais de Gado de Leite e Suínos que encontram-se adimplentes e inadimplentes. Busca-se elucidar as desigualdades entre estes projetos que possam contribuir na explicação dos motivos que levaram à inadimplência.

E, por fim, o capítulo 8 apresenta as conclusões acerca da pesquisa realizada bem como algumas considerações e sugestões.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo apresenta o referencial teórico necessário para embasar e validar o estudo proposto.

Busca-se fazer uma revisão sobre o crédito rural da década de 60 até a década de 90, evidenciando o seu funcionamento, resgatando dados que apontem a fonte dos recursos, quem eram os beneficiários, quais eram as políticas agrícolas para esse período e as regiões mais beneficiadas.

Além disso, faz-se a apresentação do FEAPER, seu surgimento, objetivos e importância, enquanto instrumento de crédito rural, para a agricultura do estado do Rio Grande do Sul.

2.1 Crédito Rural

Segundo o Manual de Crédito Rural do Banco Central (1997), considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por Instituições do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), para aplicação no desenvolvimento e fortalecimento do setor rural.

São objetivos do Crédito Rural:

- a) estimular os investimentos, nas propriedades rurais efetuados pelo produtor, cooperativas ou pessoa física ou jurídica as quais são equiparadas aos produtores;
- b) favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
- c) fortalecer o setor rural, notadamente no que se refere a pequenos e médios produtores;
- d) incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do meio ambiente;
- e) gerar lucros suficientes para permitir o reembolso com juros dos recursos financeiros emprestados aos tomadores (FURSTENAU, 1988);
- f) distribuir recursos disponíveis entre o maior número possível de produtores (FURSTENAU, 1988).

2.1.1 Modalidades de Crédito Rural

Ainda segundo o Manual de Crédito Rural do BACEN, existem três modalidades de Crédito Rural:

- Crédito Rural Corrente - é o suprimento de recursos sem a concomitante prestação de assistência técnica de uma empresa. É o chamado crédito de balcão.

- Crédito Rural Educativo - é o suprimento de recursos, conjugado com a prestação de assistência técnica, compreendendo a elaboração de projeto ou plano e a orientação.
- Crédito Rural Especial - é o crédito destinado a Cooperativas de Produtores rurais, para aplicação própria ou dos associados e para programas de colonização ou reforma agrária (PROCERA).

A Lei nº 4.829, de 05/11/65, regulamentada pelo Decreto nº 58.380, de 10/05/66, criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com o objetivo de conduzir as diretrizes da política creditícia, elaborar normas de financiamento de acordo com a política de desenvolvimento agropecuário. O crédito rural apresentava três finalidades:

- Custeio - destinava-se a cobrir despesas normais dos ciclos produtivos;
- Investimento - destinava-se a aplicações em bens ou serviços, cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção;
- Comercialização - destinava-se a cobrir despesas próprias da fase posterior à colheita da produção ou a converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtores ou suas cooperativas.

2.1.2 A Evolução do Sistema Nacional de Crédito Rural.

A criação do SNCR, na década de 60, apresenta uma série de características que enquadram o sistema no panorama geral traçado pelo Governo com a intenção de alterar estruturalmente o funcionamento da economia brasileira (FURSTENAU, 1988).

Ainda segundo FURSTENAU, do ponto de vista da política agrícola, tratava-se de aumentar a produção e produtividade do setor, buscando um crescente excedente agrícola a ser canalizado para o mercado externo, cuja produção apresentasse custos que possibilitassem colocá-lo, de forma competitiva, nesse mercado. Esse aumento de produção e produtividade seria obtido através da alocação de recursos na agricultura que propiciariam a incorporação de novas técnicas e/ou o seu uso disseminado no conjunto de produtores agrícolas. O aumento da demanda de máquinas, equipamentos e insumos para uso na agricultura, gerado desta forma, obedecia aos interesses da indústria nacional produtora desses itens, que tinha necessidade de ampliar, de forma significativa, o mercado para absorver a sua produção em crescimento.

A importância da disponibilidade de recursos com a finalidade de Investimento provém do fato de que é esse tipo de aplicação que induz ou amplia o uso de técnicas mais produtivas, alterando, em geral definitivamente, os ganhos de produtividade da terra e do trabalho. Alguns exemplos podem ser citados como o caso da adoção de máquinas em fases do processo produtivo que, anteriormente, eram cumpridas através de trabalho manual; o aperfeiçoamento do sistema de irrigação das lavouras; a melhoria ou introdução de pastagens artificiais e o uso de novas técnicas de criação na pecuária. Esses exemplos refletem a incorporação no processo produtivo de inovações que aumentam, de forma permanente, a produtividade do setor.

O crédito de custeio também apresenta-se importante, mas restringe-se a acréscimos de produtividade somente durante o ano-safra. A disponibilidade de recursos nas mãos do produtor para custear sua lavoura permite o uso de insumos - adubos, defensivos, etc. - que geram um incremento da produtividade da terra no período, mas não oferecem quase nenhum ou mesmo nenhum resultado quanto a safras futuras. Pode até

haver casos de redução da produtividade com o resto indiscriminado de adubos e defensivos que comprometem a qualidade do solo (FURSTENAU, 1988).

Tendo por base a evolução dos créditos por finalidade, verifica-se que são os créditos de curto prazo, no caso do crédito de custeio, que absorvem a maior parcela do total dos recursos destinados à atividade rural. Isto poderia indicar um incentivo aos produtores no sentido de serem usados recursos de curto prazo (custeio) em detrimento da efetivação de empréstimos de prazo mais longo.

Até meados dos anos 70, com o crescimento substancial dos recursos à disposição dos agricultores, houve, apesar de sempre em menor grau frente ao custeio, um incremento de recursos para investimento.

No entanto, no início da década de 80, os recursos para investimento foram suspensos, com ressalva apenas para alguns projetos específicos. Esse comportamento das autoridades reflete uma visão preocupada apenas com soluções conjunturais.

No texto que criou o SNCR, aparecia, explicitamente, a destinação de recursos para pequenos produtores. Esta era apenas uma proposta formal das autoridades, já que desde o início, o sistema promoveu a concentração dos recursos nas mãos dos médios e grandes produtores.

Entretanto, a partir da década de 70, as autoridades monetárias passaram a preocupar-se com a destinação de recursos de crédito rural para os pequenos produtores. Entre 1975 e 1980, ocorreu um aumento do número de contratos favorecendo os pequenos produtores, mas que, em vista dos montantes irrisórios em termos de valor de contratos, não alterou de forma significativa a estrutura de concentração observada desde a implementação do sistema.

2.1.3 Fontes dos recursos

Dentre as várias fontes de financiamento ao setor rural no Brasil, tem-se, em primeiro lugar, as que podem ser consideradas, mesmo pela teoria monetária mais ortodoxa, como não-inflacionárias, uma vez que não implicariam emissão primária de moeda, quais sejam

- saldos dos depósitos à vista dos bancos comerciais;
- recursos dos fundos e programas agrícolas;
- outros recursos (depósitos à vista do Banco do Brasil, saldos líquidos do Tesouro Nacional e depósitos em moeda dos bancos comerciais no Banco Central.

Contudo, apenas os recursos captados por meio de depósitos à vista dos bancos comerciais e os provenientes dos fundos e programas agrícolas são destinados efetivamente ao crédito rural.

Com o objetivo de viabilizar a participação dos bancos comerciais no financiamento agrícola, foi estabelecido, em 1967, que este deveria atingir 10% dos depósitos à vista dos bancos comerciais. Essa resolução, determinando a aplicação compulsória em financiamento agrícola, tornou-se necessária tendo em vista a dificuldade de engajamento espontâneo do sistema privado em financiar uma atividade de maior risco e menor retorno como a agricultura e, ainda, a taxas inferiores às demais operações (FURSTENAU, 1988).

Assim, a diminuição dos recursos provenientes do setor privado levou as autoridades monetárias a elevarem de 10 para 15% a participação compulsória do setor privado em 1973. Diante da queda persistente dessa participação, em dezembro de 1980 o

percentual de exigibilidade foi novamente alterado para 20%. E, em julho de 1981, foi estabelecido o aumento gradual desse percentual compulsório até atingir 25%.

Contudo, o aumento permanente do percentual sobre os depósitos à vista dos bancos comerciais não foi capaz de compensar a perda de importância relativa dessa fonte. A cada aumento do percentual, houve um incremento de financiamento rural proveniente dessa fonte, mas que se esgotou rapidamente.

2.1.4 Subsídios Implícitos no Crédito Rural

De maneira geral, nos 22 anos de existência do SNCR, os encargos financeiros dos mutuários situaram-se abaixo das taxas de inflação ocorridas e das taxas de juros observadas no mercado livre, concorrendo com as demais taxas subsidiadas nas atividades de exportação, sistema financeiro da habitação, Pro-álcool, etc.

Um dos critérios para se avaliar o subsídio implícito nas taxas de juros praticadas no crédito rural é de compará-las com a taxa de inflação da economia (alternativamente poder-se-ia compará-las com o custo de oportunidade do capital, com a taxa de juros do mercado livre, das LBCs - Letras do Banco Central - etc.). Se a taxa de juros considerada estiver abaixo da taxa de inflação, isso significa que o retorno do empréstimo concedido não será suficiente para recompor o valor real inicial do financiamento, caracterizando-se, então, uma transferência de recursos para aquele setor de atividade (RIBEIRO, 1979).

Os argumentos principais que justificam a concessão de financiamentos rurais a taxas de juros reais negativas (objetivando compensar as desvantagens naturais e as impostas à agropecuária) seriam a baixa rentabilidade do setor que o impediria de pagar

taxas de juros de mercado; taxas cambiais sobrevalorizadas que penalizam suas exportações; controle generalizado dos preços dos alimentos (cesta básica dos trabalhadores) etc. O crédito rural subsidiado, por caracterizar-se como uma transferência de recursos para o setor, faria com que, *ceteris paribus*, a rentabilidade (pelo menos dos produtores que tivessem acesso ao SNCR) aumentasse consideravelmente.

Segundo RIBEIRO (1979), na contramão desses argumentos surgem as principais críticas à existência dessa forma de proteção ao setor agropecuário e que são as seguintes:

1) A ineficiência do crédito subsidiado como mecanismo capaz de estimular o crescimento da produção agropecuária. E isso aconteceria pois, após a obtenção de recursos financeiros subsidiados, e sendo o capital fungível, os produtores desviariam recursos próprios para atividades mais rentáveis em outros setores da economia (por exemplo, o financeiro). O crédito, neste caso, estaria apenas substituindo recursos próprios e não colaborando com mais recursos para a atividade meta, caracterizando-se um desvio legal de crédito. Esse desvio seria proporcional à liquidez dos ativos do tomador do crédito e de sua familiaridade com o sistema financeiro e inversamente proporcional ao retorno esperado na atividade agrícola;

2) O crédito rural subsidiado concedido pelo SNCR seria concentrador da renda e da riqueza visto que seriam os que deteriam maior quantidade de terra e os proprietários mais ricos os que dele se beneficiariam. Adicionalmente, os recursos estariam mais concentrados nas culturas mais rentáveis (por exemplo, as de exportação) em detrimento das culturas alimentares e voltadas para o mercado interno. Esse perfil de distribuição do crédito estaria vinculado à prática bancária de beneficiar tomadores que apresentam menor risco de inadimplência diante das taxas de juros negativas praticadas e

que pudessem fornecer garantias reais (terras, imóveis, etc.) como contrapartida aos empréstimos;

3) Os subsídios implícitos no crédito rural, por impossibilitarem a recomposição do valor real financiado e a manutenção dos empréstimos para a safra seguinte, fariam pressões sobre as contas do governo (aumento da base monetária e da liquidez acarretando maior inflação).

A forma de cálculo adotada é bastante precária por diversas causas: desconhece os prazos reais de duração dos empréstimos; equipara as taxas cobradas às existentes no Centro-Sul (subestimando, portanto, os subsídios, já que a Região Norte/Nordeste pratica taxas de juros mais baixas); não considera os créditos especiais das diversas linhas existentes cujas taxas de juros são as mais diferenciadas.

O ano de 1979, que aliou empréstimos abundantes a uma das menores taxas reais de juros do período, foi o ano que apresentou o maior volume de subsídios à agricultura, tanto em termos absolutos (CZ\$ 21 bilhões, a preços de 1985) como em relativos (em 1979, eles representaram 12,3% do PIB da agropecuária (RIBEIRO, 1979)

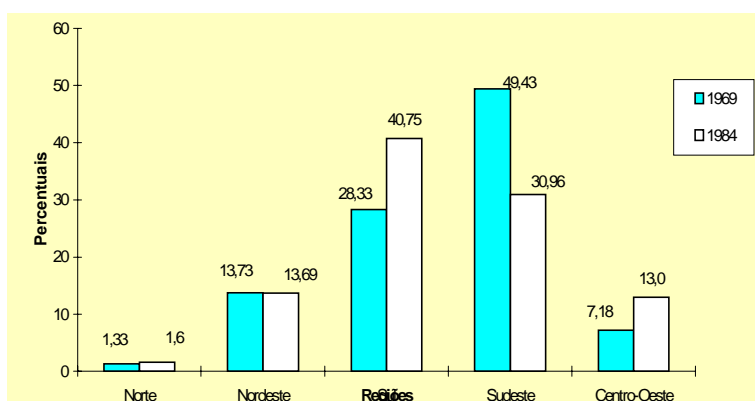
Ainda segundo o autor, o menor volume de subsídios concedidos ocorreu no ano de 1984, logo após a Resolução que estabeleceu, para o Centro-Sul, taxas de juros equivalentes à variação das ORTNs mais 3%.

2.1.5 A Distribuição dos Recursos por Regiões

Conforme FURSTENAU (1988), a alocação do crédito rural entre as regiões do País no início da série (1969-1984) apresentou uma grande concentração dos créditos na Região Sudeste - em termos de valor, quase 50% do crédito rural foi para os estados desta

região, especialmente para São Paulo. No transcorrer da década de 70, observou-se um movimento de aparente substituição entre os créditos para a Região Sudeste e a Região Sul, ou seja, a participação da Sudeste, em termos de valor contratado no crédito rural total, diminuiu de 49,95%, em 1970, para algo que varia de 30 a 34%, no início da década de 80, e a Região Sul, que atingia em torno de 32% do crédito rural concedido em 1970, cresceu durante a década, alcançando, em 1984, 40%. Este aumento na participação da Região Sul no crédito rural total deveu-se especialmente ao crescimento do percentual recebido pelo Paraná, apesar de o Rio Grande do Sul também ter apresentado algum incremento. A Região Centro-Oeste também adquiriu maior participação nos financiamentos totais nesse período, passando de 7% em 1969 para 13% em 1984. A participação das Regiões Norte e Nordeste foi ínfima, sendo que o percentual da Região Norte oscilou entre 1 e 3%, e a Região Nordeste absorveu em torno de 13% em 1969 e, em 1978 e 1981, chegou a 18,51%, daí decrescendo até atingir, em 1984, a mesma situação inicial (ver gráfico 1).

Gráfico 1 - Distribuição do Valor dos Contratos de Crédito Rural por regiões em 1969 e 1984.



Fonte dos dados: FURSTENAU (1988, p. 82-84)

Com relação aos valores médios financiados por regiões, pode-se dizer que as regiões Sudeste e Sul (ver tabela 1) apresentam um valor médio semelhante ao do País e enquanto a Centro-Oeste apresenta, em todos os anos da série, um valor médio por contrato superior ao da média brasileira, atingindo o dobro desta média em 1984. Isto implica financiamentos com valores mais altos para estas regiões do que para as outras regiões, portanto houve uma maior concentração nos financiamentos. Pode-se dizer, também, que os grandes beneficiados nesta região foram os grandes produtores que financiaram valores acima da média das outras regiões (FURSTENAU, 1988).

Tabela 1 - Valor Médio dos Contratos de Financiamentos Concedidos a Produtores e Cooperativas nas Regiões do Brasil - (1969-1984)

Em CZ\$ 1,00

Anos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1969	9.09	6.25	6.33	4.47	6.21	5.67
1970	11.95	7.50	8.37	6.87	8.55	7.77
1971	12.63	8.05	10.62	10.23	14.23	10.27
1972	17.81	11.28	14.43	15.40	22.10	14.74
1973	25.87	17.50	21.54	21.70	32.27	21.67
1974	30.90	26.36	33.05	33.83	48.54	33.28
1975	55.04	44.97	45.56	48.16	74.46	48.49
1976	88.35	62.92	65.35	69.10	137.69	71.08
1977	116.76	80.79	86.76	102.49	157.65	96.31
1978	156.36	105.15	117.69	122.40	202.50	123.42
1979	204.68	144.68	183.33	192.75	319.19	189.06
1980	280.83	223.80	323.32	324.57	492.79	310.62
1981	468.80	351.45	677.02	715.10	972.25	598.60
1982	829.38	691.51	1270.06	1250.17	1576.33	1136.78
1983	2484.78	1038.13	3340.25	2426.47	4175.40	2302.61
1984	7063.53	3346.93	8333.14	7707.52	14232.03	7025.67

Fonte: FURSTENAU (1988, p.85).

A concentração dos recursos do SNCR em alguns estados poderia ser explicada pela alocação de crédito em determinadas culturas. Foram especialmente os chamados produtos de exportação os que receberam maior parcela de crédito - no caso do Rio Grande do Sul, particularmente, a soja. Enquanto que para os produtos de mercado interno o crédito beneficiou as culturas que apresentavam um maior potencial de absorção de novas técnicas, ou seja, culturas que, na década de 60, já se encontravam com algum grau de capitalização - é o caso, por exemplo, do arroz e do trigo no Rio Grande do Sul.

2.1.6 Distribuição do Crédito Rural entre os Produtos Agrícolas no Rio Grande do Sul²

O Rio Grande do Sul, durante a série estudada (1969-84) por FURSTENAU (1988), apresentava oito produtos considerados os mais importantes. São eles arroz, fumo, milho, soja, trigo, feijão, mandioca e uva que respondiam por quase 90% do valor da produção da lavoura gaúcha em 1980.

Pode-se perceber que os dois produtos que receberam maior volume de crédito, são, pela ordem, soja e arroz, que absorveram, nos últimos anos da série, em torno de 60% do crédito agrícola destinado ao Rio Grande do Sul. Desta forma, fica evidente a concentração existente na alocação dos recursos.

SOJA - Foi a cultura que recebeu a maior parcela de recursos do Estado, em torno de 40%, a partir de 1974. Como a cultura da soja tornou-se importante, principalmente a partir dos anos 70, em decorrência dos incentivos governamentais e tendo em vista as crescentes possibilidades de colocação deste produto no mercado internacional, outras regiões implementaram essa produção no decorrer do período observado. Visto que produtores de outros Estados se interessaram pela cultura, diminuiu a participação do Rio Grande do Sul, em função da disseminação dos recursos entre todos.

ARROZ - O arroz gaúcho recebeu parcela importante do crédito rural alocado nesta cultura no Brasil - oscilando entre 35 e 40% ao longo da série, atingindo 46% em 1983 e quase 55% em 1984. Essa evolução mostra a crescente participação desta cultura do Rio Grande do Sul na produção nacional.

² Todos os percentuais citados neste item pertencem ao Banco Central do Brasil/Departamento de Crédito Rural, conforme *Furstenau (1988)*.

TRIGO - Recebia em torno de 20% na década de 70, mas acompanhou o movimento de queda, em nível nacional, da década de 80, decorrente dos incentivos à produção de culturas de exportação que, no caso do nosso Estado, era representada pela soja. Em 1984, o volume de crédito para esta cultura era de 6% dos recursos.

MILHO - O milho gaúcho recebia em torno de 3 a 4% nos anos 70, passando para 9 a 10% na década de 80. Houve um movimento de absorção de volumes crescentes de recursos nos anos de 1980 a 1982, invertendo-se este processo, entretanto, já a partir de 1983. No período de 1968-81, a produtividade física aumentou em torno de 77% no Rio Grande do Sul, bem acima da média nacional, na ordem de 37%.

FUMO - O Rio Grande do Sul absorveu sozinho mais de 40% do crédito repassado à produção de fumo nos últimos anos. Em termos de volume, no entanto, essa participação não tem grande significado, tendo em vista a pequena participação de recursos alocados na produção de fumo como um todo. Em termos percentuais, os recursos alocados nesta produção, no Brasil, alcançaram o máximo de 2%. Estes recursos, entretanto, ficaram extremamente concentrados, privilegiando o Rio Grande do Sul.

FEIJÃO, MANDIOCA E UVA – Estes produtos não apresentam percentuais importantes em termos de absorção de recursos de crédito. A uva, por exemplo, não ultrapassa 0,25% do total dos recursos. Desse percentual, o Rio Grande do Sul utilizou metade. Neste período, 50% da produção nacional de uva era proveniente do Rio Grande do Sul. Na cultura da mandioca também foi encontrado percentuais insignificantes, sendo o ano de 1981 o melhor ano, com 1,84% dos recursos totais destinados. Já o feijão, durante a década de 70, recebeu pouco volume de crédito, entretanto, no início da década de 80, recebeu 3,5 % dos recursos (1981) e manteve uma participação razoável nos anos seguintes.

2.1.7 Considerações Finais

Conclui-se que os grandes produtores foram quem mais se beneficiaram com o Crédito Rural, já que, do ponto de vista dos bancos, era quem possuíam garantias reais para os financiamentos, diminuindo o risco de inadimplência. Do ponto de vista do governo, por esses produtores produzirem culturas mais rentáveis (como as de exportação), tinham preferência sobre os recursos. Isto levou à concentração dos recursos nos estados em que a produção dessas culturas era significativa. A consequência maior deste mecanismo foi a concentração de renda, uma vez que os recursos financeiros eram subsidiados e, não raramente, os produtores desviavam os recursos próprios para atividades mais rentáveis em outros setores da economia.

Portanto, a política adotada pelo governo na época onerou os cofres públicos, em decorrência das taxas de juros utilizadas, visto que impossibilitavam a recomposição do valor real financiado e, ainda, privilegiou o Crédito Rural de Custeio, proporcionando, dessa forma, uma maior concentração de renda para os grandes produtores.

2.2 Década de 80 – Uma retrospectiva

Segundo MASSUQUETTI (1998), com as altas taxas de inflação a partir do final da década de 70, o crédito, caracterizado por subsídios implícitos, passou a representar um gasto excessivo para o Governo. Em função da política de estabilização econômica, que procurava conter o déficit público e a inflação, o crédito subsidiado passou a ser combatido, ocorrendo, em 1984, a sua extinção mediante a aplicação da correção monetária integral sobre os saldos devedores que era acrescida de juros reais variáveis.

O Governo Figueiredo (1979-1985) prometera prioridade para a agricultura e total ênfase às exportações, apesar da deteriorização das relações de troca. (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Todavia, ocorreram frustrações de safra em 1978 e 1979 por razões climáticas, obrigando o governo a fazer vultosas importações de alimentos básicos. Esta situação se repetiria, ainda, em 1980/81 e 1982/83, trazendo quedas sucessivas do PIB agropecuário, mesmo que pequenas.

Conforme DELGADO apud GRAZIANO DA SILVA (1996), a moratória do México, em 1982, modificou as condições de financiamento da dívida externa dos países latino-americanos. Esses países buscaram políticas que lhes garantissem saldos comerciais crescentes para cobrir os custos da dívida, haja vista o refluxo observado no movimento dos capitais internacionais.

O Brasil seguiu esta cartilha e utilizou-se do setor agrícola e dos ramos agroindustriais processadores para obter os saldos comerciais positivos de que necessitava. Segundo GRAZIANO DA SILVA (1996), esta política mostra resultados já em 1983, quando o saldo do comércio agrícola eleva-se substancialmente já que, entre 1983 e 1985, estes saldos representavam algo em torno de 75% dos juros brutos da dívida externa brasileira.

Ainda segundo o autor, havia potencialidade para criação de excedentes exportáveis por parte do setor agrícola, e a explicação para tanto estava na redução das importações de insumos e bens de capital, que impôs uma penosa recessão ao setor industrial. Por outro lado, refletia a redução na massa de salários que liberava excedentes para exportação via redução do consumo per capita de alimentos básicos.

Neste período, o volume de crédito representava apenas a terça parte do que fora aplicado na década de 70. O maior corte deu-se no crédito de investimento.

Praticamente todos os subsídios implícitos foram retirados, passando os produtores a pagar uma taxa real de juros de pelo menos 3% ao ano acima da correção monetária. Além disso, aumentou a contrapartida dos produtores (recursos próprios) nos financiamentos.

Pode-se dizer que, no período 1981/85, a produção agrícola voltou-se para obtenção de excedentes para exportação em razão das políticas adotadas, quais sejam a de câmbio e a de salários.

Em função da redução de recursos para o crédito rural, da recessão em que se encontrava o país nessa primeira metade da década e pelo caráter desigual e excludente do processo de modernização, que fez com que os produtores em condições de modernizarem-se já o tivessem feito, o ritmo de modernização na agricultura brasileira reduziu-se (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Em 1986, o Governo Sarney implantou o Plano Cruzado. Este plano estava apoiado em dois instrumentos: a desindexação e o tabelamento de preços pelo prazo de um ano. Em razão da expectativa de inflação zero para o ano, o congelamento de preços transformou-se em prioridade. Assim, governo e agentes econômicos enfrentavam-se diariamente. Para manter os preços congelados, o governo, ao longo do ano de 1986, precisou realizar importações, principalmente de alimentos, para atender à demanda. Porém esta medida reduziu os saldos do balanço de pagamento. Outra medida adotada foi a instituição de subsídios e redução de alíquotas, transformando a política fiscal num apêndice do controle de preços.

Nos primeiros meses do Plano Cruzado, devido à estabilização alcançada e à disponibilidade de crédito, os agricultores fizeram novos investimentos. Ocorre que essa estabilização foi passageira e com a retomada do processo inflacionário, no final de 1986, os empréstimos, principalmente os de investimento, se tornaram extorsivos, uma vez que a

correção deveria ocorrer em fevereiro de 1987 pela inflação acumulada nos últimos seis meses. Um outro agravante foi o excesso de oferta que deprimiu os preços recebidos pelos agricultores e pecuaristas. Assim, o cenário era de endividamento do setor agrícola, especialmente dos pequenos produtores rurais, muitos dos quais acabaram por perder seus bens, inclusive as terras que possuíam. O governo foi obrigado a perdoar as dívidas financeiras para garantir o plantio da safra de 1986/87 (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Segundo DELGADO (1988), a política agrícola inserida no Plano Cruzado exerceu fortes pressões sobre as finanças públicas. A manutenção em 1986 e 1987 de elevados subsídios de preços à produção e ao consumo na ordem de US\$ 3,5 bilhões nos dois exercícios impediu a realização de investimentos expressivos para a recuperação da infra-estrutura de bens públicos ligados ao próprio setor agrícola.

Para GASQUES, VILLA VERDE e SILVA (1988), as políticas de crédito rural, estoques reguladores, preços mínimos e de seguro rural, que têm uma abrangência muito maior em termos de produtos e de produtores ficaram em segundo plano. Uma vez que, em primeiro plano, os beneficiados foram o programa do trigo e do Proasal passando pelo saneamento financeiro de usinas e do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA), a aquisição de açúcar para exportação e a equalização de preços do açúcar e do álcool para o nordeste.

BARROS (1998), a partir da chamada “Nova República”, de 1985, havia desenhado um arcabouço para uma política agrícola mais voltada para o mercado. O motivo era o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações, cujas âncoras eram (a) taxa de câmbio sobrevalorizada, (b) política comercial criando barreiras de proteção à indústria, (c) controle de preços agrícolas para conter o custo de vida, (d) crédito rural abundante e subsidiado para assegurar a demanda por insumos industriais pela agricultura e o crescimento da produção agropecuária. A falência

(financeira e operacional) do Estado e a globalização decretaram o esgotamento do processo. Com isso, a manutenção do crescimento da agricultura fica alicerçada em um tripé: racionalização dos gastos públicos com dispêndio seletivo voltado para a produtividade e bem-estar do homem do campo; liberalização comercial interna e externa e maior realismo cambial.

Para o setor agrícola foi aplicado, principalmente, a primeira base do tripé, ou seja, a racionalização dos gastos públicos.

Desta maneira, a década de 80 apresentou um padrão de crescimento diferenciado da década anterior, visto que a produtividade passou a ser o fator condicionante deste crescimento em vez do crescimento extensivo (expansão da mão-de-obra empregada e área agricultável) da década de 70.

Segundo GASQUES e VERDE (1990), este aumento de produtividade observado nos anos 80 deve-se a três fatores,

- ao aumento na utilização de insumos, em razão da diminuição dos preços reais pagos pelos mesmos;
- aos resultados da pesquisa agronômica e
- à mudança na composição da produção, ou seja, substituição de produtos em favor daqueles de maior valor comercial.

Para explicar por que a agricultura cresceu em meio a uma conjuntura de preços desfavoráveis os autores ressaltam que a agricultura possui uma organização particular, pois na medida em que os processos de produção são diferenciados, verifica-se falta de uso alternativo da terra e predomínio da mão-de-obra familiar no campo.

As políticas agrícolas no final da década de 80, mais precisamente no período 1986-89, foram orientadas para equalização dos encargos financeiros nos financiamentos

rurais, sendo este motivo do fornecimento de crédito com subsídios implícitos em 1987. Houve também redução na ação da Política de Garantia de Preços Mínimos, através dos estoques reguladores e das Aquisições do Governo Federal (GRAZIANO DA SILVA, apud MASSUQUETTI, 1998).

2.3 A agricultura na década de 90

O Plano Collor (1990) adotou a estratégia do *choque*, congelando a moeda indexada. Desta maneira, neutralizou a possibilidade de ataque especulativo contra o congelamento inicial dos preços e ganhou controle sobre a política monetária. O efeito de desvalorização dos ativos reais foi logo desfeito pela inundação de cruzeiros entre abril e maio de 1990, o que explicou o aquecimento, nesses meses, dos preços agrícolas.

A partir de maio de 1990, no entanto, assistiu-se a uma progressiva contração da base monetária e a tentativa de penalizar, com menor taxa de juros, a preferência pela liquidez. O governo ficou incapaz de oferecer moeda indexada. Essa política restritiva, juntamente com a desindexação salarial e o desaquecimento da demanda agregada, interrompeu o processo especulativo da alta nos preços agrícolas (REZENDE, 1990).

Ainda segundo REZENDE (1990), para maximizar um impacto benéfico no aumento da oferta sobre a inflação, dever-se-ia mudar a sistemática de fixação dos “preços de intervenção”. Esses últimos deveriam passar a ser fixados diretamente tendo por base os preços mínimos e não independentes deles (preços médios dos últimos 60 meses). A concessão de prioridade à agricultura é necessária não apenas para dar coerência ao

combate a inflação, mas também para favorecer a retomada do crescimento econômico, ao reduzir o risco do investimento agrícola.

Apesar de desempenhar importante papel na economia do país, é na década de 90 que a agricultura familiar fica em evidência. A alta flexibilidade de adaptação a diferentes processos de produção e a variedade de fontes de renda tornam a agricultura familiar um dos elos fundamentais da modernização da agricultura e, particularmente, de certas cadeias agroindustriais.

Mesmo com vocação para policultura associada à pecuária, a lavoura familiar pode ajustar-se, em alguns casos, a situações extremas como, por exemplo, adaptar-se com certa rapidez às exigências de especialização de monoculturas. Não se pode ignorar a magnitude da contribuição econômica e social da agricultura familiar para o desenvolvimento e a sociedade brasileira.

No Rio Grande do Sul, este contexto já havia sido assimilado, já que a produção familiar ou as pequenas propriedades são responsáveis pela maior parte da produção do Estado em várias culturas como milho, leite, feijão, suínos, etc. (FIBGE, 1995). Através do FEAPER, ou então de programas como o Troca-Troca de Sementes de Milho busca-se atender às demandas dos pequenos estabelecimentos.

Em 1996, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar, o PRONAF, que se propõe a apoiar o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de emprego e renda, visando estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável que alcance níveis de satisfação e bem-estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, de forma a produzir um novo modelo agrícola nacional (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA..., 1996).

Para SILVA (1999), o PRONAF é resultado de um processo liderado pelas organizações sociais dos trabalhadores rurais que encontrou ressonância nas instâncias internas do Governo Federal. É considerado um programa em permanente construção, tendo em vista que, desde sua criação, passou por uma série de modificações, visando atender às reivindicações de seu público-alvo.

Ainda segundo o autor, as reivindicações por políticas específicas para a agricultura familiar ganhou evidência a partir da reforma da Constituição em 1987 com a elaboração de uma proposta de lei agrícola pelos movimentos sindicais, que incluía uma política de crédito voltada para a agricultura familiar. Em 1993 os movimentos sociais apresentaram ao governo uma proposta de crédito de investimento subsidiado para os agricultores familiares que destacava a necessidade de um programa que contemplasse a diversidade existente no interior da agricultura familiar.

Basicamente esta linha de crédito atua na área de custeio, de investimento, de infra-estrutura e serviços e de pesquisa. A linha de crédito para infra-estrutura e serviços é desenvolvida para os municípios por meio dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR). Os PMDRs devem contemplar as demandas dos agricultores familiares.

Além do PRONAF, o governo federal opera com outro programa chamado PROGER Rural. O PROGER, Programa de Geração de Emprego e Renda, é voltado especificamente para o agricultor e para a agroindústria (de forma individual ou coletiva), ambos de pequeno e microporte, bem como para Cooperativas cujos integrantes sejam microprodutores e pequenos produtores. A concessão de crédito está associada a programas de qualificação, assistência técnica e extensão rural (IBASE, 1999).

Conforme este Relatório, no Estado do Rio Grande do Sul, o PROGER RURAL é operado exclusivamente pelo Banco do Brasil.

As finalidades deste programa podem ser resumidas da seguinte forma:

- Propiciar o financiamento de empreendimentos de pequenos produtores rurais, de forma individual e coletiva;
- Contribuir para o aumento da produção e a melhoria da produtividade;
- Promover a maior absorção de mão-de-obra, gerando empregos e ocupações na área rural e, dessa forma,
- Evitar o êxodo rural buscando a permanência produtiva do homem no campo.

No Rio Grande do Sul, os recursos do Fundo de Apoio ao Trabalhador - FAT alocados no PRONAF para o financiamento da produção da agricultura familiar são canalizados por intermédio do Banco do Brasil e do BNDES, neste último caso, destinados, exclusivamente, à realização de Investimentos. O Banco do Brasil repassa uma pequena parte de seus recursos para Custeio para o BANSICREDI – o Banco do Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) – que não é agente oficialmente credenciado para gerir os recursos do FAT diretamente, e o BNDES repassa recursos de investimento para o BANSICREDI e o BANRISUL (Banco do Estado do Rio Grande do Sul). A importância do BANSICREDI deriva-se do fato de que conta com cerca de 130 mil agricultores associados ao SICREDI e possui mais de 270 postos de atendimento no Estado, sendo que em torno de 70 municípios só existem agências financeiras do SICREDI (IBASE, 1999).

O financiamento da produção e da agroindustrialização pelo PRONAF, com recursos do FAT, pode ser feito em duas modalidades: o PRONAF Normal e o PRONAF Especial. O PRONAF Normal inclui três modalidades de financiamento: custeio, investimento, e investimento para a agregação de renda à atividade rural (pequenas agroindústrias). O PRONAF Especial ou PRONAFINHO contempla financiamentos para

custeio e para investimento. A grande diferença entre o PRONAF Normal e o Especial diz respeito ao público-alvo. O público do Pronafinho (especial) é o pequeno produtor mais pobre, com renda bruta anual inferior a R\$ 8.000,00. Assim, o limite de crédito para custeio é de R\$ 1.500,00, sendo que R\$ 200,00 são a fundo perdido e a taxa de juros praticada é menor que as das outras linhas de crédito, 5,75% (IBASE, 1999).

Com base neste Relatório, no período compreendido entre janeiro de 1995, quando foram iniciadas as operações de crédito dos três programas, e agosto de 1998, o montante de recursos aplicados em todo o Brasil foi de R\$ 5.345.645.996,00, correspondendo a um total de 886.190 operações, cujo valor médio atingiu R\$ 6.032,00. No período considerado, os usuários dos três programas, PRONAF, PRONAFINHO E PROGER, no Estado do Rio Grande do Sul, foram contemplados com a maior parcela de recursos do FAT entre todas as Unidades da Federação. Foram realizadas no Estado um total de 266.127 operações contratadas pelos agentes financeiros, que atingiram um montante de R\$ 1.265.356.353,00. Em número de contratos isto representa 30,03% do total de operações dos três Programas no País, enquanto em termos de valor, atinge 23,67%, o que indica que os valores médios dos contratos no Estado são inferiores aos valores médios do País, conforme quadro abaixo.

Quadro 1 - Demonstrativo da Aplicação de Recursos no PROGER RURAL e PRONAF, no Brasil e Rio Grande do Sul- Jan/95 a Ago/98

Programas	Número de Operações			Valores Aplicados (R\$)			Valor Médio	
	Brasil	RS	% RS/BR	Brasil	RS	% RS/BR	Brasil	RS
PROGER Rural	274.095	69.072	25.20	2.158.339.923	527.378.138	24.43	7.874	7.635
PRONAF	469.624	193.324	41.17	1.769.744.371	682.335.843	38.56	3.768	3.529
TOTAL	743.719	262.396		3.928.084.294	1.209.713.981		11.642	11.164

Fonte: Ministério do Trabalho – Informe CGEM, outubro/98

No que diz respeito à distribuição dos recursos aplicados, segundo cada Programa, o PRONAF destaca-se como responsável pela maior parcela, 53,92%, do total dos recursos do FAT no Estado e ao PROGER Rural coube 41,68%. Importa ressaltar que cerca de 96% dos recursos – R\$ 1.209.713.981 – foram destinados à área rural e que, ao contrário do Brasil como um todo, no Rio Grande do Sul os valores aplicados do PRONAF foram superiores aos do PROGER Rural.

O PRONAF deteve o maior percentual (72,64%) do número de operações contratadas, seguido do PROGER Rural (25,96%).

Quadro 2 – Demonstrativo da Aplicação de Recursos do FAT no PROGER RURAL e PRONAF- Rio Grande do Sul – Jan/95 a Ago/98

Programas	Número de Operações		Valores Aplicados	
	número	%	em R\$	%
PROGER Rural	69.072	25.96%	527.378.138	41.68%
PRONAF	193.324	72.64%	682.335.843	53.92%
TOTAL	262.396	98,60%	1.209.713.981	95,60%

Fonte: Ministério do Trabalho – Informe CGEM, outubro/98

O Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alocam os recursos do FAT destinados ao PRONAF e ao PROGER-RURAL. Estas instituições repassam parte dos recursos para agentes financeiros como o Banrisul e o Bansicredi. Este último absorve parte da oferta de crédito para investimento destinado pelo BNDES, enquanto o Banrisul opera mais com a linha de crédito para custeio e o Banco do Brasil opera tanto para investimento quanto para custeio. A participação das operações, em termos de valores contratados no Estado do Rio Grande do Sul pelo Banco do Brasil e BNDES, no âmbito do PRONAF, em relação ao total do Brasil é bem expressiva – 48,56% (praticamente a metade dos recursos) e 31,27%, respectivamente. Considerando o número de operações, estes valores atingem 45,42% e 39,70%, indicando que os valores médios dos contratos realizados pelo Banco do Brasil são superiores à média brasileira (com exceção do PROGER Rural), enquanto que, no caso do BNDES, ocorre o contrário.

Com relação a inadimplência, segundo o Banco do Brasil³, os dados referentes ao PRONAF Investimento, para o Rio Grande do Sul, referente ao volume de financiamentos realizados até 31 de maio de 2000 (R\$ 118 milhões), o percentual situa-se próximo de 1,44%.

Segundo o relatório do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), as entrevistas realizadas em agências do interior do Banco do Brasil e na Superintendência Estadual deste Banco, em Porto Alegre, indicam que o PRONAF e, em especial, o PRONAFINHO Custeio (PRONAF Especial) viabilizaram a volta dos pequenos agricultores ao Banco do Brasil e ao crédito rural, do qual se tinham afastado devido à

³ Resultados obtidos diretamente na Superintendência do Banco do Brasil, em Porto Alegre.

correção monetária que vigorava no passado. Além disso, de acordo com a Superintendência Estadual, se o PRONAF acabasse, provavelmente muitas agências do interior seriam obrigadas a fechar.

Outro dado relevante apontado nesta avaliação diz respeito à mobilização de muitas agências no interior visando atrair um maior número de pequenos agricultores, bem como uma maior sensibilidade para intensificar as parcerias com as comunidades e os sindicatos de trabalhadores, refletindo, entre outras coisas, a constatação de que essas parcerias reduzem os índices de inadimplência do crédito rural, que já não são muito elevados em se tratando de pequenos agricultores. De acordo com a Superintendência Estadual, a inadimplência do PRONAF não chega a 5% do total das operações realizadas.

Em função disso, houve um aumento de 25% no volume de crédito para os pequenos agricultores em relação ao ano anterior, de modo que a demanda por crédito foi, de maneira geral, considerada atendida.

Quadro 3 – Volume de Operações do Pronafinho, no período 1997-98

Linha de Crédito	Número de Operações	
	1997	1998
Pronafinho Custeio	15.000	60.000

Fonte: IBASE, 1999.

Ainda segundo o IBASE (1999), o volume de operações aumentou em 300% e o valor médio ficou em R\$ 800,00 de 1997 para 1998. O PRONAF e o PROGER Rural não passam, na prática, de linhas especiais de crédito rural manejadas pelos agentes financeiros e estão muito longe de funcionarem como Programas de Desenvolvimento Rural para a agricultura familiar. A implementação de tal programa demanda, além de

fontes adequadas de financiamento, mecanismos institucionais representativos e que se definam as atividades agrícolas e rurais consideradas prioritárias pelas comunidades locais, os instrumentos de política pública (além do crédito) que deveriam ser utilizados para sua implementação, e as parcerias institucionais capazes de viabilizar a implementação, o monitoramento e a avaliação permanente do programa.

2.4 Política de Crédito Rural no Rio Grande do Sul - Surgimento do FEAPER ⁴

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1988, instituiu o FEAPER, com o objetivo de dar apoio a uma categoria de produtores que, historicamente, não tinha chances de competir com o médio e o grande produtor na canalização de recursos do crédito rural para as suas propriedades. Segundo as Normas Operacionais do FEAPER, este Fundo:

“... objetiva possibilitar o financiamento a pequenos estabelecimentos rurais com vistas a elevação de seus índices de produção, produtividade e melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais.”

Através da Lei n.º 8.511, de 06 de janeiro de 1988, e regulamentado pelo Decreto n.º 32.785, de 25 de março do mesmo ano, o FEAPER recebe recursos de dotações orçamentárias do Estado além do seu resultado operacional e outras fontes (eventualmente).

O apoio financeiro do FEAPER viria de duas maneiras:

⁴ Nesta seção todos os aspectos técnicos foram retirados das Normas Operacionais e do Regimento Interno do FEAPER.

- 1) Por intermédio da cobertura das eventuais diferenças entre a evolução dos compromissos de financiamentos normais de crédito rural e aqueles oriundos da sistemática de pagamento em equivalente-produto, em interveniência a operações firmadas diretamente pelos produtores rurais e suas organizações com os agentes financeiros desde que previamente autorizados pelo FEAPER;
- 2) na forma de apoio às necessidades de financiamentos das pequenas propriedades e suas organizações associativas na sistemática de equivalente-produto.

O Fundo fazia financiamentos diretos (recursos próprios) em que o produtor tinha o valor liberado convertido em sacos de milho, com juros subsidiados de 3 % a.a. capitalizados mensalmente. Na data do pagamento, faz-se a conversão do valor em sacos de milho para a moeda corrente. Quando havia diferença entre a taxa de juro dos financiamentos concedidos com recursos de outras entidades - exemplo recursos do BNDES - e a taxa praticada pelo FEAPER, o Fundo cobria com recursos próprios.

O FEAPER é constituído de um Conselho de Administração e operacionalizado através de um Comitê Executivo.

O Conselho de Administração do FEAPER tem função normativa e deliberativa, sendo que o seu Presidente é o próprio Secretário de Estado da Agricultura.

Fazem parte também da composição do Conselho os seguintes membros:

- Secretário de Estado da Coordenação e Planeamento,
- Secretário de Estado da Fazenda;

- Presidente da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER/RS;
- Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul;
- Presidente da Companhia de Silos e Armazéns -CESA;
- Presidente da Federação do Trabalhadores Rurais - FETAG/RS
- Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul– OCERGS

Dos membros do Conselho de Administração, pode-se dizer que o Banrisul e a EMATER são as duas entidades que, juntamente com a Coordenadoria Estadual do FEAPER, operacionalizam o Fundo, na medida em que cabe a EMATER a elaboração dos projetos técnicos para financiamento, bem como a prestação de assistência técnica aos produtores (beneficiados) e ao Banrisul, como agente financeiro do Fundo, fazer o cadastro dos beneficiários, contratar as operações e efetuar as cobranças das mesmas.

Os beneficiários do FEAPER, além de serem pequenos produtores rurais, precisam atender cumulativamente a alguns critérios para que o financiamento seja concedido, a saber

- 1) deter a posse ou propriedade do imóvel cuja área não ultrapasse a 50 hectares para municípios que tenham módulo fiscal até 25 hectares e, para municípios cujo módulo fiscal é superior a 25 hectares, o limite é de 100 hectares, salvo os municípios pertencentes à Região dos Campos de Cima da Serra e a Região da Metade Sul do Estado. Para estas duas regiões, o limite da área é de 200 hectares, desde que a renda anual não ultrapasse R\$ 27.500,00;

- 2)ter na exploração agropecuária a sua única fonte de renda;
- 3)Residir no imóvel rural e/ou na comunidade rural;
- 4)Obtenham renda bruta originária da agropecuária não superior ao que é definido no Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil, para pequenos produtores rurais (R\$ 27.500,00).

O FEAPER possui critérios também para a parte técnica dos projetos como o percentual de financiamento que fica no intervalo entre 80 a 100 por cento do valor do projeto. O valores máximos para financiamento são de 500 sacos de milho para produtor individual ou R\$ 3.350,00 (R\$ 6,70/saco de milho). Para grupos ou condomínios não existe valor máximo para o financiamento, porém exige-se um número mínimo de cinco sócios.

O prazo de pagamento dos financiamentos varia de acordo com a atividade a ser financiada, mas gira em torno de 12 a 36 meses de carência e amortizações em até cinco anos, com prestações mensais, trimestrais, semestrais ou anuais.

Desde 1997, os contratos são corrigidos com uma taxa de juros de 6% ao ano mais a variação do preço mínimo oficial do milho-produto. Quando há inadimplência, são aplicados sobre a parcela vencida, juros de mora de 12% mais o percentual da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Embora o fim da correção monetária para o caso de inadimplência já tenha sido aprovado pelo Conselho de Administração do FEAPER, o agente financeiro (BANRISUL) ainda não operacionalizou este cálculo, portanto, ao se tornar inadimplente, o mutuário tem sua dívida aumentada substancialmente.

Em todos os financiamentos são exigidos garantias reais, ou seja, aval e penhor (garantias reais). Quando o mutuário é um grupo ou condomínio, todos os integrantes são

devedores solidários, ou seja, todos respondem pelo financiamento em caso de inadimplência.

A revisão bibliográfica realizada até o momento possibilitou conhecer como funcionou o crédito rural no Brasil e no Rio Grande do Sul, desde a década de 60 até os dias de hoje, bem como as políticas agrícolas adotadas nos diferentes períodos. Evidenciou, ainda, o perfil dos beneficiários com o crédito rural e as culturas mais produzidas, donde se constata que, durante o Sistema Nacional de Crédito Rural, os recursos estiveram concentrados no crédito de custeio (curto prazo), beneficiando os grandes proprietários, cujas culturas voltavam-se para o mercado externo. Com o fim do Sistema Nacional de Crédito Rural, os agricultores necessitavam maior produtividade para, assim, obterem maiores ganhos e compensarem a falta de crédito.

A agricultura familiar, não contemplada no SNCR, despontou na década de 90 em função da facilidade de adaptação a novos processos de produção e a integração nas diversas cadeias produtivas agroindustriais.

Dessa forma, as políticas agrícolas nesta década contemplam as necessidades deste público, embora ainda abaixo da demanda, em que Fundos públicos como o FEAPER e programas de governo como o PRONAF são exemplos.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

O presente estudo realizou-se em três etapas: na primeira, procurou-se caracterizar o FEAPER enquanto instrumento de crédito rural público, resgatando-se dados históricos com base no acervo bibliográfico do Fundo, bem como com entrevistas com antigos Coordenadores do FEAPER. Na Segunda etapa realizou-se a pesquisa de campo propriamente dita; e, por fim, na terceira etapa, buscou-se aprofundar a pesquisa em três regiões, investigando-se os resultados sobre os projetos financiados em duas atividades específicas.

3.1 Etapas

Primeira Etapa- Caracterização do FEAPER enquanto Instrumento de Crédito Rural Público

Neste item procurou-se buscar subsídios para evidenciar a história do Fundo, como surgiu, em que circunstâncias, que objetivos tinha, quais eram os agentes envolvidos na implantação do Fundo Rotativo. Assim, foi possível conhecer e caracterizar os principais programas agrícolas que foram viabilizados pelo FEAPER, bem como as políticas implícitas. Ainda para ajudar na elucidação do histórico do Fundo, foram

realizadas entrevistas com dois Coordenadores do FEAPER, que ocuparam o cargo em períodos de governo distintos.

Segunda Etapa - Pesquisa de Campo

Baseado em relatórios financeiros fornecidos pelo Banrisul, foi possível identificar os mutuários, a finalidade do crédito e a localização dos empreendimentos com débitos. Este mapeamento originou uma lista com todos os inadimplentes até março de 1999, totalizando 180 Condomínios Rurais inadimplentes.

Com base nas informações apuradas a partir deste mapeamento, organizou-se reuniões, por região, conforme a distribuição geográfica utilizada pela SAA⁵, para explicar a pesquisa a ser realizada e orientar no preenchimento dos questionários. Nestas reuniões, estavam presentes os agricultores, os técnicos da Emater local, além de representantes da SAA. Particularmente, os agricultores apresentavam não só os problemas, como também as suas propostas para viabilizar o pagamento das dívidas, devidamente analisado no capítulo seguinte.

Os questionários (anexos 1, 1A e 2) foram entregues para todos os agricultores presentes as reuniões. Para aqueles Condomínios que constavam na relação de inadimplentes, mas que não enviaram representantes nas reuniões, foi entregue ao técnico da EMATER uma cópia do mesmo para que pudessem participar do processo de investigação e renegociação. Contudo, nas reuniões também participaram Condomínios que não estavam inadimplentes até março de 1999, mas que gostariam de rever o prazo de pagamento por se encontrarem em dificuldades financeiras. A estes também foi permitido

o preenchimento dos questionários. No total, aproximadamente, foram entregues 200 questionários. Deste total, retornaram 174 questionários, sendo que 16 pertencem a Condomínios Rurais adimplentes.

Os questionários tem o objetivo de verificar se o empreendimento ainda existe, se está funcionando, quantos sócios estão envolvidos, se a tecnologia continua a mesma (sistema de produção), qual o grau de endividamento dos condomínios. Com base nesse material, pode-se elaborar uma proposta que contemple os mutuários e que, ao mesmo tempo, o Fundo tenha condições de absorver.

Terceira Etapa – Análise de projetos Adimplentes e Inadimplentes de três Regiões do Rio Grande do Sul

Tendo em vista que a inadimplência está concentrada nas atividades de Suinocultura, Gado de leite e Pesca Artesanal, buscou-se comparar os projetos financiados que encontram-se em dificuldades (inadimplentes) e aqueles que apresentam resultados positivos. Essa comparação tem o propósito de apontar as diferenças e semelhanças em tecnologia, capacidade gerencial dos envolvidos (mão-de-obra), recursos, concepção do projeto, assistência técnica, mercado e a situação atual. Entretanto, optou-se por trabalhar apenas com suinocultura e gado de leite, que são atividades presentes em mais regiões do Estado, ao contrário da Pesca Artesanal que concentra-se na região de Pelotas. Para aprofundar esta etapa, escolheram-se as regiões de Santa Rosa, Santa Maria e Palmeira das Missões para realizar a análise. Na região de Santa Rosa foram analisados 6 Condomínios Rurais financiados para a atividade suinícola e 2 para a atividade leiteira. Enquanto na

⁵ Distribuição em função das Coordenadorias Regionais da SAA facilitando o acesso as informações bem como os custos da pesquisa de campo.

região de Santa Maria foram 5 Condomínios de suínos e 3 para gado de leite. Estes números na região de Palmeira das Missões é de 3 para suínos e 2 para gado de leite.

3.2 Procedimentos para análise dos projetos pertencentes à terceira etapa

Este item desenvolve-se em duas etapas.

1) Após escolha dos projetos a serem avaliados, realiza-se uma análise técnica do projeto, verificando o valor do investimento, a receita, despesa, capacidade de pagamento do beneficiário. Esta etapa identifica possíveis erros no projeto que possa comprometer todo o investimento.

2) Aplica-se um questionário que aponte a realidade do projeto hoje: se está ativo, qual o grau de endividamento, qual a capacidade de pagamento atual, se o investimento está quitado, principais problemas e se o investimento gerou maior renda para os envolvidos.

3.2.1 Análise das Variáveis

Os problemas evidenciados nas reuniões por região indicaram as variáveis a serem investigadas com mais profundidade, a saber:

- número de sócios - esta variável afeta a receita do Condomínio e a produção de insumos para a alimentação dos animais;

- produção de insumos para alimentação dos animais – depende do número de sócios e da produtividade das lavouras;
- formação da capacidade de produção: receitas x custos - por utilizarem na formação da capacidade de pagamento do investimento, a receita oriunda das lavouras individuais não pode ser mal dimensionada, bem como os custos;
- rebanho atual, como forma de conhecer o tamanho da receita - o objetivo é saber se o Condomínio ainda tem capacidade para funcionar.
- valor financiado - esta variável evidencia o tamanho do investimento e serve de parâmetro para confirmar a viabilidade do agronegócio;
- sistema de produção inadequado - quase todos os Condomínios optaram por um sistema de produção, a Unidade de Produção de Leitões;
- condições reais de pagamento no momento atual.

Para verificar se a receita proveniente da produção das lavouras dos sócios estava satisfatoriamente estimada, buscou-se, no projeto original, identificar a área plantada bem como a produtividade esperada e foi feita uma comparação com a produtividade das principais lavouras de grãos, da produção de leite e de suínos obtida no ano de 1998, por município do Rio Grande do Sul⁶. Com esta metodologia, pode-se evidenciar se a receita estava superestimada, subestimada ou satisfatória.

Na análise das variáveis buscou-se avaliar o grau de comprometimento dos projetos originais diante dos erros cometidos na formulação dos mesmos, bem como a questão do modelo de associativismo presente no programa de Condomínios rurais.

⁶ Parte-se do pressuposto que a produtividade não tenha decrescido. Mesmo assim, fora considerado uma margem de erro de 10% para cima e para baixo nos índices de produtividade.

3.3 Coleta de dados (preenchimento dos questionários)

Os questionários foram preenchidos pelos agricultores juntamente com os agentes envolvidos e, posteriormente, tabulados de modo a fornecerem os dados necessários para análise dos projetos.

4 O FEAPER COMO INSTRUMENTO DE CRÉDITO RURAL PÚBLICO

4.1 Histórico do FEAPER⁷

Durante o Governo Pedro Simon (1987-90), um grupo de técnicos da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAA) pesquisaram iniciativas de outros estados em programas voltados ao desenvolvimento da pequena propriedade. O objetivo era adquirir experiência suficiente para formular uma proposta de instrumento capaz de viabilizar a pequena propriedade no estado do Rio Grande do Sul. Este grupo analisou a experiência do estado vizinho, Santa Catarina, com um programa denominado Troca-Troca de Sementes, cujo objetivo era o de repassar sementes de milho aos agricultores para pagamento futuro (na safra). O Governo de Santa Catarina utilizava, em seus programas agrícolas, o sistema de equivalente-produto que consiste em transformar a dívida contraída em moeda para valor equivalente em produto (milho, leite, etc.).

O grupo orientado pelo primeiro Coordenador do FEAPER identificou que as necessidades dos pequenos produtores gaúchos, na época, eram a eletrificação rural e o armazenamento da produção.

⁷ Este capítulo teve a colaboração do Eng.º Agr.º Miguel Bresolin, primeiro Coordenador Estadual do FEAPER, por meio de entrevista .

Em um primeiro momento, o governo gaúcho viabilizou projetos de eletrificação rural e armazenamento da produção (paióis de chapecó) para a pequena propriedade rural via recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Logo após, o grupo técnico apresentou uma proposta para criação de um fundo que serviria de instrumento para viabilizar os investimentos necessários na pequena propriedade. Este fundo utilizaria o sistema de equivalente-produto, cuja experiência fora observada em Santa Catarina. Entretanto, naquele estado, a devolução do empréstimo dava-se sob a forma de produto e isto culminava em alguns problemas. Basicamente, estes problemas eram os custos para armazenamento e a não-uniformidade do produto recebido. Assim, a proposta gaúcha previa o milho como equivalente-produto, mas a devolução do empréstimo se daria em moeda corrente por meio da conversão do débito em sacos de milho para moeda, utilizando-se o preço mínimo oficial do milho, fornecido pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Utilizando-se de recursos do Tesouro do Estado para dar início aos financiamentos, o FEAPER começou a operar, e os primeiros projetos contemplados foram para implantação de eletrificação rural e construção de Paióis de Chapecó para armazenamento da produção.

A estrutura administrativa do Fundo previa um Coordenador Estadual, um Coordenador Técnico e um Coordenador Administrativo. Para estes cargos, assumiram três funcionários da SAA, dois engenheiros agrônomos e um administrador, respectivamente. Dessa forma, os responsáveis pela operacionalização do Fundo eram técnicos concursados da SAA, diferentemente do que vem acontecendo após a saída desta equipe, ou seja, invariavelmente, os coordenadores seguintes foram indicados por possuírem vínculos políticos com o governo do momento.

Percebe-se, baseado na entrevista com o primeiro Coordenador Estadual, que inicialmente o FEAPER foi um Programa que financiava pequenas propriedades em várias atividades. Atualmente, além de ser um Programa, o FEAPER é um agente financeiro e executor de outros programas.

Ainda, baseado nesta entrevista, na década de 90, durante o Governo Collor de Mello, então Presidente da República do Brasil, os recursos do BNDES foram cortados. Além disso, a verba que existia para o Estado do Rio Grande do Sul, via Ministério da Agricultura, para implantação de sistemas de irrigação, diminuiu sensivelmente. Desta forma, o Fundo tornou-se a única fonte de recursos para viabilizar novos investimentos na agricultura familiar no Estado.

Cabe ressaltar que o FEAPER foi precursor do sistema de equivalência-produto no estado do Rio Grande do Sul. Os riscos para o produtor ficavam menores com este sistema. Uma vez que os financiamentos eram corrigidos por uma taxa de 3% com equivalente-produto, o mutuário ficava protegido das variações monetárias que ocorriam com frequência no país. Esta garantia funciona da seguinte maneira: no Banco existem dois cálculos, um em sacos de milho e outro na moeda corrente. O primeiro cálculo prevê apenas aplicação da taxa de juros do contrato, sem nenhum tipo de correção monetária. No segundo, incide juros e correção monetária. Na data do vencimento das parcelas, o produtor paga sempre o menor valor entre os dois cálculos e a diferença é debitada ao FEAPER. Os produtores que buscavam financiamento direto de instituições bancárias tinham suas dívidas corrigidas por indexadores que mudavam constantemente.

Ainda na década de 90, no início do Governo Estadual de Alceu Collares, fora criado um Cargo de Coordenador de Programas; o FEAPER, assim como todos os programas da SAA, ficariam vinculados a este coordenador.

Nesta época, o FEAPER já estava consolidado, em pleno funcionamento e financiando outras tantas atividades como fruticultura, máquinas e implementos, etc.

O Programa mais característico do início da década de 90 e, por consequência, do Governo Estadual do momento, foi a criação do Programa de Condomínios Rurais.

Condomínio Rural é uma forma de organização associativa, de pequenos proprietários rurais vizinhos, que se unem para viabilizar soluções econômicas, sociais, políticas e culturais.

Na verdade, trata-se de uma forma de cooperação menos burocrática e com a possibilidade de um menor número de sócios do que em uma Cooperativa.

Segundo consta nos diversos documentos explicativos do então Governo, os objetivos deste Programa eram os de proporcionar a organização global do estabelecimento rural e racionalização do uso dos fatores de produção; melhorar a qualidade de vida e o nível de renda dos pequenos proprietários rurais; agilizar o processo de difusão e adoção de tecnologia agrícola entre pequenos proprietários rurais; contribuir para mudança de mentalidade vigente da prevalência dos interesses coletivos em relação aos interesses individuais; facilitar o acesso aos diversos serviços essenciais do interesse das famílias rurais.

O Fundo dirigiu cerca de 89% dos seus recursos no período de 1989 a 1990, para financiamentos de projetos individuais, os outros 11% foram utilizados para financiar grupos e/ou associações.

No período de 1991-94, ocorreu uma inversão no destino dos recursos do FEAPER, somente 32% foram para projetos individuais, enquanto o Programa de Condomínio Rurais arrematou o restante. Por último, entre 1995-98, em outro governo, os

recursos foram distribuídos mais equitativamente, ou seja, 55% foram para projetos individuais e 45% para projetos coletivos.

Tabela 2 - Financiamentos Liberados pelo FEAPER, por Programa, de 1988 a 1998, em Sacos de Milho

Período	Projetos Coletivos			Projetos Individuais			Total projetos	Valor total (R\$)
	Nº projetos	Valor (R\$)	Valor médio	Nº projetos	Valor (R\$)	Valor médio		
1988-1990	36	224.960,59	6.248,90	8.383	1.875.755,26	223,76	8419	2.100.715,85
1991-1994	552	2.103.486,63	3.810,66	4.045	653.221,75	161,48	4597	2.756.708,38
1995-1998	190	585.960,23	3.084,00	3.139	715.273,06	227,86	3329	1.301.233,29

Fonte: Banco de dados da EMATER/FEAPER, 1998.

Embora os dois primeiros anos de funcionamento do Fundo tenham servido para o aprendizado da operacionalização de um instrumento completamente novo para os técnicos, o volume de financiamento foi significativo. O mesmo aconteceu no período seguinte (1991-94), principalmente se comparado com os poucos recursos investidos pelo governo do período 1995-98. As diretrizes políticas que envolveram cada período pode ser uma explicação para momentos tão díspares nestes 10 anos do Fundo. Por exemplo, no último período (1995-1998), tendo em vista a pouca capacidade de investimento do Estado, o governo estadual optou por diminuir as suas atribuições, privatizando empresas estatais como a Companhia Telefônica Riograndense (CRT) e parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica. No começo deste governo (1995) a agricultura não era a prioridade, tal sentimento fora percebido haja vista a falta de recursos disponibilizados para financiamento. Entretanto, ao longo do período, algumas mudanças, principalmente em decorrência do clima, ora estiagem, ora chuva de granizo, aumentaram as pressões sobre o governo numa tentativa de sensibilizá-lo com as necessidades do setor. Sobretudo, neste

período (1995-98), não houve condições financeiras para acompanhar o ritmo ditado pelas gestões anteriores no FEAPER. Os recursos provenientes de resultados operacionais do Fundo (retorno) eram cada vez menores, tendo em vista a inadimplência que ficava evidente à medida que os projetos financiados no governo anterior (1991-94) tinham o prazo de carência cessado. Por isso, em função dessa escassez de recursos, os novos projetos foram racionalizados do ponto de vista técnico. Os investimentos foram direcionados para outras áreas, cujo montante de recursos necessários era menor, como aquisição de máquinas e implementos.

Ao contrário da primeira administração do Fundo, que tinha a missão de montar a infra-estrutura necessária e operacionalizar o FEAPER, a administração de um outro engenheiro agrônomo, no período do Governo Antônio Britto (1995-98), ocupou-se no primeiro momento, em readequar as Normas Operacionais do Fundo, bem como o seu Regimento Interno. Na opinião deste coordenador⁸, era necessário rever alguns itens como prazos de pagamento e taxa de juros, bem como tornar juridicamente perfeita a normatização do Fundo. Esta medida se fazia necessária, pois, por se tratar de um Instrumento de crédito público, ou seja, que utiliza recursos do Tesouro do Estado, portanto sujeito às leis e diretrizes, conforme a Constituição Estadual. Neste período, o FEAPER praticamente financiou projetos individuais para o Programa de Citricultura e alguns projetos coletivos voltados para implantação de pequenas unidades de beneficiamento de frutas cítricas (Packing House), além de projetos para suinocultura e gado de leite. Foram poucos os financiamentos tendo em vista o período de início de governo e a escassez de recursos.

⁸ Engenheiro Agrônomo Claudemir Locatelli, em entrevista.

Quadro 4 - Principais Finalidades Financiadas pelo FEAPER, de 1988 a 1998, em Sacos de Milho

Período	Atividade	Individuais		Valor médio (sc)	coletivos		Valor médio (sc)
		nº projetos	Valor (sc)		nº projetos	valor (sc)	
1988/90	Correção/conserv.solo	2365	366.802,93	155,10			
	Citricultura	1109	296.328,17	267,20			
	Paiol (300 a 700 sacos)	1074	262.180,70	244,12			
	Paiol (até 300 sacos)	958	151.976,48	158,64			
	Melhoria Habitação	813	179.732,44	221,07			
	Eletrificação Rural	363	71.366,87	196,60			
	Armazem (+1000 scs milho)				9	137.955,46	15.328,38
	Trator				9	37.108,83	4.123,20
	Irrigação e Drenagem				7	8.589,34	1.227,05
	Outros	1701	547.367,67	321,79	11	41.306,96	3.755,18
	Subtotal	8383	1.875.755,26	223,75	36	224.960,59	6.248,90
1991/94	Citricultura	2726	382.753,98	140,41			
	Eletrificação Rural	316	59.198,53	187,34	54	129.269,64	2.393,88
	Paiol de 300 a 700 sacos	286	70.403,24	246,17			
	Paiol até 300 sacos	172	30.968,63	180,05			
	Suínos				104	744.060,78	7.154,43
	Correção/conserv.solo				75	145.445,25	1.939,27
	Máquinas/implementos				58	149.901,86	2.584,51
	Gado Leiteiro				45	286.010,33	6.355,79
	outros	545	109.897,37	201,65	216	648.798,77	3.003,70
	Subtotal	4045	653.221,75	161,49	552	2.103.486,63	3.810,66
1995/98	Citricultura	1972	400.018,80	202,85			
	Reprodutores e matrizes	461	89.263,89	193,63			
	Maquinário e implementos	151	52.519,17	347,81	42	45.408,70	1.081,16
	Fruticultura (clima Trop)	81	19.669,99	242,84			
	Fruticultura (clima Temp)	79	24.319,50	307,84			
	Pesca Artesanal				19	22.907,51	1.205,66
	Gado leiteiro				14	79.082,06	5.648,72
	Melhoria da Habitação				14	40.779,20	2.912,80
	Suínos				13	77.786,90	5.983,61
	outros	395	129.481,71	327,80	88	319.995,86	3.636,32
	Subtotal	3139	715.273,06	227,87	190	585.960,23	3.084,00

Fonte: Banco de dados EMATER, 1999.

O valor médio dos financiamentos coletivos no período 1988-90 era de 6.248,9 sacos de milho, enquanto para individuais era de 223,7 sacos. Para o período seguinte (1991-94) estes valores são 3.810,6 e 161,5 sacos de milho, respectivamente, enquanto no período de 1995-98, o valor médio para os financiamentos coletivos foi de 3.084,0 e nos individuais foi de 227,8 sacos de milho. Percebe-se que os valores médios foram diminuindo no decorrer dos períodos. Nos projetos coletivos, a queda foi constante de 1988 a 1998. Já nos projetos individuais, do primeiro período para o segundo, houve queda de 27,8 no valor médio, porém, do segundo para o terceiro período, o valor médio aumentou 41,1%.

Pode-se dizer que o destino dos recursos nos diversos períodos fez com os valores médios sofressem sensíveis alterações. Por exemplo, nos dois primeiros anos do FEAPER (1988-1990), foram financiados nove projetos para construção de armazéns comunitários, com capacidade para mais de 1.000 sacos, totalizando 137.955,4 sacos de milho. O valor médio para esses armazéns fica em 15.328,4 sacos de milho por projeto. Enquanto no período seguinte (1991-94), a finalidade mais atendida foi a implantação de Condomínios Rurais para suinocultura, com 104 projetos a um custo total de 744.060,78 sacos de milho, cujo valor médio ficou em 7.154,4 sacos. Portanto, o valor médio diminuiu, aproximadamente, 54%.

Embora o valor médio tenha ficado em torno de 7.154,4 sacos de milho, muitos projetos foram financiados com valores próximos de 15.000 sacos ou R\$ 100.500,00. Dentre os 104 projetos financiados, alguns não previam (ou quase) gastos com instalações e sim apenas com compra de matrizes. Isto fez com que o valor médio diminuísse.

Os condomínios de suínos, via de regra, financiavam a compra de matrizes e as instalações necessárias para a implantação de uma Unidade Produtora de Leitões (UPL),

ou seja, em conjunto, os agricultores produziam os leitões. Após o desmame, estes animais eram levados para a propriedade individual onde serão engordados (terminados) e então repassados à Integradora.

O sistema de criação de suínos, predominante no Rio Grande do Sul, é o confinado. Os animais são alojados em galpões em todas as fases de criação. Há casos em que a fase de gestação é feita em piquetes e as matrizes em gestação, na maioria dos casos, se situam próximas às pocilgas. Granjas com mais de 30 matrizes, construídas nos últimos 10 anos, normalmente possuem celas parideiras (BARTELS E VIOLA, 1993).

Ainda segundo os autores, este sistema de confinamento apresenta uma tendência de aumento do tamanho das granjas e da produtividade, visto que, há necessidade de melhor infra-estrutura para o pleno desenvolvimento da atividade. Como consequência, este sistema tende à especialização por fase. As indústrias, as cooperativas e os condomínios estão se especializando na criação de leitões de até 25 quilos. Um outro grupo de produtores está se especializando na terminação dos animais. As indústrias e as cooperativas fornecem, além dos animais, rações, medicamentos e assistência técnica. O melhoramento do rebanho, a eficiência da ração, a construção de prédios mais altos e maiores, a utilização de celas parideiras, a melhoria do meio ambiente e a preocupação com a sanidade do rebanho são tecnologias que estão sendo adotadas pelos produtores.

Assim, para suínos, são necessários recursos para construção do alojamento para gestação, para maternidade e para a creche. Estas instalações, em alvenaria, encareciam o projeto, tanto para Condomínios que explorariam suinocultura, como para os de gado de leite, que, via de regra, buscavam recursos para construir salas de ordenha com ordenhadeira tipo “espinha de peixe” e estábulo para abrigar os animais, além das matrizes.

Atualmente, em função das experiências desenvolvidas pelos europeus, os animais (suínos) estão sendo colocados a campo. Este novo sistema de criação não dispense tantos recursos. Uma unidade situada na região do Planalto-RS, que implantou este novo sistema, está demonstrando que o número de matrizes por hectare deve ser reduzido. Os europeus estão utilizando em torno de 16 fêmeas por hectare. Um dos problemas apresentados é o da erosão do solo. Neste caso, como é um solo argiloso, houve compactação e escoamento superficial, provocando a erosão (BARTELS E VIOLA, 1993).

Hoje, percebe-se que o custo-benefício do investimento no sistema confinado para suínos é grande, pois muitos condomínios estão trabalhando abaixo de sua capacidade instalada.

Tendo em vista a escassez de recursos no período seguinte (1995-98) em virtude do não repasse de recursos de dotações orçamentárias a que o FEAPER direito e, o crescente aumento da inadimplência, os projetos liberados, quando coletivos, tinham como critério implícito a abrangência do maior número possível de famílias.

A procura por financiamentos via FEAPER tem sido muito elevada, uma vez que este é o Fundo agropecuário mais acessível de atuação no Estado, devido às seguintes características:

- abrangência ampla quanto aos itens financiados;
- o mutuário contrata e paga a dívida transformada em equivalente em sacos de milho, considerado o preço mínimo oficial;
- carência de até 36 meses com mais cinco anos para pagamento;
- juros de 6% ao ano mais a variação do preço mínimo do milho;
- assistência técnica garantida pelo Governo Estadual.

4.2 Situação Atual do FEAPER.⁹

O FEAPER passa por um período de crise financeira, que é decorrente do alto índice de inadimplência nos financiamentos do Fundo, 10% do saldo patrimonial, em janeiro de 1999. Os projetos coletivos sob a forma de Condomínios Rurais, associações informais e formais representam 90,6% deste saldo devedor, enquanto projetos individuais ficam com 9,4%. Condomínios Rurais formados para desenvolver a suinocultura e gado de leite, além dos grupos formados para desenvolver a pesca artesanal, representam juntos 70% do total da inadimplência no FEAPER (ver tabela abaixo). Os outros 30% ficam pulverizados em diversas finalidades como máquinas e implementos, fruticultura, armazenagem, etc.

Tabela 3 - Inadimplência em janeiro de 1999 (totais por região)

Região (SAA)	Nº Condomínios	Sacos milho	% Saldo Devedor Total
Santa Rosa	25	46.764,14	16,50
Palmeira Missões	26	41.681,54	14,71
Passo Fundo	18	38.918,22	13,73
Gramado	3	3.651,62	1,29
Poa	2	2.376,27	0,84
Estrela	2	1.015,43	0,36
Soledade	5	7.512,01	2,65
Cruz Alta	11	18.747,48	6,61
São Luiz Gonzaga	11	39.824,80	14,05
Santa Maria	14	29.226,50	10,31
Rio Pardo	3	18.216,78	6,43
Pelotas	48	29.152,20	10,28
Bagé	6	6.364,39	2,25
TOTAL	174	283.451,38	

Fonte: Relatório Banrisul (BPW011), em Sacos de milho, de 31/01/99.

⁹ Os percentuais a seguir foram calculados pela autora com base nos relatórios internos do Banrisul sobre as notas de

Ao longo dos anos, principalmente depois de 1994, o Fundo não tem recebido o aporte de recursos referente à dotação orçamentária a que tem direito, isto, de certa forma, ajuda a inviabilizá-lo, uma vez que este tem compromissos assumidos, em anos passados, com o pagamento de equalizações (diferença de taxas de juros). A projeção de gastos com as equalizações, para o ano de 1999, por exemplo, é de R\$ 5.000.000,00 a ser debitado na conta corrente do Fundo.

Ao assumir o Governo (04/01/99), a atual administração apurou as previsões de recursos para os próximos anos e obteve como resposta o fim do FEAPER no ano de 2001, caso não haja uma solução para o problema da inadimplência e ainda um novo aporte de recursos para o Fundo.

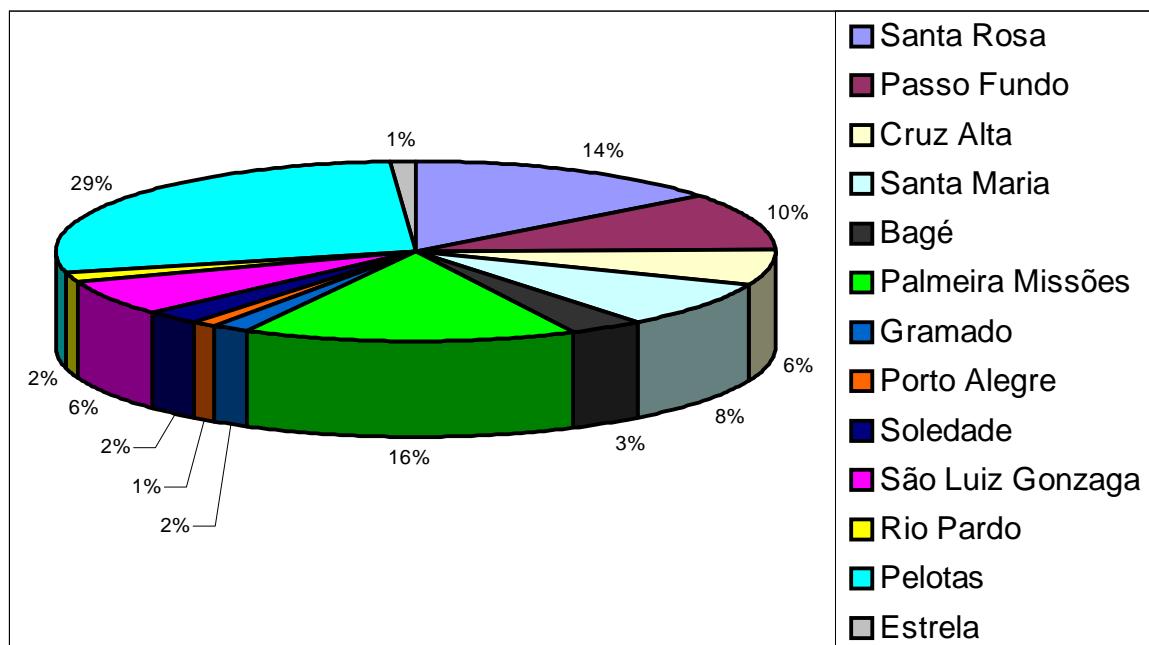
Como já foi mencionado, a inadimplência apresenta índices maiores nos projetos coletivos (Condominiais), portanto a primeira providência foi de investigar, por meio de pesquisa de campo, capaz de gerar subsídios para formular uma proposta de renegociação das dívidas das Associações e Condomínios Rurais para com o FEAPER, levando-se em conta a capacidade de pagamento desses mutuários.

5 PESQUISA DE CAMPO

5.1 Mapeamento da Inadimplência

Segundo os Relatórios de janeiro e Março de 1999, fornecidos pelo Bannisul, foi possível verificar quem são, onde estão e qual montante devem os inadimplentes do Fundo.

Gráfico 2- Distribuição da Inadimplência por Região, em Janeiro de 1999



Fonte: Banco de dados do FEAPER, 1999.

A Região de Pelotas detém o maior percentual de inadimplência em número de mutuários. Nesta região, a inadimplência está concentrada nos projetos para Pesca Artesanal. Dos 48 contratos em atraso, apenas cinco não são de Pesca. Estes contratos de Pesca Artesanal estão localizados nos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, municípios estes, que integram a chamada Metade-Sul do Estado do Rio Grande do Sul, a mais pobre das regiões.

A cobrança destes mutuários é tida como a mais difícil pelo técnicos da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SAA), isto porque são na sua grande maioria pessoas muito pobres, sem capacidade de pagamento.

As regiões de Palmeira das Missões e Santa Rosa estão empatadas em segundo lugar (15%) em relação aos contratos em atraso. Em Santa Rosa, 36% dos contratos foram financiados para finalidade de suinocultura e 28% para Gado de Leite. Enquanto em Palmeira das Missões, contratos para gado de leite representam 38%, máquinas e implementos, 19,23% e suínos, 15,38%.

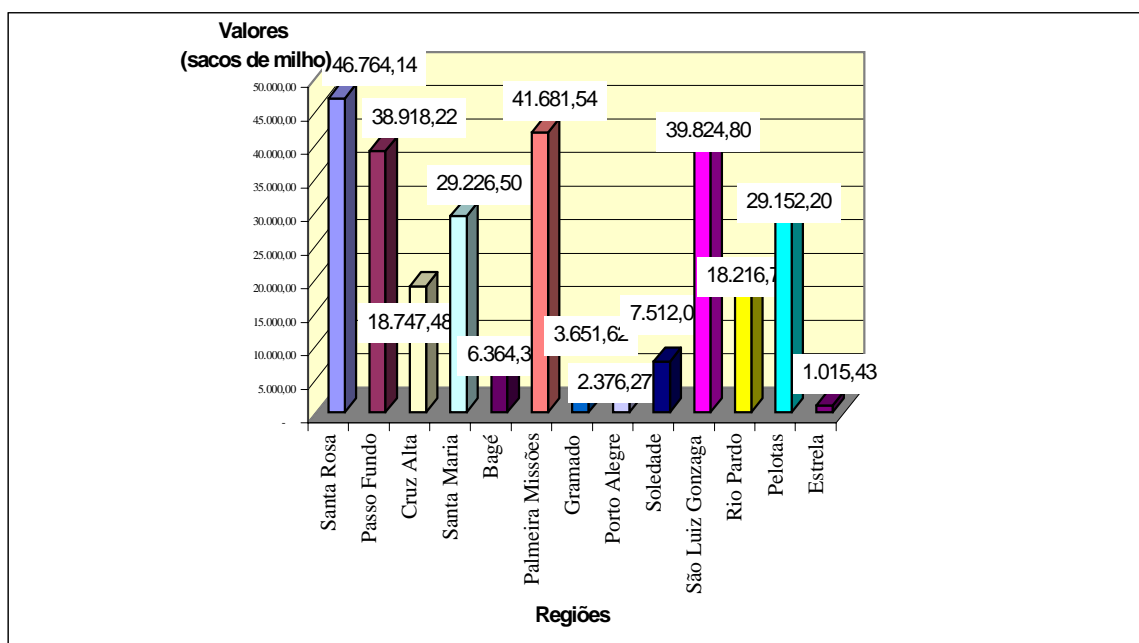
A região de Passo Fundo (10%) tem, dos 18 contratos em atraso, nove de suínos (50%) e dois de Gado de Leite (11,11%).

Já a região de Santa Maria tem nove contratos em atraso para suínos, quatro para gado de leite e um para agroindústria, totalizando 14 contratos.

Gráfico 3 - Valores da Inadimplência, por Região, em Janeiro de 1999

Fonte: Barrisul , Relatório BPW011, em Sacos de milho, de 31/01/99.

A Região de São Luiz Gonzaga, apesar de em números de condomínios em atraso, representar 6% da inadimplência total, pode-se observar no gráfico acima que o volume de recursos envolvendo os inadimplentes é bem alto se comparado com outras regiões como Santa Rosa e Palmeira das Missões. O maior volume de recursos nesta região



está concentrado em cinco condomínios financiados para implantação de energia elétrica nas propriedades (eletrificação rural).

Santa Rosa e Palmeira das Missões estão com os maiores volumes de recursos em haver para com o FEAPER, seguindo a lógica da pesquisa que mostrava essas regiões em segundo lugar. Ocorre que Pelotas, a primeira em número de condomínios inadimplentes, financiou a pesca artesanal, cujo valor por projeto é infinitamente menor em relação às outras atividades.

O valor total da inadimplência é bastante alto, R\$ 1.899.124,25, ou aproximadamente 8% do patrimônio do FEAPER (em torno de R\$ 23.000.000,00).

De posse desse mapeamento da inadimplência do Fundo, a SAA reuniu por região os mutuários desses condomínios em atraso para ouvir as reivindicações e explicar a importância deles preencherem os questionários que seriam distribuídos e que forneceriam os subsídios necessários para alavancar uma proposta de renegociação.

5.2 Resultados das Reuniões Realizadas com os Produtores Rurais.

Como já explicado no capítulo de Métodos e Procedimentos, a entrega dos questionários aconteceu durante as reuniões programadas em cada região que possuísse condomínios em atraso. Nas regiões como Porto Alegre, Gramado, Estrela e Bagé, tendo em vista o pequeno número de condomínios envolvidos, optou-se por passar o material via Emater e contar com o auxílio dos técnicos desta entidade para aplicação dos questionários.

Nas demais reuniões (anexos 4 a 12), pode-se perceber as dificuldades que estão vivenciando os pequenos produtores rurais em geral, mas sobretudo os que estão sob a forma associativa. De maneira geral, esses produtores querem quitar seus débitos, entretanto reivindicam alongamento do prazo de pagamento, dos atuais 6 anos para de 15 a 20 anos, mais um prazo de carência entre um a três anos.

A principal causa, segundo os produtores, dos baixos rendimentos obtidos nos últimos anos tem sido as sucessivas estiagens que aconteceram no Estado. Ela atinge sobretudo o insumo básico para quem produz leite e suínos, o milho. Este produto tem cotação oficial (CONAB) de R\$ 6,70, mas os produtores estão pagando até R\$ 11,00 o

saco de 60 quilos. Além disso, o baixo preço recebido pelo produtor de leite e de suínos foi muito citado pelos produtores.

Em algumas regiões, informalmente, os agricultores denunciaram que os financiamentos foram concedidos para condomínios e associações “de cima para baixo”, significa dizer que o Programa foi difundido para os produtores como uma maneira de agregar valor a sua renda e que, para isso, bastava formar os grupos, já que os recursos estavam garantidos. Porém, fatores importantes como mercado consumidor ou integração com as indústrias não foram considerados. Cita-se o exemplo das regiões de Santa Maria e Rio Pardo (divisão de acordo com as regionais da SAA). Nestas duas regiões os pequenos produtores têm bastante tradição no plantio do fumo e plantam pouca lavoura de milho, insumo básico para produtores de leite e de suínos, entretanto, vários Condomínios foram financiados nessas regiões. O Frigorífico Prenda, responsável pela compra da maior parte da produção de suínos dessas regiões, tem a sede muito distante dos produtores encarecendo os custos de transporte que, por sua vez, são descontados no preço pago ao produtor. Portanto, o produtor está perdendo muito com esta atividade a ponto de não conseguir cumprir os seus compromissos financeiros.

Quadro 5 - Principais Problemas Elencados pelos Agricultores nas 13 Regiões Visitadas

Problemas	Percentual de incidência
Recursos liberados insuficientes devido as perdas com a inflação (demora entre aprovação e liberação dos recursos)	76,92%
Redução do número de sócios	69,23%
Aumento dos custos de manutenção	30,76%
Endividamento c/ outras instituições	30,76%
Preço pago ao produtor muito baixo	23,07%
Falta de Capital de giro	23,07%
Estiagem	23,07%
Projeto mal elaborado	15,38%

Fonte: Reuniões em 13 Regiões do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

Os projetos financiados até junho de 1994, ou seja, antes do Plano Real (01/07/94), via de regra, sofreram perdas consideráveis entre o valor aprovado e o valor liberado. Ocorre que a inflação no período era muito alta, em média 26,20% mensais, para o período de fevereiro de 1990 a junho de 1994 (IGP-DI/FGV). O percentual máximo foi de 81,3% em março de 1990 e o menor em maio de 1991, 6,5%. Os projetos liberados entre janeiro de 93 e junho de 1994 tiveram seus valores defasados em 35,80% em média (IGP-DI/FGV). Dessa maneira, como havia um espaço de tempo relativamente longo entre o pedido de financiamento e o recurso efetivamente liberado, o projeto sofria uma defasagem conforme a inflação deste período.

Os agricultores quando recebiam os recursos, principalmente os de suínos e os de leite, os utilizavam imediatamente na construção das instalações. Com o restante (quando sobrava), adquiriam os animais, porém, não raro, estes animais eram de baixa qualidade genética, tendo e vista a quantidade insuficiente de recursos disponíveis. Pode-se concluir que os rebanhos foram formados com animais de qualidade inferior à prevista

originalmente nos projetos e, por conseguinte, haja vista a baixa produtividade, não geraram a receita necessária para viabilizar o empreendimento.

Outro grave problema diz respeito à redução no número de sócios atuantes nos condomínios. Na verdade, segundo o apurado nas reuniões, eles vão se retirando à medida que percebem o insucesso da empreitada. Não são raros os casos em que os condomínios estão sendo administrados por um sócio apenas.

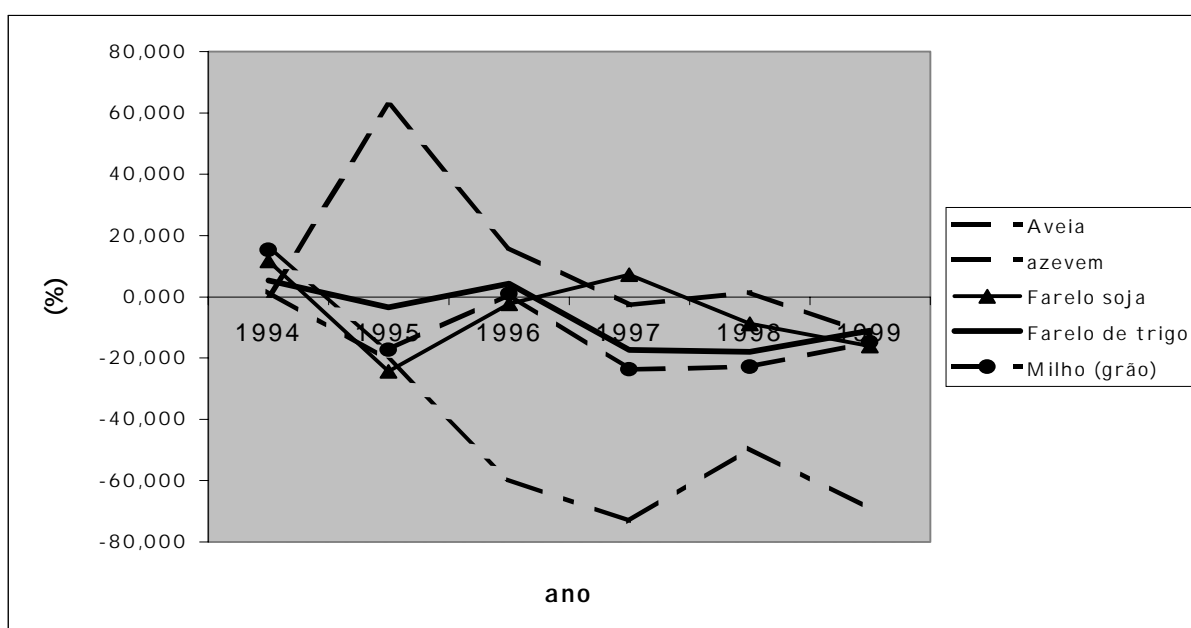
Existem várias razões para justificar a saída desses sócios, entretanto, segundo os próprios agricultores, os desentendimentos entre eles, são decorrentes da não habilidade ou aptidão para o trabalho coletivo, o associativismo. Ou seja, é reflexo daquilo que os agricultores salientaram nas reuniões com relação à maneira com que o Programa foi apresentado para eles. Logo, os grupos eram formados pelo simples interesse no recurso e não no empreendimento. Não havia um critério para avaliar a aptidão dos integrantes para o trabalho conjunto, bem como os benefícios que isto poderia gerar.

Segundo os agricultores, os altos preços dos insumos têm reduzido os possíveis ganhos dos agricultores. O sentimento de perda, de acordo com esses agricultores, tem sido maior após a entrada do Plano Real. Ocorre que o preço dos insumos vem aumentando desde então, enquanto o preço pago ao produtor, sistematicamente, vem diminuindo no mesmo período, principalmente o quilo do suíno vivo e o litro de leite. A competição acirrada tem reduzido a margem de comercialização dos produtos em toda a cadeia produtiva, entretanto, o lado mais fraco (agricultor) vem sentindo esta redução com mais intensidade, tendo em vista o mercado quase sempre oligopsônico dos produtos agrícolas, principalmente o de leite e suínos. O mercado é formado por algumas integradoras que ditam os preços. O poder de negociação dos agricultores (público FEAPER) é quase nulo ou até mesmo nulo, deixando-os reféns das integradoras (suíno, leite, peixe).

Nos gráficos 4,5 e 6, tem-se a evolução dos preços pagos por alguns insumos utilizados para diversas lavouras e criações.

Esses insumos, de modo geral, aumentaram ao longo do intervalo verificado.

Gráfico 4 – Variação Percentual¹⁰ dos Preços, em Reais, de Farelos e Grãos Utilizados para Ração Animal - Período de 07/94 a 12/99 (ano-base 94), no Rio Grande do Sul



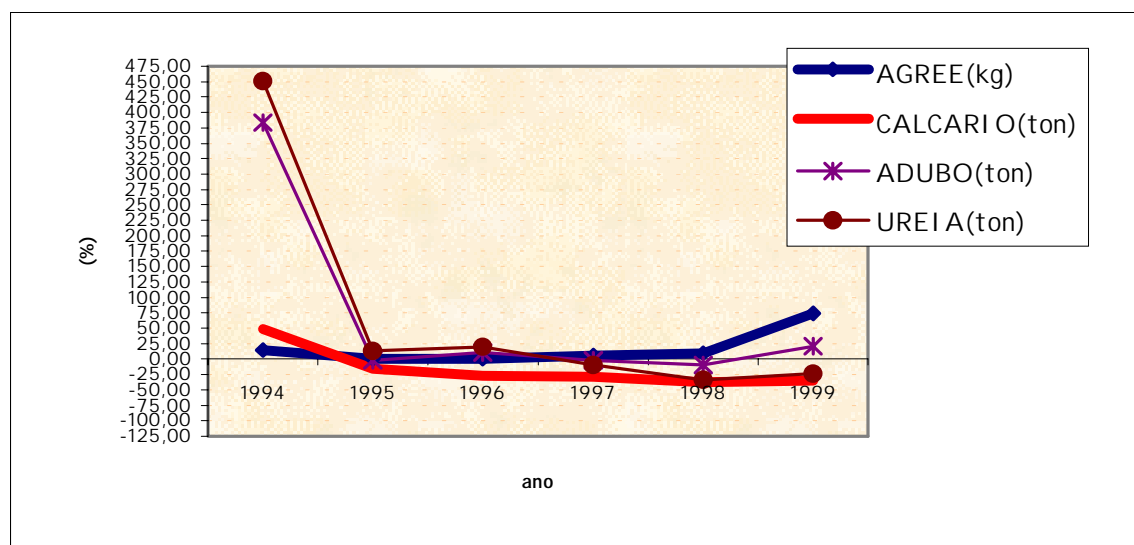
Fonte: EMATER, Banco de Dados, 1999. Valores atualizados pela EMATER, em dezembro de 1999.

O Farelo de soja, o farelo de trigo e o milho são produtos vinculados ao mercado internacional, por meio de *commodities*, logo os seus preços oscilam conforme os preços internacionais, em dólar. Deve-se registrar que de 1996 até 1999, ocorreram períodos de estiagens. Destaca-se o milho como um dos produtos mais atingidos, no Rio Grande do Sul, com estas sucessivas frustrações de safra. Desta forma, de 1997 à 1999, o

¹⁰ Média do período indicado

preço pago pelo produto milho apresenta leve majoração. A queda mais acentuada no preço verifica-se no produto azevém, embora em 1999 ocorreu elevação.

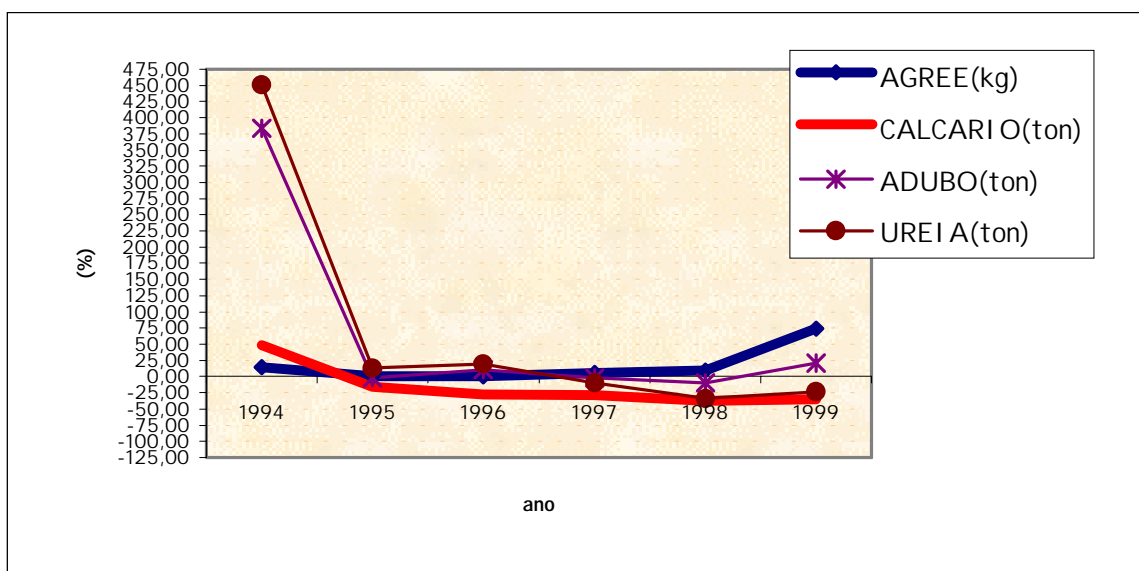
Gráfico 5 – Variação Percentual¹¹ dos Preços, em Reais, de Fertilizantes e Defensivos - Período de 07/94 à 12/99 (ano-base 94), no Rio Grande do Sul



Fonte: EMATER, Banco de Dados, 1999. Valores atualizados pela EMATER, em dezembro de 1999.

De modo geral os preços destes produtos apresentaram tendência de queda. Entretanto, no ano de 1999, todos eles reverteram este quadro e sinalizaram com preços em alta, em diferentes níveis. O preço do calcário foi o que apresentou menor variação percentual de aumento. Este aumento generalizado tem relação direta com a desvalorização do real no início de 1999, pois os fertilizantes e defensivos são importados ou em, alguns casos, o seu princípio ativo. Deste modo, possuem seu preço com cotação em dólar, portanto, suscetíveis a qualquer mudança cambial.

Gráfico 6 – Variação Percentual ¹² dos Preços, em Reais, de Implementos Agrícolas.-
Período de 01/97 à 12/99, no Rio Grande do Sul



Fonte: EMATER, Banco de Dados, 1999. Valores atualizados pela EMATER, em dezembro de 1999.

Os Preços dos implementos, analisados acima, registraram queda. São implementos utilizados em muitas lavouras familiares, público-alvo do FEAPER. Em contrapartida, os preços recebidos pelo produtor por litro de leite e quilo do suíno vivo (gráfico 7) não acompanharam o aumento dos insumos.

O preço do suíno oscilou mais do que o do leite e terminou o ano de 1998 em queda. No ano de 1999 o preço recebido elevou-se um pouco, enquanto o preço recebido pelo litro de leite manteve-se praticamente constante.

¹¹ Média do período indicado

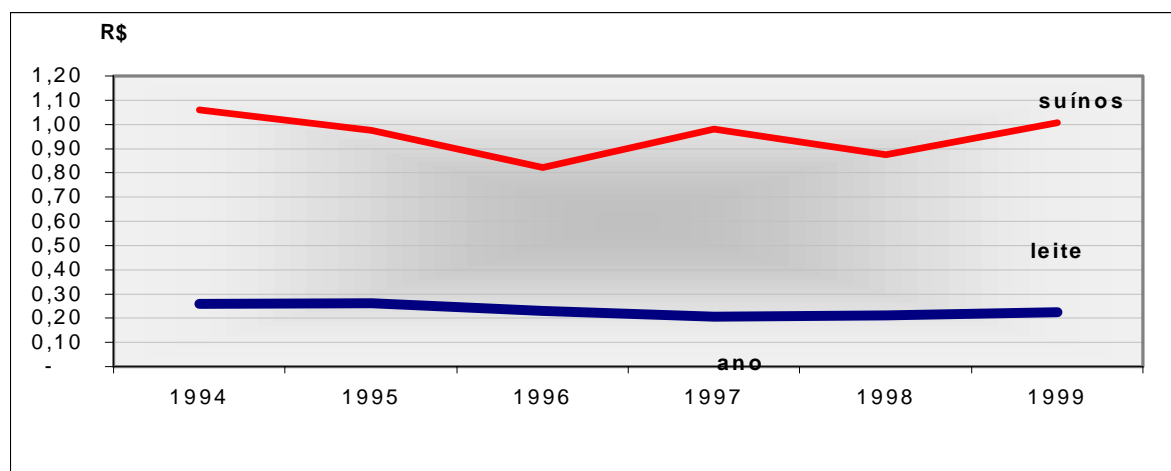
¹² Média do período indicado.

Gráfico 7 - Preço Recebido¹³ pelo Produtor, em reais, de Janeiro de 1994 a dezembro de 1999, para Suínos e Leite, no Rio Grande do Sul.

Fonte: EMATER, Banco de Dados, 1999. Valores atualizados pela EMATER (IGP) em dezembro de 1999.

Este cenário, aliado à ocorrência de estiagem em 1995, 1996 e 1998, tem constantemente descapitalizado os pequenos agricultores. O milho é o produto-insumo mais afetado pela estiagem e é o principal insumo para os produtores de leite e suínos. Desta forma, a falta de capital de giro, o endividamento com outras instituições e a própria estiagem foram apontados como graves problemas, segundo os presentes nas reuniões no interior do Estado.

Para melhor visualizar as diferenças entre os preços dos insumos (R\$) e dos



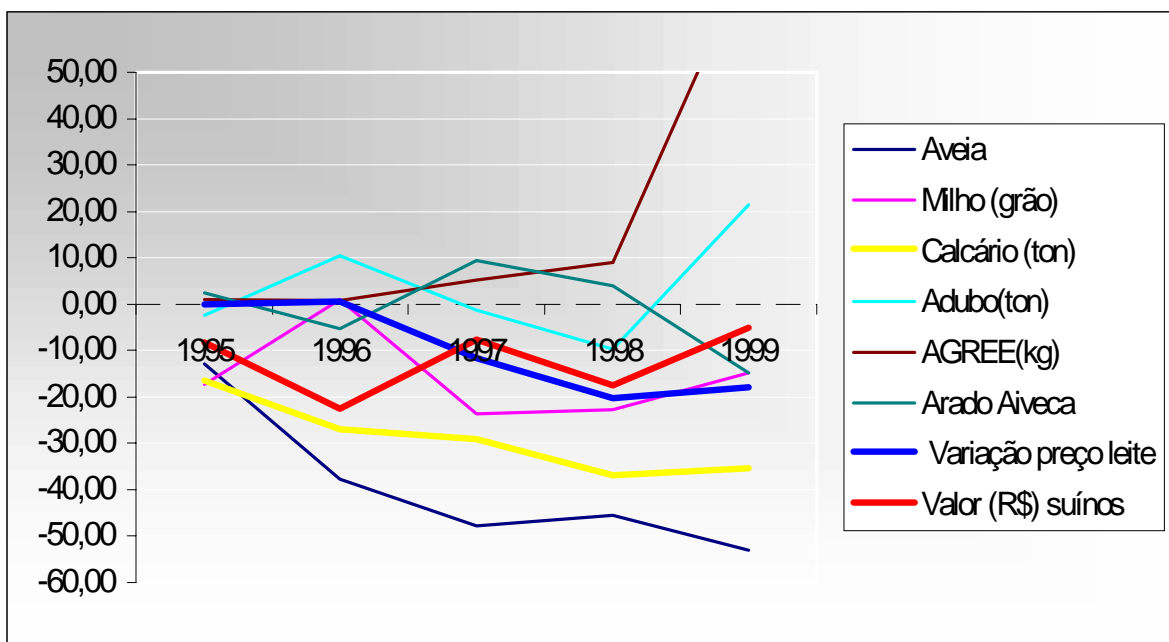
preços pagos ao produtor (R\$), o gráfico a seguir mostra os percentuais de variação nos preços, tendo como ano-base 1994.

¹³ Média do período indicado

Gráfico 8 - Variação Percentual dos Preços dos Insumos e Preços Pagos ao Produtor, no período 1994 a 1999 (ano-base 1994)

Fonte: EMATER, Banco de dados, 1999. Percentuais calculados pela autora.

A solução para sanear os Condomínios, segundo os agricultores, passa por uma série de providências, conforme consta no quadro 6. Particularmente, em relação à dívida com o FEAPER, eles apontam, em 76,92% das reuniões realizadas, que necessitam de um período de carência no prazo de pagamento, ou seja, adiar por um espaço de tempo que varia de um a três anos o recomeço do pagamento da dívida. Conjuntamente com esta providência, vislumbram a necessidade de alongar o prazo de pagamento de 10 a 15 anos e de um novo financiamento para capital de giro suficiente para gerir os condomínios a curto



prazo.

No Governo Collares (91-94), surgiu um Programa denominado Pró-Produtividade Agrícola (PPPA) que tinha o objetivo de incentivar o aumento da produtividade agrícola por meio de incentivos fiscais. Ou seja, o produtor inscrito no Programa, via sua Integradora, que comprovasse aumento na produtividade teria o valor adicional gerado creditado em ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços). Quando os agricultores buscaram financiamento via FEAPER para implantação da suinocultura, também se inscreveram no PPPA. Ocorre que o PPPA teve problemas de operacionalização e ainda não distribuiu os créditos aos beneficiários. Por isso, muitos agricultores pedem a regularização do situação deles para que possam desfrutar desses recursos.

Existem aqueles que pedem a anistia completa das dívidas, porque consideram que já pagaram o suficiente, principalmente, os criadores de suínos. Alegam que os valores gerados com ICMS já teriam remunerado o capital para o governo. Esses argumentos tem sua origem em um estudo realizado por SPOHR et ali (1996), a pedido do Sindicato da Indústria de Produtos Suínos no Estado do Rio Grande do Sul, e que concluiu que o valor gerado em ICMS pela atividade suinícola, com base na produção de 1995, é de US\$ 116,2 milhões contra US\$ 68,0 milhões da bovinocultura e US\$ 54,3 milhões da atividade avícola. Esta diferença de valores gerados em ICMS deve-se a fórmula de cálculo para o imposto. Para a atividade suinícola, a alíquota de ICMS é aplicada sobre a margem de comercialização, ou seja, sobre a diferença do preço de venda ao consumidor menos o preço de compra na agroindústria. Para os agricultores, o governo tem excelentes ganhos de ICMS com a atividade suinícola e assim poderia compensar este ganho reduzindo os custos do financiamento pelo FEAPER.

Aplicar anistia para esses agricultores em atraso, inadimplentes, tem um alto custo para o Fundo, pois no curto prazo, são aproximadamente dois milhões de reais que não retornam para o sistema. Além disso, os outros agricultores, aqueles que honram os seus compromissos financeiros com o Fundo na data certa, poderão reivindicar o mesmo tratamento, ou seja, a anistia para os seus financiamentos.

Quadro 6 - Principais Propostas elencadas pelos agricultores nas 13 Regiões Visitadas

Propostas	Percentual de Incidência
Carência de 1 a 3 anos	76,92
Prazo de 10 a 15 anos p/ pagamento	61,55
Linha de crédito p/ capital de giro	61,54
Rebate no ICMS gerado através Programa Pro-Produtividade	46,15
Anistia da dívidas	38,46
Individualizar os contratos	30,8
Viabilizar o acesso ao milho da Conab	23,07
Repassar o Condomínio para terceiros	23,07
Redução da taxa de juros	23,07
Aumento do preço pago ao produtor	15,38

Fonte: Dados primários obtidos através de 13 reuniões em diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul.

Os agricultores que formaram grupos para financiar, sobretudo, eletrificação rural, telefonia rural e pesca artesanal, hoje solicitam a individualização dos contratos, visto que o grupo existe apenas no financiamento, não havendo nem trabalho, nem renda coletivos. Assim, alguns agricultores têm condições de pagar e outros não. Como o banco não aceita o pagamento dessa forma, o grupo todo fica inadimplente. Há ainda casos em que as pessoas migraram para a cidade e deixaram de pagar o financiamento. O procedimento para individualizar as dívidas é bastante complicado, uma vez que é

necessário a presença de todos os sócios que assinaram o contrato original para a emissão de um novo contrato.

6 RESULTADOS

6.1 Resultados Gerais

Na Tabulação mais geral, utilizaram-se os questionários distribuídos durante as reuniões por regiões. Além dos Condomínios inicialmente inadimplentes com o FEAPER, remeteram-se questionários aos Condomínios que se encontravam com o pagamento dos financiamentos em dia até março de 1999. Para que a amostra ficasse maior, portanto mais precisa, optou-se por incluir estes Condomínios na tabulação. Na verdade, ao analisar os questionários destes Condomínios, observou-se que os resultados operacionais não divergiam em muito daqueles que se encontravam com débitos.

Cada questionário gerou uma planilha (anexo 25) com os seus resultados operacionais (receitas – custos) donde obtém-se a capacidade de pagamento do condomínio, e com base no saldo devedor e na taxa de juros do respectivo contrato, calculou-se o tempo necessário para quitação do investimento (agora, dívida). Para avaliar a capacidade de pagamento, utilizou-se 30% da margem bruta. Nos projetos originais este percentual era de 60%, mas tendo em vista o nível de inadimplência, optou-se por fazer um exercício com 30% a fim de comprometer o menos possível a receita do Condomínio. Além disso, fizeram-se dois cálculos: um considera apenas os resultados operacionais do Condomínio, supondo-se uma produção em comum, portanto uma contabilidade separada

da existente na propriedade individual de cada sócio; no outro cálculo, somam-se aos resultados do Condomínio os dos sócios em suas respectivas propriedades. Isto se faz necessário uma vez que, no projeto original, esta separação não existiu, ou seja, o projeto considerava a produção dos sócios como uma receita, mas não descontava os custos desta produção, assim, tinha-se uma receita superestimada e um custo subestimado. Na verdade, do ponto de vista contábil-financeiro não havia uma divisão clara entre os resultados dos sócios, enquanto produtores individuais, e do potencial resultado do condomínio enquanto um agronegócio.

6.1.1 Suínos

Para condomínios que financiaram implantação de suinocultura, tem-se o seguinte quadro:

Quadro 7 - Distribuição dos Questionários respondidos de Condomínios Rurais Financiados para Suínos

Região	Número de Questionários respondidos
Rio Pardo	1
Cruz Alta	7
Gramado	1
Palmeira das Missões	4
Passo Fundo	8
Santa Maria	9
Santa Rosa	9
São Luiz Gonzaga	3
Soledade	1
TOTAL	43

Fonte: Dados primários obtidos da tabulação de 174 questionários respondidos.

Para a atividade suinícola (anexo 15) as conclusões são as seguintes :

- em apenas oito Condomínios verificou-se capacidade de pagamento formada somente pelos resultados operacionais do empreendimento, embora a média de anos necessários para pagamento da dívida esteja em torno de 17,8 anos.
- Se se considerar também para a formação de capacidade de pagamento os resultados operacionais da produção individual de cada sócio, a média de anos necessários passa para 7,4 anos;
- 30% dos questionários respondidos (13) evidenciaram que os resultados operacionais não conseguem formar uma capacidade de pagamento, em muitos casos nem mesmo utilizando 60% da margem bruta dos resultados operacionais dos sócios e dos Condomínios.

6.1.2 Leite

Os Condomínios rurais que preencheram os questionários estão distribuídos como mostra o quadro 8.

Quadro 8 - Distribuição dos Questionários respondidos de Condomínios Rurais Financiados para Gado de Leite.

Região	Número de Questionários respondidos
Cruz Alta	1
Gramado	1
Palmeira das Missões	6
Passo Fundo	2
Santa Maria	5
Santa Rosa	4
São Luiz Gonzaga	2
Candelária	3
TOTAL	24

Fonte: Dados primários obtidos da tabulação de 174 questionários respondidos.

Como resultados tem-se que

- ao considerar apenas os resultados operacionais do Condomínio (anexo 16), somente em seis Condomínios de leite verificou-se a possibilidade de pagamento da dívida com uma média de 14,8 anos. Esta média alta deve-se ao fato de que os Condomínios da região de Santa Maria necessitariam de 34,1 anos, portanto elevam a média. Se desconsiderar esta região, passa-se a uma média de 4,8 anos. Na região de Santa Maria todos os condomínios rurais financiados para implantação de gado de leite estão inadimplentes.
- ao acrescentar os resultados operacionais (de outras culturas) dos sócios do condomínio esta média de anos sobe para 19,75 anos. Isto ocorre porque os quatro Condomínios financiados na região de Santa Rosa e um da região de São Luiz Gonzaga possuem capacidade de pagamento, entretanto, necessitam de um elevado número de anos e isto provocou o aumento da média.

- nas Regiões de Cruz Alta, Gramado e Passo Fundo os resultados operacionais foram negativos, portanto não apresentam capacidade de pagamento no momento, ou seja o empreendimento está inviável.

6.1.3 Máquinas e Implementos

A seguir tem-se a distribuição dos Condomínios cujos questionários foram respondidos.

Quadro 9 - Distribuição dos Questionários respondidos de Condomínios Rurais Financiados para Máquinas e Implementos.

Região	Número de Questionários respondidos
Palmeira das Missões	3
Santa Rosa	2
São Luiz Gonzaga	1
TOTAL	6

Fonte: Dados primários obtidos da tabulação de 174 questionários respondidos.

Os condomínios rurais que financiaram máquinas e implementos (anexo 17), normalmente não possuem produção em conjunto, ou seja, o Condomínio existe apenas para dividir o mesmo maquinário. Nestes casos os resultados operacionais advêm da propriedade individual de cada sócio. Na época do pagamento da parcela, os sócios se reúnem e cada um paga um determinado valor até completar o montante devido. Somente na região de Palmeira das Missões, encontra-se um Condomínio, dos três que foram investigados, que possui produção coletiva e pagaria o saldo devedor em 2,2 anos. A média

da atividade ficou em 6,3 anos, considerando-se, então, os resultados operacionais dos sócios e incluindo o Condomínio que possui produção coletiva.

6.1.4 Armazenagem

O quadro 10 mostra a distribuição dos questionários respondidos pelos Condomínios rurais financiados para armazenagem da produção.

Quadro 10 - Distribuição dos Questionários respondidos de Condomínios Rurais Financiados para Armazenagem.

Região	Número de Questionários respondidos
Passo Fundo	3
Santa Rosa	1
TOTAL	4

Fonte: Dados primários obtidos da tabulação de 174 questionários respondidos.

Para esta atividade, a média de tempo necessário é de 33,7 anos computando apenas os resultados operacionais da produção coletiva (Condomínio) e cai para 4,93 ao acrescentar a renda individual dos sócios (ver anexo 18).

Geralmente, com mais sócios do que os Condomínios financiados para outras atividades, a capacidade de pagamento aumenta bastante ao considerar a renda individual dos sócios, como no caso da região de Santa Rosa, onde, sem computar as receitas do sócios, seriam necessários 65 anos para pagar a dívida e, ao acrescentar estas receitas, o financiamento é pagável em cinco anos.

6.1.5 Eletrificação Rural

Neste tipo de empreendimento, o grupo é formado apenas para viabilizar a instalação da linha de transmissão, não existe produção em conjunto, desta maneira são utilizados os resultados operacionais dos integrantes do grupo (cálculos no anexo 19).

Quadro 11 – Distribuição dos Questionários respondidos de Condomínios Rurais Financiados para Eletrificação Rural

Região	Número de Questionários respondidos
Palmeira das Missões	2
Santa Rosa	1
São Luiz Gonzaga	5
TOTAL	8

Fonte: Dados primários obtidos da tabulação de 174 questionários respondidos.

Os Condomínios Rurais da região de Palmeira das Missões estão em pior situação, uma vez que não possuem capacidade de pagamento.

Na região de Santa Rosa o único Condomínio que respondeu ao questionário consegue pagar o investimento em seis anos, se comprometer apenas 30% da margem bruta dos rendimentos dos sócios.

Em contrapartida, os condomínios localizados na região de São Luiz Gonzaga apresentam excelentes resultados, para eles a média de tempo necessária para quitar o investimento é de 1,22 anos, o que pode ser considerado um excelente resultado.

6.1.6 Pesca Artesanal

Os projetos financiados nesta atividade contemplaram pescadores da região de Pelotas. Em sua maioria, foram financiados aquisição de motor para os barcos de pesca, redes e outras ferramentas. Foram formados grupos de três a cinco pessoas. Entretanto, a exemplo da eletrificação rural, a capacidade de pagamento é individual para fins de pagamento da dívida.

Quadro 12 – Distribuição dos Questionários respondidos de Condomínios Rurais Financiados para Pesca Artesanal

Região	Número de Questionários respondidos
Pelotas	31
TOTAL	31

Fonte: Dados primários obtidos da tabulação de 174 questionários respondidos.

Segundo os dados apurados nos questionários (anexo 14) seriam necessários cerca de 17 anos para que esses pescadores tivessem condições de saldar seus débitos. Particularmente, estes mutuários são muito pobres e a pesca não tem sido bem-sucedida nos últimos anos, o que dificulta auferir uma boa renda. Em muitos condomínios, as dificuldades persistem mesmo utilizando-se 60% da margem bruta para formar a capacidade de pagamento.

6.1.7 Outros ¹⁴

Neste item incluíram-se várias atividades que, por apresentarem um número pequeno de questionários respondidos, foram condensadas em um único quadro.

Quadro 13 – Distribuição dos Questionários respondidos de Condomínios Rurais Financiados em atividades diversas

Atividade/região	Número Total Questionários
Avicultura	
Palmeira Missões	1
irrigação/drenagem	
Passo Fundo	1
conservação solo	
Santa Rosa	2
telefonia rural	
Santa Rosa	1
packing house	
Passo Fundo	2
construções rurais	
Passo Fundo	1
S. Luiz Gonzaga	1
Santa Rosa	2
Três de Maio	1
Agroindústria	
Santa Maria	1
Palmeira das Missões	1
TOTAL GERAL	14

Fonte: Dados primários obtidos da tabulação de 174 questionários respondidos.

¹⁴ avicultura, irrigação, conservação do solo, telefonia rural, packing house e construções rurais.

A exceção dos projetos que obtiveram resultados negativos (capacidade nula), os demais encontram-se em boa situação, apenas a curto prazo enfrentam dificuldades em função da estiagem prolongada. Em geral não possuem dívidas de longo prazo, portanto alongando a prestação vencida em 1999, terão fôlego financeiro para superar este período.

7 COMPARATIVO ENTRE CONDOMÍNIOS RURAIS INADIMPLENTES E ADIMPLENTES DE GADO DE LEITE E SUÍNOS NAS REGIÕES DE SANTA ROSA, PALMEIRA DAS MISSÕES E SANTA MARIA

A inadimplência entre os Condomínios Rurais financiados para as atividades leiteira (gado de leite) e suinícola (suínos) soma 62% do saldo devedor total e 46% dos contratos emitidos no FEAPER.

A região de Santa Rosa concentra 45% dos contratos financiados para implantação de suinocultura e gado de leite, enquanto a região de Palmeira das Missões concentra 21,8% e Santa Maria 32,8% dos contratos.

Quadro 14 - Número de Condomínios Financiados em Santa Rosa, Santa Maria e Palmeira das Missões, de 1988 a 1998

Região	Número de Condomínios Financiados			Condomínios Inadimplentes			
	Suínos	Leite	Total	Suínos	%	Leite	%
Santa Rosa	15	14	29	8	53%	8	57%
Santa Maria	10	4	14	9	90%	4	100%
Palmeira Missões	14	7	21	5	36%	7	100%
TOTAL	39	25	64	22		19	

Fonte: Banco de dados da EMATER, 1999.

As regiões de Palmeira das Missões e Santa Rosa (de acordo com a distribuição das Coordenadorias Regionais da SAA) são povoadas por pequenas propriedades rurais e, ao longo dos anos, seus agricultores foram bastante favorecidos pelo FEAPER.

Com os resultados demonstrados no quadro 14, buscou-se desenvolver uma análise comparativa entre estes projetos inadimplentes e projetos adimplentes, valendo-se do Relatório BPW 011 do Banrisul., datado de março de 1999.

7.1 Região de Santa Rosa

7.1.1 Suínos

Na região de Santa Rosa, analisaram-se 50% dos Condomínios inadimplentes financiados para implantação de suinocultura. Entre aqueles adimplentes a amostra ficou em 29% dos projetos financiados.

O comparativo entre o número de sócios que formaram o Condomínio e os que ainda estão associados é preocupante. Todos os Condomínios rurais operam hoje com menos sócios do que foram criados, à exceção da Associação de Produtores Guarani, que se mantém com o mesmo quadro de sócios.

Quadro 15 - Quadro de Sócios dos Condomínios Rurais de Suínos, na Região de Santa Rosa

Nº Condomínios	Atividade	Nº de sócios		Situação Março/1999
		inicial	atual	
APSAT São Paulo	Suinocultura	23	1	Adimplente
APSAT Nova Esperança	Suinocultura	21	20	Adimplente
Associação Agrícola Nova Paisagem	Suinocultura	20	17	Inadimplente
Associação Produtores Guarani	Suinocultura	8	8	Inadimplente
APSAT União Santana	Suinocultura	21	12	Inadimplente
APSAT São Vicente	Suinocultura	24	21	Inadimplente

Fonte: Dados primários baseados nos 174 questionários respondidos.

O sistema de produção implantado nestes Condomínios denomina-se Unidade de Produção de Leitões - UPL, com o seguinte procedimento: o Condomínio faz a cria e entrega para os sócios realizarem a terminação nas suas propriedades. Assim, o investimento consistia, via de regra, em adquirir os animais e montar a infra-estrutura necessária para reprodução. Como já mencionado anteriormente, os recursos eram empregados, prioritariamente, na infra-estrutura e somente após a execução das obras eram comprados os animais. Deste modo, os recursos restantes compravam apenas animais medianos, sem o padrão genético previsto no projeto.

Ao analisar as receitas previstas no projeto original, obtiveram-se os resultados, conforme demonstrado no quadro 16.

Quadro 16 – Receitas Estimadas, por Cultura, conforme o Projeto Original, na Região de Santa Rosa

Nº Condomínios	Atividade	Situação das receitas estimadas por cultura				
		Milho	Soja	trigo	leite	suínos
APSAT São Paulo	Suinocultura	Sp (30%)	Normal	normal	normal	
APSAT Nova Esperança	Suinocultura	Sp (20%)	Normal	Sp (33%)	normal	normal
Ass.Agr. Nova Paisagem	Suinocultura	Sp (87%)	Sp (29%)	Sp (66%)	Sp (20%)	normal
Ass. Prod. Guarani	Suinocultura	Sp (50%)	Sp (33%)	Sb(20%)		
APSAT .União Santana	Suinocultura	Sp (18%)	Sp (60%)	Sp(45%)	normal	normal
APSAT São Vicente	Suinocultura	Sp (38%)	Sp (38%)	Sp (418%)	Sp (150%)	normal

Fonte: Respectivos projetos originais do acervo do FEAPER.

Nota: Sp¹⁵ = Superestimada Sb = Subestimada

As colunas que estão em branco significam que os dados encontrados no projeto não se apresentam de forma clara. Por isso, optou-se por ignorá-los.

Observa-se que os dados referentes às lavouras estão bastante prejudicados, ou seja, em todos os Condomínios as culturas (grãos), que formam uma parte da receita do Condomínio, estão superestimadas, à exceção do trigo na Associação de Produtores Guarani. Em relação ao leite e suínos, as estimativas estão melhores: no leite, 60% dos condomínios projetaram a produtividade do leite em patamares aceitáveis, já no suíno, este percentual é de 100% (referente aos que responderam este item).

Para a atividade de suinocultura, na região de Santa Rosa, o valor médio financiado é de 11.500 sacos de milho ou R\$ 81.650,00, desta forma, ao ocorrer uma superestimação na receita, tem-se um impacto negativo na viabilidade econômica do investimento

¹⁵ Os valores entre parênteses representam o percentual de superestimação (Sp) ou subestimação (Sb) em relação à produtividade, por município, baseados nos resultados de 1998, conforme descrito no capítulo de Métodos e Procedimentos.

Isto é facilmente comprovado na medida em que a situação de endividamento destes Condomínios é evidente e eles necessitam, hoje, de 7,43 anos, em média, para quitar as suas dívidas com o FEAPER (com resultados operacionais do condomínio e dos sócios).

No momento da pesquisa, dos Condomínios citados no quadro 16, apenas dois possuem o mesmo número de matrizes que estava previsto no projeto original, entre estes apenas um está adimplente, a APSAT Nova Esperança. Este dado revela a descapitalização destes empreendimentos e coloca em alerta os credores, pois também, à exceção de outros dois Condomínios, um inadimplente e outro adimplente (APSAT São Paulo), todos os demais estão endividados com linhas de crédito de custeio e investimento, tais como Pronaf e crédito pessoal (cheque especial).

Ainda com relação ao quadro 16, somente dois Condomínios estavam adimplentes em março de 1999. Entretanto, a situação operacional deles não é diferente das demais, tanto que, ao consultar o relatório mensal de julho do mesmo ano, enviado pelo Banrisul ao FEAPER, eles encontram-se com parcela pendente. Ao calcular a capacidade de pagamento atual, estes Condomínios precisam de 17 anos para quitar o restante da dívida se considerar a soma dos resultados operacionais dos sócios e do Condomínio, e se apropriando de apenas 30% da margem bruta. Porém, acredita-se que estes resultados apresentados nos questionários possam estar viesados, uma vez que houve grande divulgação da renegociação a ser realizada pelo FEAPER, a partir de janeiro de 1999. Ainda em relação aos dois Condomínios adimplentes, observou-se que a incidência de superestimação nas receitas provenientes das lavouras individuais é bem menor, concentrando-se na lavoura de milho, porém em percentuais mais baixos.

Destes dois Condomínios adimplentes, a APSAT Nova Esperança perdeu apenas um sócio, entretanto a APSAT São Paulo foi vendida para uma única pessoa, que agora solicita maior prazo para quitar o restante do investimento.

Todos esses Condomínios, inadimplentes e adimplentes, hoje estão integrados a grandes frigoríficos que atuam neste Estado, tais como Sadia, Prenda, etc.

7.1.2 Gado de Leite

Para esta atividade, os resultados são bastante similares aos da atividade suinícola. Foram estudados 25% dos Condomínios endividados. Os outros Condomínios não responderam a pesquisa, quase todos estão adimplentes.

Portanto, a análise neste setor se concentrará em dois Condomínios inadimplentes, a APSAT Querência Nova e a Associação de Pequenos Produtores do Condomínio Rural Entre-Ijuís.

Quadro 17 - Comparativo do Número de Sócios para Condomínios Rurais de Gado de Leite na Região de Santa Rosa

Condomínio	Número de Sócios	
	Projeto original	Situação atual
APSAT Querência Nova	23	1
Ass.Peq.prod.Entre-Ijuís	12	1

Fonte: Dados primários obtidos dos questionários respondidos e dos projetos originais do acervo do FEAPER.

Os dois condomínios vivenciam uma mesma situação. Ocorre que os sócios se desentenderam e hoje as instalações, bem como alguns animais, estão com apenas um dos sócios.

Ambos estão integrados e possuem dívidas com terceiros. A situação se torna ainda mais agravante tendo em vista o pequeno plantel de animais, bem abaixo do previsto no projeto, que dispõem para viabilizar o investimento e gerar receita suficiente para quitar os débitos.

A APSAT Querência Nova, na elaboração do projeto original, superestimou a produtividade das principais culturas e criações em percentuais bastante elevados, comprometendo, portanto, comprometeu sua receita futura. Por sua vez, a Associação de Entre-Ijuis apresentou apenas a estimativa de produtividade do trigo em níveis acima da média do município (quadro abaixo).

Quadro 18 - Receitas Estimadas por Cultura conforme o Projeto Original

Nº Condomínios	Atividade	Situação das receitas estimadas por cultura				
		milho	soja	trigo	leite	suínos
Ass.Peq. Entre-Ijuis	gado leite	normal	normal	SP (60%)	normal	
APSAT Querência Nova	gado leite	Sp (60%)	Sp (30%)		Sp (35%)	normal

Fonte: Respectivos projetos originais do acervo do FEAPER.

Nota: Sp = Superestimada Sb = Subestimada

O valor médio financiado para estes Condomínios está em 8.299 sacos de milho ou R\$ 58.924,00, quase 30% menos que o valor destinado, em média, aos condomínios de suinocultura.

A situação destes empreendimentos é precária, pois, de acordo com os questionários respondidos, a capacidade de pagamento é nula, ou seja, a curto prazo não existe receita para honrar os compromissos financeiros com o FEAPER.

7.2 Região de Palmeira das Missões

Nesta região, muitos condomínios rurais não responderam ao questionário enviado. Além disso, no caso da atividade suinícola, dos nove condomínios adimplentes, cinco estão com o financiamento em período de carência e, por isso, não serão analisados. Estes fatos fizeram com que a amostra ficasse abaixo do esperado, entretanto entende-se que ainda está em patamares em que se possa considerar os resultados encontrados como sendo representativos para a região.

7.2.1 Suínos

Foram analisados dois condomínios adimplentes e um inadimplente cujos financiamentos destinavam-se à implantação da atividade suinícola. Assim, como na Região de Santa Rosa, os Condomínios Rurais financiaram a implantação de Unidades de Produção de Leitões –UPL.

Também, como aqueles Condomínios da região de Santa Rosa, os Condomínios dessa região apresentam redução no número de sócios desde a implantação do sistema associativo.

Quadro 19 - Comparativo do Número de Sócios para Condomínios Rurais de Suínos na Região de Palmeira das Missões

Nº Condomínios	Atividade	Número de sócios		Situação Março/99
		inicial	atual	
APSAT São Valério	Suinocultura	24	11	Inadimplente
Associação .Agricultores Baixada Savaris	Suinocultura .	12	6	Adimplente
Associação .Agricultores Linha Encruzilhada	Suinocultura	14	11	Adimplente

Fonte: Dados primários obtidos dos questionários respondidos e dos projetos originais do acervo do FEAPER.

Como indica o quadro acima, a maior redução no número de sócios ocorreu no Condomínio que está inadimplente.

Com relação à formação da receita dos Condomínios, pode-se concluir que esta amostra apresentou melhores resultados se comparada aos da região de Santa Rosa.

Quadro 20 - Receitas Estimadas por Cultura conforme o Projeto Original dos Condomínios Rurais de Suínos na Região de Palmeira das Missões

Nº Condomínios	Atividade	Situação das receitas estimadas por cultura				
		milho	Soja	trigo	leite	suínos
APSAT São Valério	Suinocultura	Sp (13%)	Sp (17%)	Sp (65%)	Sp (100%)	Sp (30%)
Assoc .Agricultores Baixada Savaris	Suinocultura	normal	normal	normal	normal	Sb 40%
Assoc. Agricultores Linha Encruzilhada	Suinocultura	Sp 20%	normal	normal	normal	normal

Fonte: Respectivos projetos originais do acervo do FEAPER.

Nota: Sp = Superestimada Sb = Subestimada

Pode-se observar que a receita inicial estimada no projeto da APSAT Baixada Savaris ficou bastante prejudicada, uma vez que os resultados estão superdimensionados e,

no caso da produção suinícola, foi subestimada, enquanto os demais apresentaram índices iguais ou próximos aos resultados de produtividade alcançados em 1998.

Ao verificar a área plantada destes Condomínios, constata-se que a cultura mais disseminada na região é o plantio da soja, onde o total de hectares que os sócios destes condomínios reservam para esta cultura é de 426 hectares contra apenas 192 hectares de milho. A APSAT São Valério, em seu questionário reivindica ao governo que subsidie a compra de milho. Isto demonstra que a produção de milho não é suficiente para alimentar todo o plantel.

O valor médio financiado entre os Condomínios que participaram da amostra é de 14.273,73 sacos de milho, ou R\$ 95.633,99 (6,70 o saco), portanto bastante elevado. Ocorre que a média de animais previstos nos projetos é 126,67 matrizes, ou seja, a infraestrutura necessária para abrigar estas matrizes faz com que o investimento fique com valor mais alto.

Diferentemente de outros Condomínios, estes três possuem um número de matrizes igual ou maior que o previsto originalmente no projeto. Isto os deixaria em situação privilegiada em relação aos demais participantes do estudo, entretanto, a situação financeira, mesmo a dos dois adimplentes não é boa. Associação dos Agricultores do Condomínio Baixada Savaris apresenta capacidade de pagamento nula, ou seja, os resultados operacionais estão abaixo do necessário para quitar as parcelas vincendas com o FEAPER, já o Condomínio de Linha Encruzilhada, necessita dos resultados operacionais dos sócios para viabilizar os pagamentos do FEAPER. Entretanto, a APSAT São Valério, que encontra-se inadimplente, é a que apresenta melhor capacidade de pagamento, 6,7 anos, considerando apenas os resultados operacionais do Condomínio (produção coletiva). Como explicar então a inadimplência? A explicação mais plausível diz respeito à redução

de sócios, já que, segundo carta anexada ao questionário, dos atuais sócios da APSAT São Valério, apenas seis integravam o grupo original. Eles propõem a divisão da dívida por todos os sócios originalmente previstos no projeto e a individualização da mesma, ou seja, transformar o contrato atual de coletivo para individual e, assim, caberia aos sócios remanescentes assumirem o pagamento equivalente às suas cotas. Acredita-se que a pendência esteja centrada nesta questão, bastante comum dentre os Condomínios estudados, independente da atividade financiada.

Este fato leva a concluir que, por divergências internas, o Condomínio não está honrando seus compromissos financeiros com o FEAPER.

Quanto aos Condomínios ditos adimplentes, principalmente a Associação dos Agricultores do Condomínio Baixada Savaris, são reincidentes em renegociar suas dívidas, o que pode evidenciar um viés nas respostas.

7.2.2 Gado de Leite

Na região de Palmeiras das Missões foram financiados sete condomínios rurais para a atividade de Gado de Leite, todos inadimplentes até março de 1999. Destes, responderam aos questionários apenas dois, ou seja, 28,6% dos Condomínios financiados.

Estes dois Condomínios, Associação São Cristovão e Associação de Linha Cachoeirinha, dos municípios de Palmeira das Missões e Engenho Velho, respectivamente, a exemplo do que foi observado até o momento, também tiveram seu quadro de sócios reduzidos. Na verdade, ambos estão desativados. Na Associação de Linha Cachoeirinha, os sócios restantes repartiram o plantel e produzem individualmente, entretanto estão dispostos a negociar a dívida existente com o Fundo. Já na Associação São Cristovão, o

plantel de animais encontra-se na propriedade de um dos sócios, porém os outros sócios (que restaram na atividade agrícola) aceitam renegociar a dívida.

Quadro 21 – Comparativo do Número de Sócios para Condomínios Rurais de Gado de Leite na Região de Palmeira das Missões.

Nº Condomínios	Atividade	Número de sócios	
		inicial	atual
Associação São Cristovão	Gado Leite	13	10
Associação Linha Cachoeirinha	Gado Leite	8	3

Fonte: Dados primários obtidos dos questionários respondidos e dos projetos originais do acervo do FEAPER.

O valor médio financiado para estes Condomínios é de 7.224 sacos de milho, ou R\$ 48.403,61. Os recursos foram utilizados para aquisição, em média, de 28 matrizes leiteiras e da infra-estrutura necessária para a produção leiteira como construção de galpão, sala de ordenha e aquisição de ordenharia mecânica.

A composição da receita baseou-se na produção dos sócios em relação às culturas de milho, soja, trigo, leite e suínos como evidencia o quadro seguinte.

Quadro 22 - Receitas Estimadas por Cultura conforme o Projeto Original dos Condomínios Rurais de Gado de Leite, na Região de Palmeira das Missões

Nº Condomínios	Atividade	Situação das receitas estimadas por cultura				
		milho	soja	Trigo	leite	suínos
Associação São Cristovão	Gado Leite	Sb (20%)	normal	Sp (31%)	Sp 15%	
Associação Linha Cachoeirinha	Gado Leite	normal	normal	normal	Sp (20%)	normal

Fonte: Respectivos projetos originais do acervo do FEAPER.

Nota: Sp = Superestimada Sb = Subestimada

A produção de leite que os sócios vinham auferindo nas suas propriedades está levemente superestimada (20%), ao passo que o insumo básico para alimentação dos animais (milho) apresenta índices de produtividade dentro da média dos respectivos municípios.

A exemplo dos Condomínios de Suínos da região, a lavoura predominante nas propriedades individuais dos sócios é a soja, com 209 hectares, enquanto o milho ocupa apenas 62 hectares do total de terras. Isto posto, pode-se considerar que a implantação da atividade de gado de leite viria apenas complementar a renda dos produtores e não para ser a atividade principal, já que todos os sócios tinham pelo menos algumas vacas de leite, para subsistência, portanto experiência na atividade.

A capacidade de pagamento atual destes dois Condomínios não é boa, pois um deles necessita de nove anos para quitar os débitos, se utilizando dos resultados operacionais dos sócios e de 60% da margem bruta, caso contrário, a capacidade é nula; o outro (Associação Linha Cachoeirinha) apresenta resultados operacionais dos sócios insuficientes para saldar os débitos com o Fundo.

7.3 Região de Santa Maria

Na região de Santa Maria, o FEAPER financiou dez Condomínios Rurais para implantação de suinocultura e quatro para a atividade leiteira (gado de leite).

A inadimplência está presente tanto nos Condomínios Rurais de suínos como nos de gado de leite. Entretanto, nesta última atividade, a inadimplência está mais acentuada, visto que não foi possível localizar um só investimento com prestações em dia.

Em reunião realizada na região (Santa Maria e Candelária), os agricultores argumentaram que, em muitos municípios, a lavoura predominante seria o fumo e que, portanto, as lavouras de milho seriam insuficientes para produção de toda ração animal de que os Condomínios necessitariam. Por isso, na amostra investigada buscou-se subsídio para comprovar ou não este comentário.

7.3.1 Suínos

Dos dez Condomínios rurais financiados para atividade suinícola, foram estudados cinco, ou 50% do total. Destes apenas um estava adimplente em março de 1999, os restantes (4) encontravam-se em débito com o FEAPER. O valor médio financiado entre os condomínios da amostra é de 14.300 sacos ou R\$ 95.809,87 (6,70 o saco).

Quadro 23 - Comparativo do Número de Sócios para Condomínios Rurais de Suínos na Região de Santa Maria

Nº Condomínios	Atividade	Nº de sócios		Situação
		inicial	atual	Março/99
APSAT Vila Cruz	Suinocultura	12	9	Inadimplente
Condomínio Toropi	Suinocultura	----	1	Inadimplente
Luis Pedro Della Flora e outros	Suinocultura	3	3	Inadimplente
Condomínio Travessa Karnopp	Suinocultura	10	3	Inadimplente
Associação Agropecuária Linha Alta	Suinocultura	12	11	Adimplente

Fonte: Dados primários obtidos dos questionários respondidos e dos projetos originais do acervo do FEAPER.

O quadro acima evidencia uma realidade que se repete em todas as regiões, ou seja, com o passar do tempo, juntamente com as dificuldades que aparecem no decorrer do investimento, os grupos se dissolvem ou, então, os Condomínios acabam sendo administrados por um número menor de sócios.

A lavoura é bastante diversificada na região, como mostra o quadro abaixo, entretanto, diferentemente do que foi exposto na reunião realizada em Santa Maria e Candelária, a lavoura de milho, em hectares, é maior do que a de fumo (quadro 24).

Quadro 24 - Área Plantada por Cultura e por Condomínio Rural de Suínos na Região de Santa Maria

Nº Condomínios	Atividade	Área (ha)			
		milho	soja	fumo	outros
APSAT Vila Cruz	Suinocultura	56	1	5	16,5 *
Cond. S. Toropi ****	Suinocultura	Dados não Disponíveis			
Luis Pedro D.Flora	Suinocultura	33	10	45	7 **
Cond.Trav.Karnopp	Suinocultura	27	----	8,5	4 *
Ass.Agrop.Linha Alta	Suinocultura	52	23	20,2	74***

Fonte: Respectivos projetos originais do acervo do FEAPER.

* fumo e feijão

** cana-de-açúcar

*** arroz irrigado

**** instalações alugadas para uma cooperativa (Coomat)

A estimativa de receitas provenientes das lavouras individuais dos sócios está acima da média para os respectivos municípios, principalmente para a lavoura de milho, que é essencial para a ração animal.

Quadro 25 - Receitas Estimadas por Cultura conforme o Projeto Original dos Condomínios Rurais de Suínos na Região de Santa Maria

Nº Condomínios	Atividade	Situação das receitas estimadas por cultura					
		milho	soja	fumo	outros	leite	suínos
APSAT Vila Cruz	suinocultura	Sp (40%)	normal	normal	Sp (40%)	-----	----
Cond. Toropi	Suinocultura	normal	Sb (20%)	Sp (40%)	-----	-----	normal
Luis Della Flora	Suinocultura	Sp (102%)	----	normal	-----	Sp (40%)	Sp (30%)
Cond.T.Karnopp	Suinocultura	Sp (20%)	-----	Sp (20%)	Sb (20%)	-----	-----
Ass.Agrop. Linha Alta	suinocultura	Sp (35%)	normal	normal	normal(arroz)	-----	normal

Fonte: Respectivos projetos originais do acervo do FEAPER.

Nota: Sp = superestimada

Sb = subestimada

Todos os Condomínios analisados não possuem outras dívidas, além do FEAPER. Para os Condomínios inadimplentes, a média de anos necessárias para o pagamento do débito com o Fundo é de oito anos, entretanto foram considerados os resultados operacionais dos sócios e apropriação de apenas 30% da margem bruta total. Apenas o Condomínio Toropi não se enquadra neste cálculo, ocorre que, no momento, ele está sendo administrado por uma Cooperativa e não divulgou a capacidade de pagamento, apenas registrou que não se encontra em boa situação financeira e que necessitaria de 15 anos para quitar os débitos do Condomínio e assim torná-lo viável.

O Condomínio que está adimplente, a Associação Agropecuária de Linha Alta (AAGLA), realmente possui uma situação financeira melhor. O contrato original prevê pagamentos até julho de 2001 (semestrais), entretanto se o condomínio utilizar os resultados operacionais dos sócios (30% da margem bruta), o saldo vincendo poderá ser quitado em menos de um ano.

A explicação para uma situação financeira melhor que a dos demais condomínios pode estar no fato que esta Associação praticamente mantém o mesmo número de sócios, possui uma estimativa de receitas mais real do que os outros, apresenta superestimação apenas na lavoura de milho (35%) e, ainda, dispõe da maior área agricultável com razoável diversificação de lavouras. Cabe ressaltar que o valor financiado para este Condomínio (associação) é cerca de 15% menor que a média da amostra da região. Significa dizer que os recursos foram melhor aproveitados já que o dimensionamento do projeto original, 120 matrizes, é igual aos demais Condomínios analisados.

7.3.2 Gado de Leite

Nesta região foram financiados quatro Condomínios para implantação de Gado de Leite, todos encontravam-se inadimplentes até março de 1999. A amostra é formada por 75% destes Condomínios.

Quadro 26 - Comparativo do Número de Sócios para Condomínios Rurais de Gado de Leite na Região de Santa Maria

Nº Condomínios	Atividade	Nº de sócios	
		inicial	atual
Condomínio Primavera	Gado Leite	10	2
Condomínio Santos Mártires	Gado Leite	12	12
Associação G.L. Passa Sete	Gado leite	14	2

Fonte: Dados primários obtidos dos questionários respondidos e dos projetos originais do acervo do FEAPER.

Na média, a tendência de redução de sócios se confirma. Apenas o Condomínio Santos Mártires mantém o número de sócios do projeto original.

O dimensionamento dos projetos é bem diferente para cada um dos participantes da amostra. O Condomínio Gado de Leite Primavera previa 50 matrizes, enquanto a Associação Passa Sete previa 70 matrizes e o Condomínio Santos Mártires, 100 matrizes. O valor médio financiado ficou em 8.981 sacos de milho ou R\$ 60.172,72 (R\$ 6,70/saco).

O projeto original, além da aquisição de matrizes contemplava a construção de infra-estrutura necessária, como galpão e sala de ordenha, incluindo a aquisição de uma ordenhadeira mecânica. Entretanto, o projeto do Condomínio Santos Mártires tem o menor valor financiado (3.486,56 sacos de milho) e o maior dimensionamento em relação aos

outros dois Condomínios da amostra, 100 matrizes. Atualmente, é o Condomínio com maior plantel da amostra e também com maior percentual em relação aos animais previstos no projeto original, 45% do número de animais.

Quadro 27 – Área por Cultura e por Condomínio Rural de Gado de Leite na Região de Santa Maria

Nº Condomínios	Atividade	Área(ha)			
		milho	soja	fumo	outros
Condomínio Leite Primavera	Gado Leite	6	16	1,5	6 ***
Condomínio Santos Mártires	Gado Leite	44	42	17,7	42,5
Associação G.L. Passa Sete	Gado Leite	35	-----	4,5	4 *

Fonte: Respectivos projetos originais do acervo do FEAPER.

* fumo e feijão

*** uva

Como no restante da região de Santa Maria, estes Condomínios possuem uma diversificação da área plantada, neste caso, com uma boa área plantada de milho. Este fato pode diminuir a dependência dos Condomínios em relação a fornecedores de insumos para ração. A área de fumo também é significativa a exemplo de toda a região.

Quadro 28 – Receitas Estimadas por Cultura e por Condomínio Rural de Gado de Leite na Região e Santa Maria.

Nº Condomínios	Atividade	Situação das receitas estimadas por cultura				
		milho	soja	fumo	Outros	leite
Condomínio Primavera	Gado Leite	normal	Sb (30%)	Normal	-----	Sp (276%)
Condomínio Santos Mártires	Gado Leite	Sp (20%)	normal	Normal	Sp (25%)	Sp (88%)
Associação Passa Sete	Gado Leite	Sp (70%)	Sb (35%)	Normal	Sp (35%)	normal

Fonte: Respectivos projetos originais do acervo do FEAPER.

Nota: Sp = superestimada Sb = subestimada

A lavoura de fumo é a cultura com maior estimativa de receita, evidenciando a importância que tem para a região. A lavoura de milho foi superestimada em dois dos Condomínios, sendo que no Condomínio Passa Sete, o percentual (70%) é muito alto. Isto tem uma influência negativa direta não só na receita como também na produção de ração animal. A produção de leite, superestimada, aponta as dificuldades por que passam os Condomínios Primavera e Santos Mártires.

Dos três Condomínios analisados, a pior situação financeira é a do Condomínio Santos Mártires, os resultados operacionais tanto do Condomínio como dos sócios não são suficientes para garantir uma capacidade de pagamento. Os outros dois, considerando os resultados dos sócios e comprometimento de 30% da margem bruta, têm condições de quitar o investimento em sete anos.

8 CONCLUSÃO

O Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER, na análise de 10 anos de existência, revelou uma sucessão de equívocos estruturais e de operacionalização, embora deva-se reconhecer que em diferentes momentos, tenha havido a interferência da Política Macroeconômica onde o exemplo mais evidente, foi a inflação, responsável pela desvalorização dos recursos repassados aos agricultores, por ocasião do intervalo de tempo entre a aprovação do projeto e a efetiva liberação do dinheiro.

Ocorre que o FEAPER, tendo em vista o ineditismo da proposta no estado do Rio Grande do Sul, incorreu em uma série de erros. Nos projetos coletivos, evidencia-se a falta de aptidão dos integrantes para trabalhar com associativismo, já que não foram devidamente preparados, ou nem tinham tradição anterior, para este sistema. Estes erros ficam ainda mais evidentes quando se analisa a estrutura financeira dos projetos. Não há uma diferenciação clara entre receitas e custos da propriedade individual e da propriedade coletiva. Isto dificulta o gerenciamento do empreendimento e a percepção pelos agricultores da importância da sua participação. Os programas financiados pelo Fundo eram concebidos em “gabinete”, ou seja, não foram raras as vezes em que não contemplaram a real necessidade dos agricultores. Estes programas eram construídos de

acordo com a opinião e idéias dos agentes políticos. Este procedimento evidencia o caráter de instrumento político que o fundo tem hoje.

Os altos valores financiados, principalmente, nos projetos coletivos, refletiam um estímulo à inovação tecnológica, entretanto a análise de crédito foi ineficiente na medida em que não percebeu os graves erros de estimação de receitas e custos, bem como o custo-benefício dessas inovações, que acabaram por inviabilizar os empreendimentos. E ainda, a carência de estudos de mercado e de viabilidade econômica antes de implementar os programas e/ou projetos, levaram muitos destes ao insucesso. Percebe-se que o atrativo foi tão somente a facilidade de obtenção do recurso financeiro a juros subsidiados, quando o atrativo deveria ser o empreendimento em si, uma vez que, se bem conduzido, possibilitaria agregar renda e promover uma melhoria de vida para as famílias dos agricultores beneficiados.

A cada mudança de governo, as metas bem como as propostas de gestão do Fundo modificam-se e afetam diretamente a operacionalização dos financiamentos. Este é o lado perverso de um instrumento de crédito rural público, as metas se modificam em vez de apenas se modernizarem, ou seja, não há continuidade nos trabalhos.

A consequência pode ser percebida com os resultados do estudo, especificamente no caso do Programa de Condomínios Rurais, diante da falta de sensibilidade para reconhecer a melhor forma de auxiliar o pequeno agricultor sem torná-lo um futuro devedor. Isto se estende a todos os Programas financiados que, em maior ou menor grau, tiveram as mesmas consequências.

É possível afirmar que existe uma necessidade de repensar o crédito rural público de forma a deixá-lo menos dependente do Gabinete do Executivo, seja ele municipal, estadual ou federal.

Em uma tentativa de recuperar os valores devidos e possibilitar aos Condomínios rurais retomar o investimento, com base nos dados financeiros apurados até o momento, propõe-se uma renegociação, baseado nas reivindicações dos mutuários, dos contratos de financiamentos realizados entre o Fundo e os contratantes, que estabelece o seguinte patamar: suspensão dos pagamentos durante os anos de 1999 e 2000, primeiro pagamento, em junho de 2001, disponibilizando oito anos de prazo, durante os quais incidirão tão somente os juros previstos nos contratos, sem quaisquer juros de mora. Obviamente, a proposta considerou os compromissos do FEAPER e a situação dos mutuários. O prazo de oito anos deve-se a percepção de que, a partir do nono ano, o valor da amortização diminui em valores quase imperceptíveis. Desta forma, não traz vantagem alguma para os mutuários alongar o pagamento do saldo devedor para mais de oito anos.

É fato que, mesmo Condomínios Rurais ora em situação de adimplência, passam por um período crítico no que tange a aspectos financeiros e de produção, principalmente em razão das sucessivas estiagens, por que passou o Estado do Rio Grande do Sul nos últimos quatro anos.

Se, conforme sugerido no estudo, fosse utilizado somente 30% da margem bruta do somatório dos resultados operacionais dos Condomínios e dos sócios, teria-se que alongar o prazo de pagamento para mais de oito anos, inclusive para alguns Condomínios adimplentes.

Visando aperfeiçoar a análise de crédito, para que dê sustentação aos novos investimentos, tanto para o Fundo quanto para os agricultores, sugere-se uma nova metodologia para formulação dos projetos a serem encaminhados ao FEAPER, que se baseie na reformulação do cálculo da capacidade de pagamento. Busca-se, com isto, ser mais abrangente na análise, transparecendo as questões a montante e a jusante da

produção; a afinidade do grupo para com o trabalho associativo (quando em projetos coletivos); e a capacidade gerencial dos sócios. Ou seja, os projetos serão formulados de modo a oferecerem uma radiografia da produção do agricultor ou do grupo, uma vez que, o formulário confeccionado para o projeto contempla todas as etapas da produção, desde a origem dos insumos até o mercado para os produtos.

A questão relacionada à aptidão para o trabalho coletivo (associativo) e à capacidade gerencial dos agricultores deve ser identificada com o auxílio da EMATER-RS, visto que esta entidade está presente em todos os municípios gaúchos e tem condições, tendo em vista o convívio quase que diário com os agricultores, de fazer esta avaliação.

O mesmo deve acontecer em relação à tecnologia, em que a extensão rural, via EMATER, membro do Conselho de Administração e do Comitê Executivo do FEAPER, deve identificar a opção tecnológica mais adequada às condições do público beneficiário no momento do encaminhamento dos projetos para investimentos.

No momento em que a renegociação dos Condomínios efetivar-se, o fluxo financeiro do FEAPER tende a melhorar e, desta forma, deve garantir novos financiamentos, visto que a inadimplência dos projetos individuais situa-se em patamar aceitável (3 a 5%) e sistematicamente, os agricultores procuram o Fundo para reparcelar os débitos, tendo em vista que são valores infinitamente menores que os Condominiais.

Em função do tempo e dos recursos, neste estudo não foi possível verificar em profundidade os efeitos dos financiamentos nos Condomínios adimplentes, apenas nos inadimplentes. Portanto, sugere-se um estudo visando identificar os resultados auferidos, em consequência dos investimentos realizados através do FEAPER, para os Condomínios Rurais que estão adimplentes e os que já quitaram o financiamento.

Atualmente, os gestores do FEAPER estão reestruturando-o com o objetivo de torná-lo efetivamente um instrumento de crédito rural, para tanto estão buscando mecanismos que possibilitem diminuir os riscos de insucesso para os projetos financiados, ou seja, financiar somente projetos ou programas que tenham uma base técnica que aponte o empreendimento como viável. Desta forma, ao se diminuir riscos para os beneficiados, também se está diminuindo para o Fundo. Tais medidas garantem a manutenção deste instrumento e confirmam a finalidade para a qual o FEAPER foi criado, o de viabilizar a agricultura familiar.

Como instrumento de política pública, o FEAPER tem também uma responsabilidade social, portanto não pode incorrer no erro de habilitar um novo programa que, em vez de criar melhores oportunidades para os agricultores, os torna futuros endividados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Geraldo. A Transição na Política Agrícola Brasileira. In: **Anais** do 36º Congresso de Economia e Sociologia Rural. Poços de Caldas, 1998. p. 1-6.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural**. Brasília: 1998.

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório BPW011, em sacos de milho**. Porto Alegre: Departamento de Crédito Rural-DERUR: em 31.01.1999.

BARTELS, H. A. dos S.; VIOLA, E. A. A Suinocultura Rio-Grandense: um panorama setorial no MERCOSUL. Porto Alegre: EMATER-RS, 1993. (EMATER-RS. Realidade Rural, 9)

CONAB: preços mínimos. (<http://www.conab.gov.br>)

DELGADO, Guilherme C. Tendências de Demanda Agrícola Face a Política Econômica. In: **Anais** do XXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 1988. p. 71-104.

FELDENS, Leopoldo Pedro. “**A Dimensão da Pequena Propriedade no Rio Grande do Sul.**” Secretaria da Agricultura. 1989. 154p.

FIBGE. Censo Agropecuário do Rio Grande do Sul, 1995. Rio de Janeiro: FIBGE, 1996. V. 24

FURSTENAU, Vivian. **O Crédito rural no Brasil e seus Efeitos sobre a Agricultura**

- Gaúcha: 1965-84.** - Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, 1988. 109 p.
- GASQUES, José G.; VERDE, Carlos M. V. **Recursos para agricultura e a orientação dos gastos públicos.** Brasília: IPEA, ago.1991. (Texto para discussão, 229)
- GASQUES, José G; VERDE, Carlos M. V. e SILVA, E. A. SILVA. Gastos Públicos na Agricultura: Estruturas e Resultados. **Dados Conjunturais da Agropecuária** (IPEA). Brasília, 1988.
- GULLO, M. Carolina R. **Condomínios Rurais, Uma Alternativa Para Viabilização da Pequena Propriedade Rural.** São Leopoldo: 1997. 88p. Monografia.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Uma Década perversa: as políticas agrícolas e agrárias dos anos 80. In: SILVA, José G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: IE/UNICAMP, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS- IBASE. **Avaliação do PROGER, PROGER-Rural e PRONAF.** Brasília, junho de 1999.
- MASSUQUETTI, Maria Angélica. **A Mudança no Padrão de Financiamento da Agricultura Brasileira no Período 1965-97.** Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação de Mestrado.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA A ABASTECIMENTO. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.** Brasília, 1996.
- RIBEIRO, Denis. **Crédito Rural no Brasil: Avaliação e Alternativas.** São Paulo: Ed. Unidas, 1979.
- REZENDE, Gervásio Castro de. **Do cruzado ao Collor: Os Planos de Estabilização e a Agricultura.** Rio de Janeiro, 1990.
- RIO GRANDE DO SUL, Secretaria da Agricultura e Abastecimento. FEAPER. **Normas Operacionais.** Porto Alegre, 1998.

SEIFERT, Selvino. **O Viabilizador dos Condomínios Rurais**. Porto Alegre: EMATER-RS, 1994.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF : Uma Avaliação das Ações Realizadas no Período 1995/97**. Brasília, 1999.

SPOHR, Paulo Alexandre; MARCHETTI, Valmor; ROHR, Ernani. **SUINOCULTURA: importância para o Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IEPE, 1996.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Ely. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: **O Caso do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar**. Convênio FIPE/IPEA. 1997.

BARROS, Geraldo S. de C; ARAÚJO, Paulo F. C. de. **Crédito Rural no Brasil**: estrutura de oferta e demanda e perspectivas para os anos 90. Piracicaba: ESALQ-USP, 1995. (Série Pesquisa n. 49)

CONTINI, Elísio; GONTIJO, Vander. Política agrícola brasileira numa economia aberta. In: TEIXEIRA, Eryl C. (edit). **Desenvolvimento agrícola na década de 90 e no século XXI**. Viçosa: UFV, 1993. Cap. 8.

DIAS, Guilherme. Ajustamento da economia e o Setor Agrícola. 1990.

FAGUNDES, Maria Helena. **Comentários sobre o Crédito Rural no Brasil e sua evolução Recente**. Brasília, CFP, 1987. (coleção de estudos especiais, v. 21)

FURSTENAU, Vivian. Política Agrícola: as dificuldades aumentam. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 17, n.2, p. 120-3, set. 1989.

GASSEN, Dirceu N. **Estratégias para o Desenvolvimento Rural**. In: SEMINÁRIO: AS PERSPECTIVAS PARA A AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL, 1997, Porto Alegre. Porto Alegre: FAMURS, 1997. P.9-33.

GASQUES, José G; VERDE, Carlos M. V. **Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos 80**. Brasília: IPEA, nov. 1990. (Texto para discussão, 204)

____. **Novas fontes de recursos, propostas e experiências de financiamento rural.**

Brasília: IPEA, dez. 1995 a. (Texto para discussão, 392)

____. Prioridades e orientação dos gastos públicos em agricultura no Brasil. Brasília:

IPEA. Jan. 1995b. (Texto para Discussão, 229)

GONÇALVES, José Sidnei & FONSECA, Maria da Graça. **Crédito Estatal e o Investimento na Produção Agropecuária: Análise do Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR).** Projeto PNUD/BRA/91/014. Brasília.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRANDO, Marinês Zandavali. **Agropecuária do Rio Grande do Sul, 1980-1990 a caminho da eficiência.** Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre: 1997. 160 p.

HOFFMANN, Rodolfo et al. **Administração da Empresa Agrícola.** 4 ed. Rev. São Paulo: Pioneira, 1984.

KAGEYAMA, Angela et alii. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme da C. et alii (org.). **Agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 1990. P. 157-72

MATA, Milton da. Crédito rural: caracterização do sistema e estimativas dos subsídios implícitos. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 215-45, jul/set. 1982.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Avaliação PROGER/PRONAF - Relatório Final** Rio Grande do Sul. Brasília. 1999.

MONTEIRO, Maria J. C. O crédito rural nos anos 90. **Agroanalysis.** Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 14-15, abr. 1995.

- OLIVEIRA, João do C. O papel dos preços mínimos na agricultura. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 77-96, maio/ago. 1974.
- PARES, Ariel C. G. Estado e modernização: a função do crédito agrícola e da política de garantia de preços mínimos. In: FIGUEIREDO, Vilma (coord.) **Estado, sociedade e tecnologia agropecuária**. Brasília: UNB-FINEP, 1990. P.29-78.
- PINTO, Luís C. G. **Notas sobre política agrícola e crédito rural**. Campinas, 1980. (não editado)
- REGO, Adilson J. da C. Crédito rural no Brasil: uma contribuição à análise da distribuição. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1980. (não editado)
- ___; WRIGHT, Charles L. Uma análise da distribuição do crédito rural no Brasil. **Revista de Economia Rural**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 217-38, abr./jun. 1981.
- REZENDE, Gervásio C. de. Ajuste externo e agricultura no Brasil, 1981-86. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 101-37, abr/jun. 1988.
- RIGOLON, Francisco José Zagari. Opções Reais, Análise de Projetos e Financiamentos de Longo Prazo. *Revista do Banco Nacional de Desenvolvimento Social*. Rio de Janeiro. v 6. N.11.. P137-166. Junho de 1999.
- SAUL, Nestor. **Análise de Investimentos**: Critérios de decisão e avaliação de desempenho nas maiores empresas do Brasil. Porto Alegre: Ortiz; São Leopoldo: EdUNISINOS, 1995.
- SAYAD, João. Crédito rural no Brasil: avaliação das críticas e das propostas de reformas. São Paulo: Pioneira-FIPE, 1984.
- SILVA, Paulo R. N. Alguns aspectos sobre a implantação do sistema de equivalência em produto. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 22, n.1, p. 220-34, 1994.

ANEXOS

ANEXO 01

AVALIAÇÃO DO CONDOMÍNIO

1. DADOS DO CONDOMÍNIO

Município: _____
 Nome do Condomínio _____

2. ÁREA PLANTADA (atualmente)

Culturas	Área plantada	Produção
milho		(sc)
feijão		(sc)
fumo		(kg)
soja		(sc)
citros		(kg)
outros (especificar)		

3. CONSTITUIÇÃO DO REBANHO (atualmente)

REBANHO			
SUÍNOS		GADO LEITEIRO	
Macho		total vacas	
Fêmeas: pré-cob		vacas lact.	
gest.		vacas secas	
lact.		vaq. 1 a 2 anos	
Leitões creche		vacas descarte	
		terneiras até 1 ano	

4. CUSTOS (R\$)

4.1

Despesas	Valor (R\$)
Custeio:	
Financiamentos (fora FEAPER)	
Arrendamentos	
Outros:	

ANEXO 1A

AVALIAÇÃO DOS GRUPOS DE PESCA ARTESANAL

1. DADOS DO GRUPO

Município: _____
 Nome dos integrantes _____

 Nome do Responsável/Coordenador grupo: _____
 Nº de Sócios _____

2. PERFIL DO GRUPO

2.1. Qual a finalidade do projeto? _____

2.2. Os componentes do grupo pescam juntos? _____

2.3. Em qual época do ano? _____

2.4 Possui casa própria? **SIM** **NÃO**

2.4.1. Quais dos integrantes possuem casa própria? _____

3. RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA ATIVIDADE POR INTEGRANTE

MATERIAL DE PESCA

4. RELAÇÃO COM AS AGROINDUSTRIAS

4.1. Para quem vende o seu produto?

4.2. Como é vendido o pescado?

4.2.1 In Natura SIM NÃO
 4.2.2. Beneficiado SIM NÃO

5. CUSTOS (R\$)

5.1.

Despesas	Valor (R\$)
Custeio:	
Financiamentos (fora FEAPER)	
Outros:	

5.2. Possui outros financiamentos? Quais? _____

6. RECEITA ANUAL

Setor	Qtde comercializ.(kg)	Valor (R\$)	Período de Pesca (meses)
Pesca:			
camarão			
corvina			
tainha			
bagre			
peixe rei			
traira			
outros (especificar)			
Outras receitas			

Data: ____ / ____ / ____

Nome: _____

ANEXO 02

4.2. Possui outros financiamentos? Quais? _____

AVALIAÇÃO DOS INTEGRANTES

1. DADOS DO CONDÔMINO

Município: _____

Nome do Condomínio _____

5. RECEITA ANUAL

Setor	Qtde comercial.(kg)	Valor (R\$)
Pecuária:		
Culturas	Área plantada	Produção
milho Suínos		(sc)
Leite		(sc)
feijão Bovinos		(kg)
fumo		(kg)
Agricultura		(sc)
soja milho		(kg)
soja		(kg)
citros		
outros (especificar)		
outros (especificar)		

3. CONSTITUIÇÃO DO REBANHO (atualmente)

OBS: _____

REBANHO	
SUÍNOS	GADO LEITEIRO
Macho	total vacas
Fêmeas: pré-cob	vacas lact.
gest.	vacas secas
lact.	vaq. 1 a 2 anos
Leitões creche	vacas descarte
	teineiras até 1 ano

4. CUSTOS (R\$)

4.1

Despesas	Valor (R\$)
Custeio:	
Financiamentos (fora FEAPER)	
Data: Arrendamentos	
Nome: Outros:	

ANEXO 03

ROTEIRO DE VIAGENS / RENEGOCIAÇÃO CONDOMÍNIOS RURAIS

1ª VIAGEM - REGIÃO PELOTAS

DIA 11/06/99

POA -----SÃO LOURENÇO -----POA

Reunião em São Lourenço: 48 grupos de pescadores
Municípios: São Lourenço do Sul e Pelotas

2ª VIAGEM - REGIÕES DE PASSO FUNDO, SOLEDADE E ESTRELA

DIA 15/06/99

POA-----VIADUTOS-----SERAFINA CORRÊA-----pernoite

Reunião em Viadutos: 9 condomínios
Municípios: Aratiba, Itatiba do Sul, Machadinho, Nonoai, Paim Filho, Três Arroios e Viadutos

Reunião em Serafina Corrêa: 02 condomínios
Municípios: Montauri e Serafina Corrêa

DIA 16/06/99

POA -----SOLEDADE -----PASSO FUNDO -----POA

Reunião em Soledade: 04 condomínios
Municípios: Coqueiros do Sul, Espumoso, São José do Herval e Victor Graeff

Reunião em Passo Fundo: 18 condomínios
Municípios: Getulio Vargas, Jacutinga, Marau, Passo Fundo e Tapejara

3ª VIAGEM - REGIÕES PALMEIRA DAS MISSÕES, SANTA ROSA E CRUZ ALTA

DIA 22/06/99

POA -----PALMEIRA MISSÕES-----TENENTE PORTELA-----SANTA ROSA

Pernoite

Reunião em Palmeira das Missões: 17 condomínios

Municípios: Constantina, Engenho Velho, Jaboticaba, Palmeira Missões, Ronda Alta, Rondinha, Santo Augusto e Sarandi.

Reunião em Tenente Portela: 9 condomínios

Municípios: Braga, Campo Novo, Erval Seco, Miraguaí, Planalto, Redentora e Tenente Portela

DIA 23/06/99

SANTA ROSA-----SANTO ANGELO-----SÃO LUIZ GONZAGA pernoite

Reunião em Santa Rosa: 13 condomínios

Municípios: Alecrim, Cândido Godói, Cerro Largo, Crissiumal, Horizontina, Porto Lucena, Santo Cristo e Três de Maio.

Reunião em Santo Ângelo: 12 condomínios

Municípios: Chiapeta, Entre-Ijuis, Guarani das Missões e Santo Ângelo

DIA 24/06/99

S. LUIZ GONZAGA-----CRUZ ALTA-----POA

Reunião em São Luiz Gonzaga: 11 condomínios

Municípios: Bossoroca, Pirapó, Roque Gonzales, Santiago, Santo Antônio Missões e São Luiz Gonzaga

Reunião em Cruz Alta: 11 condomínios

Municípios: Augusto Pestana, Condor, Cruz Alta, Ibirubá, Ijuí, Jóia, Santa Bárbara do Sul

4ª VIAGEM - REGIÕES DE SANTA MARIA E RIO PARDO

POA -----SANTA MARIA-----CANDELÁRIA-----POA

Reunião em Santa Maria: 11 condomínios

Municípios: Agudo, Arroio do Tigre, Cerro Branco, Jaguari, Nova Palma, São Pedro do Sul, São Vicente do Sul, Silveira Martins e Sobradinho

Reunião em Candelária: 3 condomínios

Municípios: Candelária, Mato Leitão e Venâncio Aires

ANEXO 4

RESULTADOS DA REUNIÃO NA REGIÃO DE PELOTAS

REUNIÃO EM:	São Lourenço do Sul
DATA:	11.06.99
MUNICÍPIOS	São Lourenço do Sul e Pelotas
Nº DE CONDOMÍNIOS:	21
Nº PESSOAS PRESENTES	27

PROBLEMAS	PROPOSTAS
contratos coletivos problemas econômicos c/ a pesca concorrência c/ as grandes empresas preço pago pela agroindústria Lei não é cumprida (pesca proibida + 10t) juros altos na inadimplência morte de mutuário	individualização dos contratos revisão dos juros acumulados

ANEXO 5

RESULTADOS DA 1ª REUNIÃO NA REGIÃO DE PASSO FUNDO

REUNIÃO EM:	Viadutos
DATA:	15.06.99
MUNICÍPIOS	Aratiba, Getulio Vargas, Paim Filho, Ponte Preta, Ipiranga do Sul, Severiano de Almeida, Machadinho, Trindade do Sul e Itaiba do Sul.
Nº DE CONDOMÍNIOS:	6
Nº PESSOAS PRESENTES	46

PROBLEMAS	PROPOSTAS
SUÍNOS problemas econômicos ICMS, vendida a idéia de abater o imposto através do Pró-Produtividade falta capital de giro liberação de recursos foi insuficiente obras em deterioração redução de sócios sócios inadimplentes Perdas c/ frustrações de safra sem asfalto para escoar a safra	estudo de viabilidade profundo que aponte estrangulamentos dos condomínios, do início até hoje. anistia de parte das dívidas revisão taxa de juros mudança no prazo de pagamentos cursos administrativos para sócios linhas de crédito nos moldes do PROGER p/ capital de giro retorno da dívida inicial em sacos de milho prazo de 12 anos para pgto querem devolver a máquina p/ quitar dívida
BACIA LEITEIRA falta conservação do solo valor inicial insuficiente instalações p/ leite B mas recebem por leite C problemas na safra 95/96, chuvas em 97 estiagem em 98/99 problemas custeio alimentação redução do nº de sócios	diluir as prestações vencidas alongar prazo até 2007 c/ prestações anuais carência até mês 06 de 2000
IRRIGAÇÃO 6 produtores irrigação para feijão e milho	
CONSTRUÇÃO RURAL redução nº sócios dívida com Badesul Projeto do FEAPER não considerava a viabilidade do condomínio nas famílias	construir uma fábrica de ração

ANEXO 5A

RESULTADOS DA 2ª REUNIÃO NA REGIÃO DE PASSO FUNDO

REUNIÃO EM: Passo Fundo
DATA: 16.06.99
 Passo Fundo, Casca, Marau, Lagoa dos Três Cantos, Tapejara, Coqueiros do Sul, Ibiaçá
MUNICÍPIOS
Nº DE CONDOMÍNIOS: 17
Nº PESSOAS PRESENTES 46

PROBLEMAS	PROPOSTAS
SUÍNOS Problemas estruturais c/ projetos mal elaborados necessidade de mais capital saldo devedor cada vez mais alto	incentivos do Pró-productividade mais recursos carência c/ equivalência-produto rever saldo devedor
MÁQUINAS E IMPLEMENTOS	prorrogar dívidas vincendas e vencidas de 99 equivalência-produto alongar dívidas juros de 6% p/ 3,5% linha de crédito, via FEAPER, p/ capital de giro
GADO DE LEITE	alongamento dos prazos organização dos produtores p/ renegociar dívidas com BNDES

ANEXO 6

RESULTADOS DA REUNIÃO NA REGIÃO DE SOLEDADE

REUNIÃO EM:	Soledade
DATA:	16.06.99
MUNICÍPIOS	Soledade, Coqueiros do Sul, Espumoso, São José do Herval e Victor Graeff
Nº DE CONDOMÍNIOS:	7
Nº PESSOAS PRESENTES	25

PROBLEMAS	PROPOSTAS
dívida c/ COTRISOJA juros elevado não assinou contrato e a dívida está no seu nome (José Sperotto) pagar as dívidas do BNDES c/ recursos FEAPER nunca receberam equalização entregaram o condomínio p/ os fiadores ainda em 96 elevação de custos dívidas de custeio endividado no PRONAF, na Coop.e no FEAPER. recurso inicial insuficiente	equivalência-produto prestação mensal e alongamento financiar capital giro via FEAPER repassar condomínio p/ terceiros ou avalistas reduzir o valor das parcelas

ANEXO 7**RESULTADOS DA REUNIÃO NA REGIÃO DE ESTRELA**

REUNIÃO EM: Serafina Corrêa
DATA: 15.06.99
MUNICÍPIOS Serafina Corrêa
Nº DE CONDOMÍNIOS: 2
Nº PESSOAS PRESENTES 10

PROBLEMAS	PROPOSTAS
insuficiência de recursos do BNDES	rebate, via pró-produtividade

ANEXO 8

RESULTADOS DA 1ª REUNIÃO NA REGIÃO DE PALMEIRA DAS MISSÕES

REUNIÃO EM:	Palmeira das Missões
DATA:	22.06.99
MUNICÍPIOS	São Valério do Sul, Dois irmãos das Missões, Erval Seco, Rodeio Bonito, Engenho Velho, Vicente Dutra, Constantina, Ronda Alta, Barra Funda, Cerro Grande, Rondinha, Sarandi, Chapada, Santa Bárbara, São José das Missões, Palmeira das Missões, Palmitinho, Taquaraçú do Sul
Nº DE CONDOMÍNIOS:	21
Nº PESSOAS PRESENTES	92

PROBLEMAS	PROPOSTAS
ELETRIFICAÇÃO a ligação não foi feita redução no nº de sócios	renegociar parcelas anistia, não colocar nome no SPC e não trancar PRONAF pgto mensal através conta luz pgto individualizado
CRIANÇAS DE LEITE redução nº de sócios recursos insuficientes má localização dos condomínios	PRODEPEC p/ repor animais doentes renegociar dívidas suspender cobrança do Bannisul daqueles que estão negociando com o FEAPER
SUÍNOS alto preço dos insumos estiagem não estão terminando os animais na propriedade por falta de milho	buscar milho mais barato
MAQUINAS, PACKING HOUSES, CITRICULTURA redução no nº de sócios	produtores c/ pomares atingidos por seca, granizao ou geada tenham suas dívidas renegociadas individualmente, com rebate

ANEXO 8A

RESULTADOS DA 2ª REUNIÃO NA REGIÃO DE PALMEIRA DAS MISSÕES

REUNIÃO EM: Tenente Portela
DATA: 22.06.99
MUNICÍPIOS: Tenente Portela, Redentora e Vista Gaucha
Nº DE CONDOMÍNIOS: 5
Nº PESSOAS PRESENTES: 21

PROBLEMAS	PROPOSTAS
SUÍNOS redução nº de sócios condomínio em dia, porém s/ recursos p/ este ano capital inicial reduzido	prorrogação e desconto do ICMS já pago desconto referente ao benefício Pró- produtividade carência de 2 anos reduzir ICMS comprometer até 50% da renda c/ pgtos
GADO DE LEITE redução de sócios condomínios c/ prestações atrasadas	renegociação
AVES pagou primeira em março, mas está em dificuldades	renegociação

ANEXO 9

RESULTADOS DA 1ª REUNIÃO NA REGIÃO DE SANTA ROSA

REUNIÃO EM: Santa Rosa
DATA: 23.06.99

MUNICÍPIOS São Pedro do Butiá, Cerro Largo, Porto Vera Cruz, Alecrim, Alegria, São P. Missões, Santo cristo, Cândido Godoi, Independência, Porto Lucena, Crissiumal e São Martinho

Nº DE CONDOMÍNIOS: 15
Nº PESSOAS PRESENTES 61

PROBLEMAS	PROPOSTAS
SUÍNOS redução de sócios falta capital de giro baixo preço recebido pelo produtor	abatimento ICMS maior prazo, necessidade de recursos, melhor preço p/ produtor
GADO DE LEITE problemas econômicos c/ Palno Real falta capital de giro inflação redução de sócios	equivalência-produto 2 anos de carência pgto em 15 anos capital de giro
MAQUINAS diminuiu o nº associações	maior prazo
APICULTORES pagaram apenas 1ª parcela falta mercado	necessitam de mais mercado
TELEFONIA	propõe pagar 30% agora e o restante parcelar

ANEXO 9A

RESULTADOS DA 2ª REUNIÃO NA REGIÃO DE SANTA ROSA

REUNIÃO EM: Santo Angelo
DATA: 23.06.99

MUNICÍPIOS Santo Angelo, São Miguel das Missões, Guarani das Missões, Entre-Ijuis, Sete de Setembro

Nº DE CONDOMÍNIOS: 11

Nº PESSOAS PRESENTES 26

PROBLEMAS	PROPOSTAS
ELETRIFICAÇÃO ainda não estão inadimplentes	
LEITE redução no nº de sócios patrimônio diminui devido ao endividamento inflação	anistia
CALCÁRIO outros financiamentos	mais recursos individualizar contratos
SUÍNOS recursos insuficientes p/ implantar projeto completo não fazem mais a engorda na propriedade	ICMS

ANEXO 10

RESULTADOS DA REUNIÃO NA REGIÃO DE SÃO LUIZ GONZAGA

REUNIÃO EM: São Luiz Gonzaga
DATA: 24.06.99
MUNICÍPIOS: Bossoroca, S. L. Gonzaga, Pirapó, Santo Antônio Missões, Dezesesseis Novembro, Caibaté e Roque Gonzalez
Nº DE CONDOMÍNIOS: 10
Nº PESSOAS PRESENTES: 37

PROBLEMAS	PROPOSTAS
ELETRIFICAÇÃO redução de sócios alguns tem recursos, outros não o FEAPER estaria cobrando multa mesmo sobre prestação em dia	individualizar contratos reparcelamento das dívidas rever juros equivalência-produto
SUÍNOS redução de sócios faltou capital inicial problemas econômicos (preço)	prestação bimestral e pgto em 15 anos carência pgto em 15 anos
GADO DE LEITE redução de sócios não pagaram nenhuma prestação	individualizar as dívidas desconto em leite
MÁQUINAS não estão atrasados, mas necessitam de capital de giro necessitam fazer reformas	propõem 1 ano de carência capital de giro

ANEXO 11

RESULTADOS DA REUNIÃO NA REGIÃO DE CRUZ ALTA

REUNIÃO EM:	Cruz Alta
DATA:	24.06.99
MUNICÍPIOS	Ajuricaba, Ijuí, Condor, Quinze de Novembro
Nº DE CONDOMÍNIOS:	12
Nº PESSOAS PRESENTES	30

PROBLEMAS	PROPOSTAS
SUÍNOS redução de sócios faltou capital inicial não possuem integração custos de produção elevados necessitam produzir a própria ração falta capital de giro críticas ao trabalho da Emater quebras sucessivas na safra de milho endividados c/ outras instituições	rebate do ICMS gerado alongamento até 2013 carência anistia recursos capital de giro
GADO DE LEITE não tem condições de fazer a própria silagem necessita escala maior	renovar o projeto isenção de juros nas parcelas pendentes
CALCÁRIO alegam pgto efetuado, mas o banco ainda está cobrando	carência de 1 ano e 10 anos p/ pgto

ANEXO 12

RESULTADOS DA REUNIÃO NA REGIÃO DE SANTA MARIA

REUNIÃO EM: Santa Maria
DATA: 01.07.99
MUNICÍPIOS Santa Maria, Jaguari, Itacurubi, Silveira Martins, Paraíso do Sul
Nº DE CONDOMÍNIOS: 17
Nº PESSOAS PRESENTES 30

PROBLEMAS	PROPOSTAS
redução de sócios produtor interessado em assumir condomínios inflação corroeu o valor do projeto escassez de milho na região taxas de juros diferentes p/ cada projeto desconto no preço recebido pelo produtor em função da distância	3 anos de carência e 15 anos p/ pgto equivalência-produto redução na taxa de juros (de 6 p/ 3,5%) repassar condomínios p/ terceiros Banrisul: suspender cobranças viabilizar o acesso ao milho da CONAB

ANEXO 13

RESULTADOS DA REUNIÃO NA REGIÃO DE RIO PARDO

REUNIÃO EM: Candelária
DATA: 01.07.99
MUNICÍPIOS: Candelária, Arroio do Tigre, Mato Leitão, Segredo, Sobradinho, Venâncio Aires, Cerro Branco
Nº DE CONDOMÍNIOS: 13
Nº PESSOAS PRESENTES: 28

PROBLEMAS	PROPOSTAS
alongamento p/ 15 anos sócios não se interessam pelo empreendimento redução dos sócios baixo preço recebido pelo produtor região forte na produção de fumo região não produz milho suficiente	alongamento do prazo de pagamento p/ 15 anos carência estudo caso-a-caso viabilizar o acesso ao milho da CONAB repassar condomínios p/ terceiros anistia

ANEXO 14

RESULTADOS REFERENTES A CAPACIDADE DE PAGAMENTO PARA A ATIVIDADE DE PESCA ARTESANAL

PESCA ARTESANAL

região	nº question.	Prazo (em anos)								Observação
		Capacidade Condomínio				Capacidade total (sócios +condomínio)				
		com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	
Pelotas	31					15	1,4	48,8	17,27	16 questionários c capac. nula

Nota: " resultados nulos" significa que, ao analisar os resultados operacionais, verificou-se que não existe capacidade de pagamento para quitar a dívida no momento.

ANEXO 15

RESULTADOS REFERENTES A CAPACIDADE DE PAGAMENTO PARA A ATIVIDADE DE SUÍNOS

SUÍNOS

região	nº question.	Prazo (em anos)								Observação
		Capacidade Condomínio				Capacidade total (sócios +condomínio)				
		com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	
Rio Pardo	1	1	----	5,4	5,4	1	----	0,7	0,7	01 c/ capacidade nula
Cruz Alta	7	----	----	----	----	5	1,5	3,7	2,66	02 c/ capacidade nula
Gramado	1	----	----	----	----	1	----	30,1	30,1	condomínio repassado a 1 produtor
Palmeira das Missões	4	2	6,7	10,5	8,6	1	----	2,7	2,7	02 c/ capacidade nula
Passo Fundo	8	1		7,8	7,8	6	0,9	11,9	5	02 c/ capacidade nula
Santa Maria	9	1		59,2	59,2	6	2,3	14,4	7,78	02 c/ capacidade nula
Santa Rosa	9	3	2,3	13,2	7,9	7	2,9	22,9	10,24	02 c/ capacidade nula
São Luiz Gonzaga	3	----	----	----	----	1	----	5,6	5,6	02 c/ capacidade nula
Victor Graeff	1	----	----	----	----	1	----	2,1	2,1	02 c/ capacidade nula
Total Geral					17,78				7,43	

Nota: " resultados nulos" significa que, ao analisar os resultados operacionais, verificou-se que não existe capacidade de pagamento para quitar a dívida no momento.

ANEXO 16

RESULTADOS REFERENTES A CAPACIDADE DE PAGAMENTO PARA A ATIVIDADE DE GADO DE LEITE

GADO DE LEITE

região	nº question.	Prazo (em anos)								Observação
		Capacidade Condomínio				Capacidade total (sócios +condomínio)				
		com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	
Palmeira das Missões	6	2	3,6	5	4,3	3	0,7	81,8	28,17	resultados nulos resultados nulos resultados nulos 2 nulos 3 nulos
Candelária	3	1	---	12	12	2	6	7,9	6,95	
Cruz Alta	1	---	---	---	---	---	---	---	---	
Gramado	1	---	---	---	---	---	---	---	---	
Passo Fundo	2	---	---	---	---	---	---	---	---	
Santa Rosa	4	---	---	---	---	2	18,8	34,9	26,85	
Santa Maria	5	2	9,5	58,7	34,1	2	6,5	9,7	8,1	
São Luiz Gonzaga	2	1	---	---	9	2	5,6	51,8	28,7	
Total Geral					14,85				19,75	

Nota: " resultados nulos" significa que, ao analisar os resultados operacionais, verificou-se que não existe capacidade de pagamento para quitar a dívida no momento.

ANEXO 17

RESULTADOS REFERENTES A CAPACIDADE DE PAGAMENTO PARA A ATIVIDADE DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS

região	nº question.	Prazo (em anos)								Observação	
		Capacidade Condomínio				Capacidade total (sócios +condomínio)					
		com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média		
Palmeira Mssões	3	1	—	22	22	2	1,1	2,2	1,65	01 questionário c/ capac. Nula	
Santa Rosa	2	—	—	—	2	24	3,2	17,2			
São Luiz Gonzaga	1	—	—	—	—	1	—	0,1	0,1		
Total Geral					2,20					6,32	

Nota: "resultados nulos" significa que, ao analisar os resultados operacionais, verificou-se que não existe capacidade de pagamento para quitar a dívida no momento.

ANEXO 18

RESULTADOS REFERENTES A CAPACIDADE DE PAGAMENTO PARA A ATIVIDADE DE ARMAZENAGEM

ARMAZENAGEM

região	nº question.	Prazo (em anos)								Observação
		Capacidade Condomínio				Capacidade total (sócios +condomínio)				
		com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	
Passo Fundo	3	2	0,2	4,1	2,15	3	0,1	14,3	4,87	
Santa Rosa	1	1	----	65,2	65,2	1	----	5	5	
Total Geral					33,68				4,94	

Nota: " resultados nulos" significa que, ao analisar os resultados operacionais, verificou-se que não existe capacidade de pagamento para quitar a dívida no momento.

ANEXO 19

RESULTADOS REFERENTES A CAPACIDADE DE PAGAMENTO PARA A ATIVIDADE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

ELETRIFICAÇÃO RURAL

região	nº question.	Prazo (em anos)								Observação
		Capacidade Condomínio				Capacidade total (sócios +condomínio)				
		com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	
Palmeira Missões	2	----	----	----	----	----	----	----	----	resultados nulos
Santa Rosa	1	----	----	----	----	1	----	6,7	6,7	
São Luiz Gonzaga	5	----	----	----	----	5	0,3	3,5	1,22	
Total Geral									3,96	

Nota: " resultados nulos" significa que, ao analisar os resultados operacionais, verificou-se que não existe capacidade de pagamento para quitar a dívida no momento.

ANEXO 20

RESULTADOS REFERENTES A CAPACIDADE DE PAGAMENTO PARA OUTRAS ATIVIDADES

OUTROS: (avicultura, irrigação e drenagem, conservação do solo, telefonia rural, packing house, construções rurais e agroindústrias)

região	nº question.	Prazo (em anos)								Observação
		Capacidade Condomínio				Capacidade total (sócios +condomínio)				
		com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	com capacidade positiva	prazo mínimo	prazo máximo	média	
avicultura										
Palmeira Missões	1	---	---	---	---	---	---	---	---	01 c/ capacidade nula
irrigação/drenagem										
Passo Fundo	1	1	---	1,5	1,5	1	---	0,7	0,7	
conservação solo										
Santa Rosa	2	1	---	1,1	1,1	2	1,1	5,2	3,15	
telefonia rural										
Santa Rosa	1	---	---	---	---	1	---	0,9	0,9	
packing house										
Passo Fundo	2	---	---	---	---	1	---	5,7	5,7	01 c/ capacidade nula
construções rurais										
Passo Fundo	1	---	---	---	---	---	---	---	---	01 c/ capacidade nula
São Luiz Gonzaga	1	---	---	---	---	---	---	---	---	01 c/ capacidade nula
Santa Rosa	2	1	---	2,8	2,8	2	1,4	2,8	2,1	
Três de Maio	1	---	---	---	---	1	1,4	---	1,4	
Agroindústria										
Agudo	1	---	---	---	---	1	3,4	---	3,4	
Palmitinho	1	---	---	---	---	1	10,7	---	10,7	
Total Geral					1,8				3,51	

ANEXO 21

NÚMERO DE CONDOMÍNIOS FINANCIADOS DE SUÍNOS E GADO DE LEITE, NAS REGIÕES DE SANTA ROSA, SANTA MARIA PALMEIRA DAS MISSÕES

Tabela 1 - Número de Condomínios Financiados pelo FEAPER

REGIÃO	Nº Condomínios Financiados			com questionário							
				c/ projeto original				s/ projeto original			
	SUÍNOS	LEITE	TOTAL	suínos	%	leite	%	suínos	%	leite	%
Santa Rosa	15	14	29	3	20	2	14	3	20	0	0
Santa Maria	10	4	14	4	40	3	75	0	0	1	25
Palmeira das Missões	14	7	21	2	14	2	29	0	0	0	0
TOTAL	39	25	64	9	7	3	1				

Tabela 2 - Inadimplentes em Março de 1999

REGIÃO	Nº Condomínios Financiados			com questionário											
				Condomínios Inadimplentes				c/ projeto original				s/ projeto original			
	SUÍNOS	LEITE	TOTAL	suínos	%	leite	%	suínos	%	leite	%	suínos	%	leite	%
Santa Rosa	15	14	29	8	53	8	57	4	50	2	25	1	13	0	0
Santa Maria	10	4	14	9	90	4	100	4	44	3	75	3	33	0	0
Palmeira das Missões	14	7	21	5	36	7	100	1	20	2	29	0	0	0	0
TOTAL	39	25	64	22	19	9	7	4	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 3 - Adimplentes em 03/04/99

REGIÃO	Nº Condomínios Financiados			com questionário											
				Condomínios Adimplentes				c/ projeto original				s/ projeto original			
	SUÍNOS	LEITE	TOTAL	suínos	%	leite	%	suínos	%	leite	%	suínos	%	leite	%
Santa Rosa	15	14	29	7	47	6	43	2	29	0	0	2	29	0	0
Santa Maria	10	4	14	1	10	0	0	1	100	0	0	0	0	0	0
Palmeira das Missões	14	7	21	9	64	0	0	2	22	0	0	0	0	0	0
TOTAL	39	25	64	17	6	5	0	2	0	0	0	2	0	0	0

ANEXO 22

COMPARATIVO ENTRE O PROJETO ORIGINAL E A SITUAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS RURAIS DE SUÍNOS E DE GADO DE LEITE DA REGIÃO DE SANTA ROSA

Tabela 1 - NÚMERO DE CONDOMÍNIOS FINANCIADOS PELO FEAPER

REGIÃO	Nº Condomínios Financiados					Cond. Inadimplentes			
	SUÍNOS	Valor (R\$)	LEITE	Valor (R\$)	TOTAL	SUÍNOS	%	LEITE	%
Santa Rosa	17		18	393.748,35	35	8		6	0
Total	17		18	393.748,35	35	8		6	0

Tabela 2 - PRINCIPAIS CULTURAS E A ÁREA CORRESPONDENTE DOS CONDOMÍNIOS DA REGIÃO DE SANTA ROSA

Condomínios	Atividade	Nº sócios atual	Área (há)				Situação	Ano do I	Valor (scs)
			milho	soja	trigo	outros			
Ass. Peq. P. Entre-Ijuis	gado leite	1	2	20	—	—	Inadimpl.	1993/95	8020,41
APSAT Querência Nova	gado leite	1	2	2	—	3	Inadimpl.	1992/95	7977,91
APSAT São Paulo	suinocult.	1	não consta				Adimpl.	1992	11395,86
APSAT Nova Esperança	suinocult.	18	90,5	59	—	13	Adimpl.	1994	15000
Ass. Agr. Nova Paisagem	suinocult.	18	66,5	119	13	4	Inadimpl.	92/93	
Ass. Prod. Guarani	suinocult.	8	5,2	175	—	0,2	Inadimpl.	1993/94	9822,36
APSAT União Santana	suinocult.	12	85	180	59	—	Inadimpl.	1990/92/93	12540,35
APSAT São Vicente	suinocult.	21	69	118,5	—	11,78	Inadimpl.	1992	15334,35

Tabela 3 - REBANHO CONDOMÍNIOS RURAIS DE LEITE E SUÍNOS FINANCIADOS PELO FEAPER NA REGIÃO SANTA ROSA

REBANHO	Ass. Peq. P. Entre Ijuis	APSAT Querência Nova	APSAT São Paulo	APSAT N. Esperança	Ass. P. Nova Paisagem	Ass. P. Guarani	APSAT União Santana	APSAT São Vicente
SUÍNOS								
Macho			11	6	1	5	3	9
Fêmeas pré-cob			15	18	8		70	6
	gest.		163	54	16	29	30	115
	lact.		30	28	3	12	13	17
Leitões creche			621	410	50	40	180	580
leitoas								6
GADO LEITEIRO								
total vacas								
	vacas lact	6	8					
	vacas secas	—	1					
	vaq. 1 a 2 anos	3	5					
	vacas descarte	—	2					
	temeiras até 1 ano	8	6					

Tabela 4 - RECEITAS ESTIMADAS POR CULTURA BASEADA NO PROJETO ORIGINAL

Nº Condomínios	Atividade	Situação das receitas estimadas por cultura						
		milho	soja	trigo	outros	leite		suínos
Ass. P. Entre-Ijuis	gado leite	normal	normal	Sp (60%)		normal		
APSAT Querência Nova	gado leite	Sp (60%)	Sp (30%)			Sp (35%)		normal
APSAT São Paulo	suinocult.	Sp (30%)	normal	normal		normal		
APSAT N. Esperança	suinocult.	Sp (20%)	normal	Sp (33%)		normal		normal
Ass. Agr. Nova Paisagem	suinocult.	Sp (87%)	Sp (29%)	Sp (66%)		Sp (20%)		normal
Ass. Prod. Guarani	suinocult.	Sp (50%)	Sp (33%)	Sb (20%)				
APSAT União Santana	suinocult.	Sp (18%)	Sp (60%)	Sp (45%)		normal		normal
APSAT São Vicente	suinocult.	Sp (38%)	Sp (38%)	Sp (418%)		Sp (150%)		normal

Sp = superestimada

Sb = subestimada

Tabela 5 - NÚMERO DE SÓCIOS POR CONDOMÍNIO RURAL

Nº de condomínios	Atividade	Nº de sócios	
		inicial	atual
Ass. Peq. Entre-Ijuis	gado leite	12	1
APSAT Querência Nova	gado leite	23	1
APSAT São Paulo	suinocult.	23	1
APSAT Nova Esperança	suinocult.	21	20
Ass. Agr. Nova Paisagem	suinocult.	20	17
Ass. P. Guarani	suinocult.	8	8
APSAT União Santana	suinocult.	21	12
APSAT São Vicente	suinocult.	24	21

ANEXO 25

ANEXO 23 ANEXO 24

COMPARATIVO ENTRE O PROJETO ORIGINAL E A SITUAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS RURAIS DE SUÍNOS E DE GADO DE
COMPARATIVO ENTRE O PROJETO ORIGINAL E A SITUAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS RURAIS DE SUÍNOS E DE GADO DE
LEITE DA REGIÃO DE PALMEIRA DAS MISSÕES
LEITE DA REGIÃO DE SANTA MARIA

Tabela 1 - NÚMERO DE CONDOMÍNIOS FINANCIADOS PELO FEAPER

REGIÃO	Município	SUÍNOS	Nº Condomínios Financiados				TOTAL	Cond. Inadimplentes			
			SUÍNOS	Valor (R\$)	SUÍNOS	Valor (R\$)		SUÍNOS	%	LEITE	%
Palmeira das Missões	Santa Maria	14	747.579,04	7	343.333,97	21	4	29%	7	100%	
Total											

Tabela 2 - PRINCIPAIS CULTURAS E A ÁREA CORRESPONDENTE DOS CONDOMÍNIOS DA REGIÃO DE SANTA MARIA

Condomínios	Atividade	Nº sócios				Situação	Ano do I	Valor (scs)
		atual	milho	soja	feijão			
Cond. Leite Primavera	gado leite	2	5	16	1,5	6	Inadimplen.	
Cond. Santos Martires	gado leite	2	38	35	184	4,5	inadimplen.	1994
Ass. São Cristóvão	gado leite	3	24	26	25	5	inadimplen.	
Ass. L. Cachoeira	suinocult.	12	47	46		32	adimplen.	1993/94
Ass. L. Encruzilhada	suinocult.	6	60	91	10	45	adimplen.	1996
Ass. Agr. Passa Sete	suinocult.	11	85	189	22	51	inadimplen.	1992/93

* trigo e figo

* cana, uva, citros e arroz

Tabela 3 - REBANHO CONDOMÍNIOS RURAIS DE LEITE E SUÍNOS FINANCIADOS PELO FEAPER NA REGIÃO PALMEIRA DAS MISSÕES
Tabela 3 - REBANHO DOS CONDOMÍNIOS RURAIS DE LEITE E SUÍNOS FINANCIADOS PELO FEAPER NA REGIÃO DE SANTA MARIA

REBANHO	Ass. S. Cristóvão	Ass. L. Cachoeira	Ass. S. São Cristóvão	Ass. L. Encruzilhada	Ass. S. Passa Sete	Cond. Santos Martires	Cond. Primavera
SUÍNOS							
Macho	7	9	10	7	4	1	6
Fêmeas pré-cob	8	0	32	18	1	5	20
gest. lact.	106	39	120	118	54	10	67
Leitões creche	24	29	77	32	10	10	15
leitoas	300	140	909	300	185	55	242
GADO LEITEIRO							
total vacas						22	45
vacas lact						12	33
vacas secas						10	12
vaq. 1 a 2 anos							16
vaq. 1 a 2 anos descarte						2	
vaq. 1 a 2 anos até 1 ano						2	24
vacas descarte							4

total vacas estimadas por cultura baseada no projeto original

Tabela 4 - RECEITAS ESTIMADAS POR CULTURA BASEADA NO PROJETO ORIGINAL	Nº Condomínios	Atividade	Situação das receitas estimadas por cultura				
			milho	soja	fumo	trigo	leite
Ass. S. São Cristóvão	suinocult.	Sp (47%)	normal	normal	normal	Sp (40%)	normal
Ass. L. Encruzilhada	suinocult.	normal	Sb (20%)	normal	normal	Sp (40%)	normal
Ass. S. Passa Sete	suinocult.	Sp (70%)	normal	normal	normal	normal	Sp (40%)

Sp = superestimada

Sb = subestimada

Tabela 5 - NÚMERO DE SÓCIOS POR CONDOMÍNIO RURAL

Nº de condomínios	Atividade	Nº de sócios	
		inicial	atual
Ass. São Cristóvão	gado leite	5	10
Ass. L. Cachoeira	gado leite	0	3
APSAT São Valério	suinocult.	2	11
Ass. Baixada	gado leite	0	6
Ass. L. Encruzilhada	gado leite	2	12
Ass. L. Encruzilhada	gado leite	4	11

**CÁLCULO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO DOS CONDOMÍNIOS
(EMSACOS DE MILHO)**

CÓDIGO OPERAÇÃO:
NOME DO CONDOMÍNIO:
MUNICÍPIO:
AGÊNCIA:
Nº DE SÓCIOS:
REGIÃO (SAA):

DO CONDOMÍNIO

	em reais	emsacos de milho
1. RECETTA ANUAL		
2. Custeio		
3. Dívida		
4. Arrendamento		
5. DESPESA TOTAL		
6. MARGEM BRUTA: (1-5)		
7. CAPAC. 30% Margem Bruta		

DOS SÓCIOS: (TOTAL)

	em reais	emsacos de milho
8. RECETTA ANUAL:		
9. Custeio		
10. Dívida		
11. Arrendamento		
12. DESPESA TOTAL		
13. MARGEM BRUTA: (1-5)		
14. CAPAC. 30% Margem Bruta		

PAYBACK Condomínio: (anos)

CAPACIDADE TOTAL (Concl.+sócios)
(7+14)

PAYBACK TOTAL (anos)

Observações: _____

|